



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

João Leonardo Akihito Mitsuse

**O Estado e o Empresariado na Longa Duração: uma comparação entre Brasil e
China**

Florianópolis

2023

João Leonardo Akihito Mitsuse

**O Estado e o Empresariado na Longa Duração: uma comparação entre Brasil e
China**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Florianópolis

2023

Mitsuse, João Leonardo Akihito

O Estado e o Empresariado na Longa Duração : uma comparação entre Brasil e China / João Leonardo Akihito Mitsuse ; orientador, Helton Ricardo Ouriques, 2023.

120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. China. 3. Brasil. 4. Estado. 5. Empresariado. I. Ouriques, Helton Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

João Leonardo Akihito Mitsuse

O Estado e o Empresariado na Longa Duração: uma comparação entre Brasil e China

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 30 de junho de 2023,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Pedro Antonio Vieira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Bruno Hendler, Dr.
Universidade Federal de Santa Maria

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

Para e pela minha família.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Catarina e ao Centro Socioeconômico, por terem me acolhido em 2016, quando comecei meu curso de graduação, e em 2021, quando ingressei no mestrado. O ambiente universitário proporcionado pela instituição, sempre muito rico, me ajudou em meu desenvolvimento como pesquisador e ser humano. Sou grato também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me permitiu completar a pesquisa aqui realizada.

Também agradeço ao Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo pelas tantas discussões frutíferas e de grande aprendizado. Em especial, aos professores Helton Ricardo Ouriques, Pedro Antonio Vieira e Fábio de Pádua dos Santos, por todo o conhecimento passado, pelas conversas e pela paciência que tiveram com um estudante curioso e, algumas vezes, teimoso.

Aos meus amigos, familiares e à minha namorada, sou eternamente grato, pela compreensão que tiveram comigo nos momentos em que tive que me afastar, devido à pesquisa, e por todo o apoio prestado sempre que precisei.

RESUMO

Esta dissertação busca entender como as distintas trajetórias da China e do Brasil na longa duração podem explicar as diferentes relações entre os Estados e os empresariados dos dois países no período entre 1980 e 2020. Nesse intuito, é utilizada a economia política dos sistemas-mundo para buscar na longa duração algumas possíveis estruturas que se formaram com o desenvolvimento dessas sociedades. Também é estudado como as relações entre o Estado e o empresariado se deram em cada país durante o período escolhido. Como resultado, entendeu-se que a forma de integração dos países em seus sistemas-sociais originários, as culturas que formaram suas sociedades, os tipos de integração dos empresariados nacionais nos sistemas-sociais, a capacidade de organização desses grupos e a organização burocrática dos dois Estados ajudam a explicar porque as relações entre os Estados da China e do Brasil com o empresariado ocorreram de maneiras tão distintas entre 1980 e 2020.

Palavras-chave: China; Brasil; Estado; Empresariado.

ABSTRACT

This work seeks to understand how the different trajectories of China and Brazil in the long term can explain the different relations between the States and the business communities of the two countries in the period between 1980 and 2020. To this end, the political economy of the world-systems is used to, considering the long-term, look for possible structures that were formed with the development of these societies. It is also studied how the relations between the State and the business community took place in each country during the chosen period. As a result, it was understood that the form of integration of the countries in their original social-systems, the cultures that formed their societies, the types of integration of the national entrepreneurs in the social-systems, the capacity of organization of these groups, and the bureaucratic organization of the two States help to explain why relations between the States of China and Brazil with their business communities occurred in such different ways between 1980 and 2020.

Keywords: China; Brazil; State; Bussiness community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Conceitual dos Sistemas Sociais de Wallerstein (1979).....	18
Figura 2 – Gráfico de entrada de investimento direto externo na China nas décadas de 1980 e 1990 em bilhões de dólares correntes.....	49
Figura 3 – Gráfico do número de empresas industriais na China continental: estatais x privadas.....	57
Figura 4 – Gráfico da média anual de empregados em empresas industriais na China continental: estatais x privadas.....	58
Figura 5 – Gráfico do Lucro de empresas industriais na China continental: estatais x privadas.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da comparação de aspectos da China e do Brasil na longa duração que condicionaram as relações entre o Estado e o empresariado.....	103
Quadro 2 – Síntese da comparação entre a China e o Brasil no tocante às relações entre o Estado e o empresariado no período entre 1980 e 2020.....	107

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO 1 – CHINA, BRASIL E A ECONOMIA MUNDO-CAPITALISTA	
	11	
1.1	INTRODUÇÃO	11
1.2	A UNIDADE DE ANÁLISE	15
1.3	OS SISTEMAS-SOCIAIS DE IMMANUEL WALLERSTEIN	18
1.4	AS ESTRUTURAS E AS TEMPORALIDADES DE BRAUDEL	21
1.5	A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA (EMC)	23
2	CAPÍTULO 2 - ESTADO E EMPRESARIADO NA CHINA NA LONGA	
	DURAÇÃO	31
2.1	INTRODUÇÃO	31
2.2	O ESTADO CHINÊS E O EMPRESARIADO NA LONGA DURAÇÃO	31
2.3	O ESTADO CHINÊS E O EMPRESARIADO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.....	41
2.4	O ESTADO CHINÊS E O EMPRESARIADO NO SÉCULO XXI	52
2.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	61
3	CAPÍTULO 3 - ESTADO E EMPRESARIADO NO BRASIL NA LONGA	
	DURAÇÃO	63
3.1	INTRODUÇÃO	63
3.2	O ESTADO BRASILEIRO E O EMPRESARIADO NA LONGA DURAÇÃO	65
3.2.1	Heranças de Portugal	65
3.2.2	O Brasil colonial.....	67
3.2.3	Reorganização política pós-colonial	71
3.2.4	A industrialização brasileira e o capital internacional.....	73
3.3	O ESTADO BRASILEIRO E O EMPRESARIADO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.....	81
3.4	O ESTADO BRASILEIRO E O EMPRESARIADO NO SÉCULO XXI	85
3.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	93
4	CAPÍTULO 4 - COMPARANDO A CHINA E O BRASIL	96
4.1	INTRODUÇÃO	96
4.2	COMPARANDO À LUZ DA LONGA DURAÇÃO.....	96
4.3	COMPARANDO O PERÍODO ENTRE 1980 E 2020	103
5	CONCLUSÃO	108
	REFERÊNCIAS	111

1 CAPÍTULO 1 – CHINA, BRASIL E A ECONOMIA MUNDO-CAPITALISTA

1.1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um período de descrença na capacidade de representação das democracias ocidentais, principalmente pela percepção de que os governos já não servem ao povo, mas sim aos interesses dos mais ricos (BELL, 2015). Sentimento que se intensificou no Brasil, evidenciado pelo aumento de 11 pontos percentuais da população que se declara indiferente ao regime de governo que comanda o Brasil, ou seja, indiferente a ele ser democrático ou não, que passou de 16% (2019) para 27% (2020) da população¹. Ainda, em 2020, menos de 40% da população brasileira declarou abertamente preferir a democracia a qualquer outra forma de governo².

Simultaneamente, o desenvolvimento econômico chinês, baseado em um modelo político diferente das democracias ocidentais, instiga a curiosidade. O país cresceu seu PIB de 149 bilhões em 1978 para mais de 14 trilhões em 2020³, declarou a erradicação da pobreza extrema em 2020⁴ e cada vez mais se torna um polo de poder na atual ordem internacional, como ilustram Arrighi (2008), Stuenkel (2017), entre outros.

Esses impressionantes números chineses são consequência de diversas reformas e iniciativas, que se iniciaram em 1978 a partir da ascensão de Deng Xiaoping ao poder, e que impactaram diretamente a relação entre o Estado chinês e o empresariado privado, que havia sido expulso do país em 1949. Atualizações na legislação, como a de 1988, que permitiu o estabelecimento de empresas privadas com mais de oito empregados no país, ilustraram uma aproximação entre as duas partes. Sobre isso, destacamos, por exemplo, que quando o governo chinês buscou atrair capital e tecnologia estrangeira através da oferta de mão-de-obra barata e isenções tributárias nas recém-instaladas Zonas Econômicas Especiais, as multinacionais, alvos primários dessas políticas, não responderam como o esperado.

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/indiferenca-em-relacao-regime-politico-aumenta-risco-de-populismo-na-america-latina-aponta-latinobarometro-1-25228433>. Acesso em 19 de junho de 2022.

² Dados disponíveis em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em 19 de junho de 2022.

³ Dados fornecidos pelo Banco Mundial, disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2020&locations=CN&start=1978>. Acesso em 19 de junho de 2022.

⁴ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/china-anuncia-erradicacao-da-extrema-pobreza-no-pais/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

Nesse cenário, os empresários chineses que estavam fora do país foram os primeiros a transferir capital e conhecimento no direcionamento que o governo esperava (CASTELLS, 1999). Desde então, as relações entre o Estado chinês e os empresários se intensificaram, chegando ao ponto do país alcançar a marca de 456 bilionários em seu território em 2020⁵. O que, apesar de representar uma aproximação do Estado chinês com o empresariado, como demonstraremos, não significa que houve uma subordinação dos interesses estatais aos interesses do empresariado.

Enquanto isso, no mesmo período, o Estado brasileiro, seguindo a tendência internacional, foi marcado pela ascensão da ideologia neoliberal, que abria o caminho para a entrada do capital internacional e enxugava o Estado ao máximo possível. Nesse contexto, o empresariado brasileiro perdeu canais de articulação com o Estado, a partir da extinção de vários conselhos e comissões nos quais os empresários possuíam assentos consultivos ou deliberativos. Enquanto, ao mesmo tempo, a entrada robusta de capitais internacionais e uma moeda supervalorizada, faziam com que a economia brasileira passasse por uma profunda reestruturação.

Como resultado, houve uma série de falências, fechamentos de empresas, fusões, aquisições e associações com empresas estrangeiras, que levaram à formação de grandes conglomerados capitaneados pelo capital internacional e na queda do nível de emprego industrial. Conforme dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), no começo da década de 1970, a participação das manufaturas na geração de emprego e valor agregado no Brasil correspondia a 27,4%, em valores da época, enquanto em 2014 essa participação caiu para 10,9%. Ainda, como destaca Alfredo Calcagno, chefe do departamento de Macroeconomia e Políticas de Desenvolvimento da Unctad, em uma entrevista à BBC Brasil, "Todo o sistema que tinha por objetivo industrializar o país entrou em colapso"⁶. De maneira comparada, entre 1980 e 2020, a indústria da China cresceu 47 vezes, enquanto no Brasil, o crescimento foi de apenas 20%⁷.

Nessa dissertação entendemos que a diferenciação entre esses resultados, entre outros fatores, são reflexos de relações distintas entre os Estados e os

⁵ Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2021/10/05/china-encosta-nos-eua-em-numero-de-bilionarios-mas-so-deve-ultrapassar-a-partir-de-2030.ghtml>. Acesso em 10/01/2023.

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485>. Acesso em 10/01/2023.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2023/01/a-reindustrializacao-e-essencial-para-a-retomada-do-desenvolvimento-sustentavel201d-diz-alcmin>. Acesso em 12/01/2023.

empresariados da China e do Brasil. E que essas relações não podem ser compreendidas em suas totalidades ao analisarmos apenas um curto período de tempo. Por isso, essa dissertação busca responder à seguinte questão: Como as distintas trajetórias da China e do Brasil na longa duração podem explicar as diferentes relações entre os Estados e os empresariados desses países no período entre 1980 e 2020?

Mesmo que a resposta pareça orbitar na diferença de sistemas de governo dos dois países, afinal, um país se declara socialista e o outro não e, portanto, o relacionamento entre os Estados e seus empresários naturalmente se distinguiriam, para responder a esta questão, defendemos que esta não é a única variável que deve ser analisada. Utilizamos-nos da perspectiva dos sistemas-mundo para primeiramente analisar as diferentes trajetórias dos países dentro da economia-mundo capitalista, para posteriormente, à luz das estruturas desse sistema histórico e das particularidades da história de cada país, analisarmos o relacionamento entre os dois Estados e o empresariado. Dessa forma, buscamos demonstrar que as relações entre os dois Estados e seus empresariados têm naturezas historicamente distintas e que a forma e o contexto em que cada território foi absorvido pela economia-mundo capitalista condicionaram essas relações até a atualidade.

Para isso, a análise é apoiada no método comparativo, dado que ele permite, como observa Wong (1997), formular explicações sobre longos processos de mudança e continuidade, evitando narrativas ou explicações eurocêntricas. Assim, ao estabelecer similaridades e diferenças entre os processos históricos da China e do Brasil, a comparação cumpre a função metodológica analítica de identificar padrões e diferenciações entre as estruturas históricas carregadas pelas duas sociedades e as relações mantidas pelo Estado brasileiro e pelo Estado chinês com o empresariado. Mais especificamente, ao analisar como se deram as relações entre os Estados do Brasil e da China com o empresariado entre 1980 e 2020, também emprega-se a estratégia *encompassing comparison*, que “coloca diferentes casos em vários locais dentro do mesmo sistema, explicando suas características em função de suas variadas relações com o sistema como um todo” (TILLY, 1984, p. 83). Assim, também procura-se avaliar em que medida as particularidades dos papéis e das localizações geográficas da China e do Brasil na economia-mundo capitalista condicionaram essas relações.

Ainda, seguindo a tradição de Bresser-Pereira, Eli Diniz, Renato Boschi, entre outros, optamos por escolher o termo “empresariado” para nos referirmos ao conjunto de empresários que compõem uma economia. Podendo esses, serem advindos de diversos setores como o industrial, o comercial, o financeiro e o agroexportador. A escolha por esse termo foi feita por entendermos que ele é mais flexível do que “classe capitalista” e “burguesia”, que podem ser limitados, dependendo da perspectiva teórica adotada, à existência da economia-mundo capitalista ou, no segundo caso, à existência de um sentimento de identificação de classe. Os termos “empresariado” e “empresários” surgiram principalmente na bibliografia sobre o Brasil, entretanto, ao entendermos uma empresa como uma organização econômica constituída para explorar um ramo de negócio e oferecer ao mercado bens e/ou serviços⁸, não encontramos nenhuma limitação para aplicá-los no contexto da China. Ao longo dessa dissertação, entretanto, outros termos também serão utilizados conforme a nomenclatura utilizada por cada autor citado ou utilizado como referência, entre eles estão: capitalistas, mercadores, banqueiros e fazendeiros. Vale ainda mencionar, que no início da pesquisa tentamos empregar o termo “elites” para nos referirmos a estes grupos empresariais, entretanto, devido ao limitado tempo e à complexidade e profundidade das discussões sobre a temática levantada por Mosca (1896) e Pareto (1916), concluímos que esta não seria a melhor abordagem. Além disso, também foi considerado o uso das “frações de classe” propostas por Poulantzas (1968), entretanto, foram encontradas dificuldades ao se aplicar a teoria do autor sobre a composição do Estado no caso chinês, dado que a organização é diferente do que a de um Estado capitalista como o brasileiro e a literatura explorada sobre a composição do governo chinês não se adequava aos exemplos explorados pela linha teórica do autor.

No que tange à organização, essa dissertação está dividida em quatro capítulos e uma conclusão. Nesse primeiro capítulo, são exploradas as premissas da perspectiva dos sistemas-mundo e como os dois países foram absorvidos pela economia-mundo capitalista. No segundo capítulo é explorada a relação entre o Estado chinês e o empresariado ao longo da história e, sobretudo, do período entre 1980 e 2020. Enquanto, no terceiro é feita a mesma abordagem para o Estado brasileiro. No último capítulo, a dissertação é concluída através de uma análise

⁸ Definição disponível no dicionário de Língua Portuguesa da Oxford Languages.

comparada das informações apresentadas sobre os dois países em uma tentativa de responder à pergunta de pesquisa aqui levantada

Na continuação dessa introdução, como supracitado, procura-se explicar algumas das principais premissas da perspectiva dos sistemas-mundo, sendo elas: 1) a unidade de análise; 2) os sistemas sociais; 3) as temporalidades de Braudel; e 4) as estruturas da economia-mundo capitalista. Dessa forma, são abordados os principais conceitos e ferramentas necessários para a compreensão da pesquisa realizada nos próximos capítulos.

1.2 A UNIDADE DE ANÁLISE

Immanuel Wallerstein, criador da perspectiva dos sistemas-mundo, lembra em sua entrevista realizada em 2003 para a Globo News⁹, que “a maior parte das Ciências Sociais dos séculos XIX e XX partiam do princípio de que o Estado era a unidade onde as coisas aconteciam”. Em outras palavras, as teorias a que o autor se refere, adotavam o Estado como a unidade de análise. O que significa que ao se estudar o desenvolvimento de um país, por exemplo, essas teorias se atentaram primordialmente às dinâmicas sociais, instituições e acontecimentos internos do país em questão, considerando os Estados como peças isoladas em um tabuleiro - que seria o sistema internacional.

Dentro da área das Relações Internacionais este tipo de abordagem é muito comum e presente em linhas clássicas como o Liberalismo, o Realismo e o Neorealismo. Além disso, a tendência identificada por Wallerstein em sua entrevista de 2003 não parou no século XX, mas continua viva também no século XXI. A lista “Best Books of 2012” da Financial Times¹⁰ evidencia esse fato quando traz em seu topo, o livro “Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty”, de Daron Acemoglu e James Robinson. A obra, classificada pela revista como “ambiciosa” e “fascinante” explora alguns casos isolados de países e defende que a adoção de *instituições inclusivas* levariam as nações à prosperidade. Enquanto *instituições extrativistas* tenderiam a impedir a mesma. Sendo essas instituições, as

⁹ Entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PpDLDWts_Ow&t=1132s&ab_channel=TeoriaePr%C3%A1xis. Acesso em: 20/01/2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ft.com/content/88bdb3c0-37cf-11e2-a97e-00144feabdc0>. Acesso em: 20/01/2023.

regras formais e informais que organizam as relações sociais, políticas e econômicas de uma sociedade, em outras palavras, as regras do jogo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Fica claro, dessa forma, que o foco da teoria está nas regras internas do país analisado.

Além do destaque internacional, as teorias que levam o Estado como unidade de análise se destacam também no Brasil. Prova disto, é a reportagem do jornal O Globo¹¹ publicada em janeiro de 2023, que analisa o discurso de posse do presidente Lula, o “horizonte da política educacional” (HENRIQUES, 2023. p. 1) e a necessidade de uma “nova estratégia de desenvolvimento econômico” (HENRIQUES, 2023. p. 1) à luz de uma recente entrevista de Daron Acemoglu, um dos autores do livro “Why Nations Fail”.

No sentido contrário a essas tendências e teorias, a perspectiva criada por Wallerstein, defende que observar isoladamente a história dos países, mesmo que se atentando aos contextos específicos, não é o suficiente para entender a dinâmica do desenvolvimento nacional. Cairíamos no que Hermínio Martins (1974) definiu como “nacionalismo metodológico”¹², no qual o estudo da sociedade acaba se confundindo com a análise dos estados-nações (SMITH, 1979). Olhemos para o caso do leste asiático, por exemplo, onde alguns países conseguiram ascender rapidamente posições no sistema internacional desde a década de 1960.

Diversos autores, como Amsden (2009) e Castells (1999), demonstram como as políticas internas e as instituições nacionais foram importantes para a industrialização de países como Japão, Coréia do Sul e China, em especial o papel fundamental que o Estado teve na economia. É evidente que analisar a lógica da política de cada país é extremamente importante, afinal, os países não são caixas-pretas sem nenhum poder de ação. Muito pelo contrário, a dinâmica dos grupos de poder em cada Estado-nação, dependendo de suas forças política e econômica, pode até mesmo alterar a cadeia internacional de poder.

Entretanto, como demonstra Arrighi (2008), o Japão não teria passado pelo rápido processo de recuperação e modernização econômica, se não fosse o contexto

¹¹ “O Globo” é um dos principais portais de notícias do Brasil e Ricardo Henriques, autor da reportagem, é economista, superintendente-executivo do Instituto Unibanco e professor associado da Fundação Dom Cabral. Reportagem disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ricardo-henriques/coluna/2023/01/o-horizonte-da-politica-educacional.ghtm>. Acesso em: 20/01/2023.

¹² Para uma análise mais profunda sobre o nacionalismo metodológico, veja: VIEIRA, Pedro Antonio. O Nacionalismo Metodológico na Economia e a economia Política dos Sistemas-mundo como possibilidade de superação. 2015

da Guerra Fria e sua localização próxima à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), que permitiu ao país receber fortes investimentos estadunidenses e mais do que isso, apoio militar. Nesse sentido, não se pode compreender por completo o processo de desenvolvimento japonês com o foco nas instituições nacionais, sem considerar a migração do *locus* de poder da Europa para os Estados Unidos e para a URSS em um sistema internacional em expansão (ARRIGHI, 2008).

Com isso, em uma tentativa de superar os limitantes do “nacionalismo metodológico” e das Ciências Sociais posteriores ao século XIX, citadas por Wallerstein na entrevista supracitada, a perspectiva dos sistemas-mundo adota unidades de análise mais abrangentes do que os Estados, ela adota os sistemas-mundo. Os quais serão explicados e exemplificados na próxima seção. Nessa perspectiva, os países e outros atores se tornam partes constituintes de um único sistema, interligados, como órgãos em um corpo, e não mais como peças isoladas em um tabuleiro.

Dessa forma, entende-se que não se pode explicar razoavelmente a força, a prosperidade ou o desenvolvimento de algum Estado em um momento específico da história, sem compreender a sua posição no sistema em que está inserido. Isso porque, a soma das partes é menor do que o todo, ou seja, entender a lógica interna de cada país não necessariamente permite a compreensão da lógica do sistema todo. Por isto, nesta dissertação, nossas análises partem do sistema para as suas partes e não o inverso.

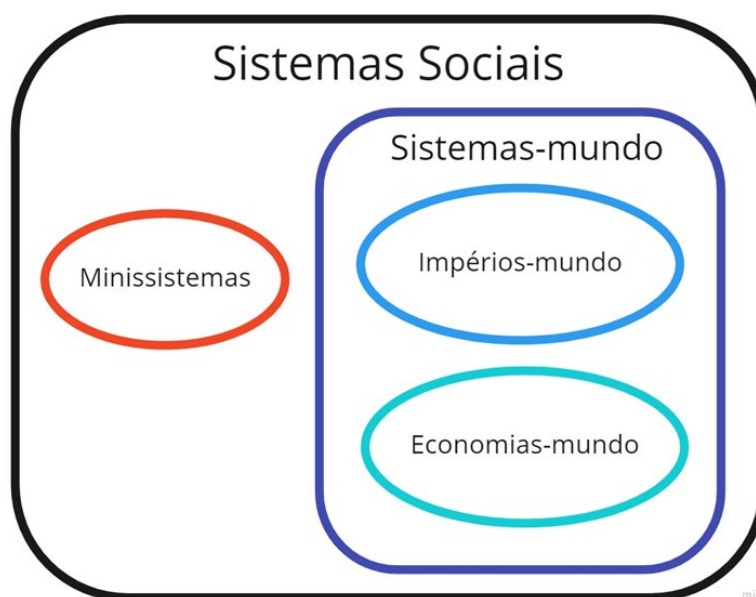
A diferença da unidade de análise pode parecer apenas semântica ou prosaica, mas muito pelo contrário, é uma decisão metodológica importante, que altera a perspectiva sobre as possibilidades de desenvolvimento e prosperidade de um país. Para compreender o desenvolvimento da China pós-1978, por exemplo, é importante entender a transição de poder que ocorreu na economia-mundo capitalista com a queda da URSS em 1991. Da mesma forma, não se pode compreender a hiperinflação brasileira da década de 1990, sem analisar como o país estava integrado na economia-mundo capitalista e as crises que ocorreram no sistema algum tempo antes.

Esta decisão significa que nessa dissertação, antes de estudarmos especificamente como cada Estado se relacionou com o empresariado, nos atentamos às regras e ao contexto do sistema-mundo em questão. Por isso, nas próximas seções, é explicado o que são os sistemas-sociais propostos por Wallerstein e como funciona o sistema-mundo no qual vivemos, a economia-mundo capitalista.

1.3 OS SISTEMAS-SOCIAIS DE IMMANUEL WALLERSTEIN

Wallerstein (1979) entende que os sistemas sociais (ou sistemas históricos) são caracterizados pela existência de uma única divisão de trabalho espacialmente limitada, em que diversas áreas ou setores internos são economicamente interdependentes. Esses sistemas podem ser de dois tipos: a) minissistemas; ou b) sistemas-mundo. O primeiro é caracterizado por uma completa divisão do trabalho e uma única estrutura cultural, encontrado apenas em sociedades muito simples, geralmente agrícolas ou caçadoras/coletoras. Enquanto os sistemas-mundo são caracterizados por uma única divisão de trabalho e múltiplos sistemas culturais. Esses podem ser de dois tipos: a) impérios-mundo; ou b) economias-mundo. Na figura 1, pode-se compreender graficamente essas divisões:

Figura 1 – Mapa Conceitual dos Sistemas Sociais de Wallerstein (1979).



Fonte: elaborado pelo autor com base em Wallerstein, 1979.

O que diferencia os dois tipos de sistemas-mundo é a existência ou não de um sistema político comum. Se há uma única divisão do trabalho, múltiplos sistemas culturais e um único sistema político, como nos antigos impérios de Roma e do Egito, estamos tratando de impérios-mundo. Por outro lado, se há uma única divisão do trabalho, múltiplos sistemas culturais e mais de um sistema político, como o atual capitalismo, estamos tratando de economias-mundo.

Para Wallerstein (1979), existem três elementos básicos que caracterizam uma economia-mundo: 1) a constituição de um único mercado; 2) uma apropriação do trabalho excedente de forma a haver três camadas no processo de exploração; e 3) a existência de uma série de estruturas estatais com variados graus de força, que servem primordialmente para distorcer o livre funcionamento do mercado, de modo a aumentar as perspectivas de lucro de alguns grupos dentro dele. Nesse sentido,

The state acts on the market in the short run by the use of its legal prerogatives to constrain economic activities within or across its borders. But it also acts on the market over the long run by seeking to create institutional proclivities (from the conveniences of established currency and trade channels, to taste preferences, to limitations of knowledge of economic alternatives), **such that some persons or groups "spontaneously" misjudge the economic activity that would in fact optimize their profits, a misjudgment which favors some other group or groups that a particular state wishes to favor** (WALLERSTEN, 1979, p. 223, grifo nosso).

Com isso, podemos perceber que dentro de uma economia-mundo, como exploramos na seção referente à economia-mundo capitalista, há por definição uma relação próxima entre os Estados e certos grupos que buscam aumentar seus lucros através da instrumentalização das estruturas estatais.

Voltando às definições dos sistemas sociais, como destacado por Braudel (1965, p. 271), “todos os misteres das ciências sociais não cessam de se transformar em razão de seus próprios movimentos e do movimento vivo do conjunto” e, da mesma forma, os sistemas sociais também são dinâmicos. Por serem relativamente autônomos, geralmente um tipo de sistema acaba emergindo de outro ou incorporando outros. As economias-mundo, por exemplo, são historicamente estruturas instáveis pela disputa de poder entre os diversos sistemas políticos existentes dentro dela. Os impérios-mundo, tal como os supracitados, surgiram de dentro de economias-mundo, a partir da conquista dos múltiplos sistemas políticos por um, que se tornou o único vigente. Eles ainda têm um histórico de absorção de minissistemas, que acabam sendo incorporados a eles e são obrigados a pagar tributos para “proteção”. Dessa forma, os minissistemas deixam de existir, pois a divisão de trabalho interna acaba sendo incorporada à do império (tributos), que contém outras culturas (WALLERSTEIN, 1979).

Ao observar a coexistência e a sucessão destas entidades sociais de longas duração e escala, Wallerstein (1999) percebeu que todos os sistemas-sociais são limitados temporalmente, ou seja, têm início, meio e fim. Em outras palavras, todos os sistemas são históricos. Com isso, em resumo, os sistemas-sociais (também chamados de sistemas-históricos) têm três características definidoras: 1) têm limites espaciais, mesmo que esses limites se alterem durante a vida do sistema; 2) são relativamente autônomos, ou seja, funcionam em essência a partir das consequências de seus processos internos; e 3) têm limites temporais, início, meio e fim.

Para nós, é importante que essas premissas estejam claras, pois os dois países analisados, historicamente, faziam parte de diferentes sistemas-sociais. Como será explicado nas próximas seções, enquanto o território hoje ocupado pelo Estado brasileiro surgiu como uma entidade política juntamente com o nascimento da economia-mundo capitalista, a China há muitos anos já estava integrada em outro sistema-social, que acabou atingindo seu limite temporal e sendo incorporado pela economia-mundo capitalista. Dessa forma, entender as dinâmicas dos sistemas-sociais nos ajudará a compreender porque o empresariado chinês se encontrava em uma posição totalmente diferente do brasileiro, quando os países passaram a integrar a economia-mundo capitalista.

Definidos os sistemas-históricos, algumas perguntas podem surgir, como: “Mas dentro desta lógica, os Estados, tão destacados nas teorias e abordagens anteriores à perspectiva dos sistemas-mundo, perdem seu valor? Se o foco está nos sistemas, como podemos estudar, então, o desenvolvimento de países específicos?”. Perguntas que são pertinentes, mas que tem uma resposta natural. Continuando a analogia da primeira seção, é evidente que pode-se estudar o funcionamento e as características específicas de um órgão específico, como o pulmão, mas para entender esses processos em sua totalidade, é necessário, antes, compreender o funcionamento básico do corpo humano. Afinal, como analisar o propósito deste órgão sem antes saber que o todos os outros órgãos do corpo precisam de oxigênio para cumprir com suas funções vitais? Da mesma forma, fazer um estudo a partir da perspectiva dos sistemas-mundo significa estudar os países à luz das estruturas que regem o sistema social no qual estes países estão inseridos. Conseguindo assim, compreender conexões que antes poderiam passar despercebidas.

Ainda, nas palavras de Wallerstein: “Mi argumento plantea, en esencia, que dentro de un sistema histórico en funcionamiento no existe un verdadero libre albedrío.

Las estructuras limitan las opciones e incluso las crean.” (WALLERSTEIN, 1999, p. 256). É importante compreender os sistemas, portanto, porque por representarem uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, têm estruturas que condicionam a atuação dos Estados em seu interior.

Entendido este ponto, ainda é necessário esclarecer quais são as estruturas que limitam as opções dos países na atual economia-mundo capitalista. Mas, para isso, antes, precisamos compreender o que são estruturas e quais são as temporalidades descritas por Fernand Braudel e citadas por Immanuel Wallerstein.

1.4 AS ESTRUTURAS E AS TEMPORALIDADES DE BRAUDEL

Todo estudo histórico escolhe um período para ser analisado. Afinal, não há como um único estudo abranger toda a história social humana. Entretanto, existe uma grande diferença entre isolar um momento histórico para estudos ou analisá-lo como parte de algo maior. Além disso, o destaque dado para fatos específicos deve ter uma intensidade correspondente à sua importância. O que nos leva à problemática de definir o que é importante. Nesse sentido, Fernand Braudel nos ilumina com seu texto “A longa Duração” de 1965.

Para o autor, existem três “durações” passíveis de estudo. Definidas por seus impactos ao longo da história e pelo período (quantidade) de tempo em que ocorre. Elas são: a) o “acontecimento”; b) a “conjuntura”; e c) “a longa duração”. O acontecimento (*événementielle*) corresponde ao tempo curto, à dimensão dos indivíduos e da vida cotidiana, como, por exemplo, um incêndio, um crime ou um acidente aéreo. Essa duração é facilmente identificável ao ligarmos a televisão e colocarmos em um programa jornalístico qualquer, ainda mais com o atual destaque dos programas sensacionalistas. Isso porque, o acontecimento é, por excelência, o tempo do cronista, do jornalista (BRAUDEL, 1965).

O passado, segundo Braudel (1965), pode ser visto, à primeira vista, como a soma de uma massa desses pequenos fatos. Entretanto, esta massa não constitui o todo sobre o qual a Ciência Social deve trabalhar. E por não conseguirmos compreender o todo ao olharmos para o micro, o acontecimento se torna o tempo mais enganador das durações. Em termos práticos, isso significa que ao observarmos um aumento demográfico ou as variações de taxa de juros, por exemplo, os períodos de um dia ou um ano não bastam. Para essas observações é necessário no mínimo

observar uma dezena de anos, um quarto de século ou meio século. Essa periodização, aqui denominada como “conjuntura”¹³, amplia a visão do passado, mas ainda assim, não permite que entendamos a estrutura em sua totalidade. Isso porque, os problemas da longa duração são dominados pela estrutura. Mas afinal, o que são estruturas para a economia política dos sistemas-mundo?

Elas são sustentáculos e obstáculos, que compõem uma arquitetura que se mantém pelo tempo. Por se manterem por muito tempo, se tornam elementos estáveis por várias gerações, condicionando o fluxo da história. Na prática, podem assumir várias formas, como quadros geográficos (climas, vegetações, populações animais), realidades biológicas ou até mesmo quadros mentais. Para a perspectiva, a longa duração é o nome dado a esta grande extensão de tempo. “Todos os andares, todos os milhares de andares, todos os milhares de fragmentos do tempo da história são compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em torno dela” (Ibid., p. 271).

É a partir da longa-duração que conseguimos compreender na prática as “limitações ao livre-arbítrio” mencionadas por Wallerstein acima. As estruturas surgem nesse sentido, como sustentáculos e obstáculos, que limitam ou impulsionam as experiências humanas. Nas palavras de Braudel, “é estrutura tudo o que resiste ao tempo da história, o que dura e até perdura – logo, algo bem real, e não a abstração da relação ou da equação matemática” (BRAUDEL, 1992, p.37). Sendo elas presentes em todas as áreas da vida social, pois sempre há relações ou instituições que resistem ao tempo. O que não significa, por exemplo, que os Estados não consigam se desenvolver economicamente a partir de planos nacionais, mas sim que esse desenvolvimento está condicionado ao papel desse Estado dentro do sistema histórico em que ele se encontra e às estruturas desse sistema. Como será melhor explicado na próxima seção, ao considerar-se a economia-mundo capitalista, por exemplo, a possibilidade de desenvolvimento econômico dos países está intimamente ligada à existência de uma hierarquia entre nações que impede a ascensão de todos os países ao topo simultaneamente, ou seja, para que alguns subam, outros devem descer. Esta hierarquia é uma das estruturas que caracterizam a economia-mundo capitalista e que, portanto, condiciona os Estados na longa-duração.

¹³ Braudel (1965, p. 266) denomina esta forma de relato histórico da seguinte forma: “chamêmo-lo de ‘recitativo’ da conjuntura, do ciclo ou até mesmo do ‘interciclo’”. Nesta dissertação, nos referimos a esta forma de relato histórico apenas como “conjuntura”.

Mas quanto à importância de cada duração, Braudel nos ensina que não existe uma regra definitiva, justamente porque a realidade, e consequentemente as Ciências Sociais, não cessa de se transformar em razão de seus próprios movimentos e do movimento vivo do conjunto. Dessa forma, cabe a cada estudo construir a sua abordagem, sendo que o único erro seria escolher uma das durações excluindo as outras. Nesse sentido, cada estudo que se pretenda a “abranger tudo” deve definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, e depois retomar o conjunto (BRAUDEL, 1965). A cada instante distinguindo os movimentos longos dos breves ímpetos, isso por que “o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de anteontem, de outrora” (Ibid., p. 272).

Esta dissertação explora como se deram as relações entre os Estados da China e do Brasil e seus empresariados, sobretudo no período entre 1980 a 2020. Para isso, seguindo a recomendação do autor, abordamos as três temporalidades de Braudel em momentos diferentes e as linhas gerais das estruturas que regem a economia-mundo capitalista como um todo. Na prática, a economia-mundo capitalista e suas estruturas são exploradas na próxima seção, para que nos próximos capítulos já esteja claro diante de quais limitantes os governos da China e do Brasil atuaram. Nesses capítulos são exploradas algumas conjunturas e importantes acontecimentos que caracterizam a relação dos dois Estados com o empresariado. Além disso, sempre que necessário, retomamos as estruturas descritas na próxima seção para explicar como um ou outro acontecimento foi limitado, ou potencializado pela própria lógica da economia-mundo capitalista. Assim, esperamos conseguir distinguir os movimentos longos dos breves ímpetos e construir uma abordagem que corresponda às recomendações de Fernand Braudel.

1.5 A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA (EMC)

Immanuel Wallerstein destaca que “cualquier estructura real (en contraposición a estructuras imaginarias) tiene particularidades debido a su génesis, su historia de vida y su entorno, y por onde tiene una historia que es clave para su manera de funcionar” (WALLERSTEIN, 1999, p. 249). Com isso em mente, esta seção busca explicar como surgiu a economia-mundo capitalista e quais são as particularidades e estruturas que a regem e que, consequentemente, condicionam a China e o Brasil em suas relações com a classe capitalista.

Apesar da ênfase dessa dissertação estar no período entre 1980 e 2020, como explicado nas seções anteriores, não seria possível compreender os acontecimentos nos dois países ou as conjunturas da economia-mundo capitalista, sem antes olharmos para esta economia-mundo a partir da lente da longa duração. Por isso, começamos aqui com o nascimento da economia-mundo capitalista, que segundo o próprio autor, é considerado “algo extraño” (Ibid., p. 252). Diferentemente da tendência citada na terceira seção, de que economias-mundo seriam absorvidas por impérios-mundo, no início do século XVI, uma economia-mundo em particular, que dominava grande parte da Europa, se demonstrou menos frágil, sobreviveu e se expandiu, servindo como base para o desenvolvimento de um método de produção capitalista. O impulso de sua expansão espacial, segundo o autor, é sua dinâmica central: a constante busca pela acumulação de capital.

Resumidamente, após sobreviver à tentativa dos Habsburgos de transformar o sistema-mundo europeu em um império-mundo, as economias europeias enfrentaram uma conjuntura de crise do feudalismo, mudanças climáticas e aumento de preços, que impôs a expansão geográfica da divisão do trabalho. Nesse contexto, do “longo” século XVI (1450-1640), ocorreram as Grandes Navegações e a “descoberta” europeia do continente americano. Para Quijano e Wallerstein (1992), a criação da América (como entidade sócio geográfica) representou o ato constitutivo desse moderno sistema mundial. Nesse sentido, a América não foi incorporada na economia-mundo capitalista, pois não haveria uma economia-mundo capitalista sem a América (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992). Depois dessa constituição, com a exploração da nova terra e do povo escravizado/explorado, alguns países europeus começaram a se consolidar como potências (com destaque para a Inglaterra, que superou o aparato mercantil holandês).

Uma confusão comum é pensar que os grandes impérios europeus do século XIX, por exemplo, constituíam impérios-mundo, mas quando pensamos no império britânico ou francês, devemos vê-los apenas como Estados-nação com apêndices coloniais. Isso porque, nenhum detinha uma estrutura político-econômica isolada, pelo contrário, operavam em uma única economia-mundo, a capitalista. Entretanto, no século XVI ainda existiam outros sistemas históricos que conviviam com a economia-mundo capitalista, como os impérios-mundo russo e otomano, que foram posteriormente incorporados em nome da acumulação de capital (WALLERSTEIN, 1979).

Esse processo de expansão espacial ocorre, geralmente, em momentos de retrocesso econômico conjuntural. Isso porque, periodicamente, o capital acumula o que pode ser reinvestido com lucro na produção e na troca de mercadorias dentro de sistemas territoriais existentes. Esse excedente de capital materializa-se em estoques de mercadorias encalhadas (dos quais só é possível se livrar com prejuízo), em capacidade produtiva ociosa e em liquidez que não tem onde ser investida de modo lucrativo. A incorporação do espaço novo ao sistema de acumulação “repara” a crise subsequente de superacumulação ao absorver esses excedentes (HARVEY, 2004). Esse processo aumenta a demanda efetiva global e incorpora novos setores de produtores diretos que recebem pouca remuneração, aumentando a mais-valia mundial, que, ao ser distribuída desigualmente, aumenta a porcentagem de mais-valia nas mãos de um pequeno número de acumuladores (WALLERSTEIN, 1999).

Além desta estrutura sistêmica, como indivíduos, os capitalistas, nesta dissertação entendidos como agentes econômicos movidos pela acumulação incessante de capital, também podem obter mais-valia buscando lugares com condições de produção economicamente favoráveis. Na economia-mundo capitalista, para Arrighi, as “organizações capitalistas cada vez mais poderosas tornaram-se agentes da expansão de um sistema de acumulação e domínio que, desde o princípio, englobava uma multiplicidade de Estados” (ARRIGHI, 2008, p. 238). Desse ponto de vista, “o imperialismo de tipo capitalista é um aspecto das lutas constantes pelas quais os Estados capitalistas usaram meios coercitivos na tentativa de virar a seu favor as mudanças espaciais causadas pela acumulação interminável de capital e poder.” (Ibid., p. 238-39).

Seguindo esta lógica, para superar as crises conjunturais do capitalismo e sobreviver, o sistema se expandiu espacialmente até o ponto em que, no final do século XIX, a economia-mundo capitalista alcançou todo o planeta. O que criou uma situação totalmente nova, em que não havia mais sistemas históricos coexistentes, apenas a economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1999). Fica claro que, ao longo do tempo, a absorção dos outros sistemas não foi um processo rápido ou indolor, pelo contrário, levou séculos e deixou marcas violentas em todas as localidades absorvidas. Além disso, o imperialismo de tipo capitalista destaca a relação entre os Estado e o capital na economia-mundo capitalista, que como mencionado na seção sobre os sistemas sociais, acabam se aliando desde a criação do sistema.

Neste sentido, como traz Wallerstein (1979, p. 291), “the fundamental role of the state as an institution in the capitalist world-economy is to argue the advantage of some against others in the Market – that is, to *reduce* the ‘freedom’ of the Market”. Dessa forma, o papel do Estado se dá por meio da transferência de renda de certos grupos a outros aliados ao Estado, o que pode acontecer através do consentimento estatal na criação de oligopólios, da restrição da organização social de grupos contrários ao Estado e até mesmo da guerra (WALLERSTEIN, 1979).

Para essa dissertação, além do processo de criação da economia-mundo capitalista com o domínio europeu sobre as Américas, é importante entender como e por que o sistema incorporou a região do leste asiático. Neste sentido, Furber (1976), analisando a ascensão do Reino Unido para a posição hegemônica do sistema (antes ocupada pela Holanda), destaca a relação entre os continentes europeu e asiático a partir do controle dos fluxos de prata da Europa para a Ásia. Para ele, além do controle logístico intra-europeu, um dos fatores que possibilitou a ascensão do Reino Unido foi o controle dos três mais rentáveis fluxos de bens entre a Europa e o exterior. Sendo eles: 1) o fluxo de prata das Américas para a Europa; 2) o fluxo de prata da Europa para a Ásia; e 3) o fluxo de bens asiáticos para a Europa, como o chá e a seda, e sua distribuição no continente europeu.

A partir disso, Satoshi (2014) argumenta que a história do sistema-mundo europeu poderia ser contada como a história de como os europeus controlaram os efeitos negativos do alto fluxo de prata para a Ásia. Ele parte da ideia de que a grande quantidade de prata que era enviada para o continente asiático era danosa para a economia europeia, mais especificamente para o Reino Unido. Para contornar essa questão, uma das soluções encontrada foi a expansão da colonização britânica em solo asiático. Dessa forma, a conquista das Índias no século 18, por exemplo, serviu para reduzir o fluxo de prata enviado para a Ásia, ao mesmo tempo que se mantinha o acesso aos têxteis indianos, que eram itens muito lucrativos na reexportação do Reino Unido para o continente europeu e para as Américas. Da mesma forma, o problema do fluxo de prata para a China foi resolvido por meio das plantações de chá nas Índias no século XIX e por meio das Guerras do Ópio.

Sobre esse movimento de incorporação, Takeshi Hamashita (2013) expõe que quando a economia-mundo capitalista incorporou o leste asiático na primeira metade do século XIX, encontrou um território politicamente diferente do que havia encontrado alguns séculos antes na América. No local já existia um sistema sinocêntrico de

“comércio-tributo”¹⁴ muito avançado, abrangendo variadas zonas marítimas que se estendiam do nordeste ao sudeste da Ásia. Há pelo menos um milênio as relações entre as civilizações asiáticas se entrelaçavam para a criação de uma estrutura político-econômica de integração mútua (ARRIGHI, 1996). Dessa forma, a Europa não criou instituições políticas do zero, mas aproveitou-se do enfraquecimento dos domínios otomano, mongol e Qing, para comprar seu ingresso, com a prata americana, em um sistema comercial já existente e funcional.

Neste sistema histórico, em que além do comércio oficial de tributos, o comércio exterior privado também floresceu, os imperadores chineses atribuíam títulos imperiais aos governantes dos países incorporados como Coréia, Japão, Reino de Ryukyu, Vietnã, Laos e Birmânia, concedendo-lhes legitimidade política e proteção militar. Esses estados periféricos pagavam tributos à China e, em troca, o imperador chinês lhes oferecia “presentes” (LI, 2008). Apesar desse sistema também ter se expandido assim como a economia-mundo capitalista, em vez de extrair recursos da periferia e dos Estados incorporados, o mais provável era que o Estado chinês investisse neles. Dessa forma, a expansão política para incorporar novas fronteiras comprometia o governo com a remessa de recursos para a periferia, não com sua extração, o que representa uma lógica inversa à da economia-mundo capitalista (ARRIGHI, 2008).

Além disso, do século XVI ao XVIII, a competitividade da produção chinesa de porcelana, seda e chá significou que a China não estava apenas no centro do sistema de “comércio-tributo” do Leste Asiático, mas provavelmente também era a zona central de uma “super-economia-mundo” que abrangia o Leste Asiático, a Índia, o Oceano Índico, o Golfo Pérsico, a Arábia e o Mar Vermelho (LI, 2008).

A partir do século XVIII, porém, “apesar do sucesso na promoção da Revolução Industrial da Ásia oriental e no novo aumento da participação da região na produção mundial, as políticas introvertidas da China dos Qing e do Japão dos Tokugawa resultaram em forte contração do comércio entre os países asiáticos (ARRIGHI, 2008). O que deixou:

¹⁴ Segundo Vieira, Ouriques e Dos Santos (2023, p. 32), “Esse conjunto de regras e instituições tem recebido vários nomes. Hendler (2018), que faz um estudo aprofundado do sistema sinocêntrico, chega a falar em ‘império-mundo chinês’, enquanto Lee (2016) se refere à ‘hegemonia chinesa’. Já Kang (2010) prefere a expressão ‘sistema tributário’”.

[...] um vazio político na Ásia oriental marítima, que os mercadores chineses desmilitarizados estavam mal equipados para preencher. [...] Aos poucos, o vazio foi preenchido por Estados, companhias e mercadores europeus cuja capacidade de dominar a Ásia oriental marítima aumentou rapidamente na virada do século XVIII para o XIX. Foi fundamental nesse caso o declínio constante da indústria naval e da tecnologia de navegação chinesas numa época em que os europeus avançavam rapidamente em ambas (ARRIGHI, 2008, p. 341).

A dinastia Qing entrou em crise no século XIX, dessa forma, no contexto das expansões imperialistas europeias e japonesa, perdendo um considerável território - ao Sul seus tributários (Nepal e Mianmar), para a Grã-Bretanha; a Indochina, para a França; Taiwan e as tributárias Coreia e Sacalina, para o Japão; e a Mongólia, Amúria e Ussúria, para a Rússia (KAPLAN, 2013). Nas palavras de Giovanni Arrighi:

A sinergia entre militarismo, industrialismo e capitalismo, típica do caminho europeu de desenvolvimento e que impulsionou a incessante expansão territorial ultramarina, e foi por ela sustentada, estava ausente da Ásia oriental. Em consequência, os Estados dessa região viveram períodos de paz muito mais longos que os Estados europeus, e a China pôde consolidar sua posição de maior economia de mercado do mundo. Contudo, a falta de envolvimento na expansão ultramarina e na corrida armamentista à moda europeia tornou a China e todo o sistema asiático-oriental vulneráveis ao massacre militar das potências europeias em expansão. Quando houve o massacre, a conclusão inevitável foi a incorporação subordinada da Ásia oriental ao sistema europeu globalizante. (ARRIGHI, 2008, p. 342).

Apesar disso, como afirma Satoshi Ikeda (1996), mesmo depois que a economia-mundo capitalista incorporou os sistemas políticos asiáticos, o processo histórico regional continuou a existir e, ainda, a cumprir um papel crucial na transformação das economias locais e da economia-mundo capitalista como um todo. Para Arrighi (2008), essa incorporação transformou, mas não destruiu, o sistema regional preexistente de relações internacionais. E, mais importante, contribuiu também para a transformação contínua da própria economia-mundo capitalista. O que traz, evidentemente, um caráter diferenciado à incorporação que ocorreu com continente americano.

No longo século XIX, com a ascensão da Grã-Bretanha após sua vitória contra a França em 1815, outra estrutura da economia-mundo capitalista, além da expansão

espacial, para a acumulação de capital se destacou. O papel da tecnologia na acumulação incessante de capital ficou evidente, fazendo com que Marx e Engels afirmassem em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, que a burguesia não poderia existir sem revolucionar continuamente o modo de produção. Assim, como a busca por lugares melhores pode aumentar o lucro dos capitalistas, a adoção de melhores tecnologias também pode, pelo menos até que outros capitalistas adotem a mesma tecnologia (ARRIGHI, 2008).

Essa lógica faz com que os Estados capitalistas usem meios coercitivos na tentativa de virar a seu favor as mudanças espaciais e tecnológicas causadas pela acumulação interminável de capital e poder (Ibid.). O que, na prática, com as guerras e fluxos financeiros advindos das mudanças espaciais da acumulação de capital, geraram uma hierarquia de poder entre os Estados que compõem a economia-mundo capitalista. Dentro desta estrutura em que o trabalho é uma commodity, a hierarquia de Estados é definida pelo papel de cada nação na divisão internacional do trabalho e, portanto, pelo grau de exploração do seu povo.

Nesse sentido, a moderna economia-mundo capitalista é dividida em três níveis hierárquicos entre as nações que a constituem: a) o centro; b) a semiperiferia; e c) a periferia. O centro é composto pelos países mais desenvolvidos e ricos, pelos detentores das atividades mais lucrativas das cadeias mercantis, que se apropriam dos excedentes dos outros grupos, e historicamente, é integrado por países europeus (ex. Inglaterra, Holanda, Alemanha) e mais recentemente pelos Estados Unidos e Japão. A periferia é composta pelos países mais pobres e explorados do mundo, sendo a maioria. Enquanto a semiperiferia, composta por países intermediários, detém um papel especial na estabilização do sistema.

Sem a semiperiferia, a economia-mundo capitalista seria polarizada e, portanto, mais instável. Apesar de sua importância econômica nas cadeias mercantis, seu maior papel é político. Isso porque a existência de uma terceira categoria implica que o extrato superior não encare diretamente uma oposição unificada, dado que o extrato do meio é tanto explorador, quanto explorado (WALLERSTEIN, 1979). Além disso, é frequente que países intermediários mantenham seu status por longos períodos, evitando a periferização, mas também sem sucesso na escalada para o centro. O que acontece pelo fato desses países concentrarem misturas entre atividades periféricas e centrais (ARRIGHI; DRANGEL, 1986).

O Brasil, que já foi parte da periferia, conseguiu alcançar a semiperiferia ao longo do século XX, por meio da industrialização e consequente adoção de atividades centrais (OURIQUES; VIEIRA, 2017). Outros países da América Latina como o Chile também conseguiram subir uma posição, mas a região que mais se destacou nas últimas décadas foi o Leste Asiático, com a crescente modernização de países como o Japão, Coreia do Sul e mais recentemente, a China.

Tendo compreendido como a dinâmica central da economia-mundo capitalista, a acumulação de capital, impacta na expansão espacial e tecnológica do sistema e como essas dinâmicas geram uma hierarquia entre os Estados, podemos, no próximo capítulo, explorar como essas estruturas da economia-mundo capitalista impactaram as relações entre o Estado chinês e seu empresariado.

2 CAPÍTULO 2 - ESTADO E EMPRESARIADO NA CHINA NA LONGA DURAÇÃO

2.1 INTRODUÇÃO

Tendo um país com uma história tão longa e rica como objeto de estudo, este capítulo é ambicioso no sentido de tentar estudar as dinâmicas entre o Estado chinês e o empresariado na longa duração. Sabemos que explorar um período tão longo nos impede de aprofundarmos os acontecimentos de cada conjuntura, entretanto, de maneira pontual, buscamos levantar momentos específicos e características marcantes que podem ter condicionado a relação entre o Estado chinês e o empresariado nas décadas entre 1980 e 2020.

Na primeira seção, exploramos um pouco do confucionismo, do *guanxi*, das consequências das Guerras do Ópio, passamos pela Revolução Comunista de 1949 e chegamos até o final da década de 1970. Na segunda seção, exploramos a relação entre o Estado e o empresariado nas décadas de 1980 e 1990, nas quais se destacaram as reformas econômicas lideradas por Deng Xiaoping e o retorno do empresariado que havia sido expulso do país após a Revolução Comunista de 1949. Já na terceira seção, exploramos o período entre 2000 e 2020 e destacamos as estruturas estatais utilizadas pelo empresariado para terem seus interesses atendidos pelo Estado chinês. Na última seção, fazemos uma breve conclusão.

2.2 O ESTADO CHINÊS E O EMPRESARIADO NA LONGA DURAÇÃO

Como destacado no capítulo anterior, a China, juntamente com o leste asiático, só foi incorporada à economia-mundo capitalista na primeira metade do século XIX. Entretanto, as relações entre o Estado chinês e seu empresariado datam de muito antes. Durante as dinastias Song (960-1279) e Ming (1368-1644), por exemplo, os especialistas Chase-dunn e Thomas Hall (1997) destacam, ao explorar a perspectiva polanista/marxista, que o forte desenvolvimento das forças capitalistas na China quase levou ao surgimento do capitalismo como modo de produção predominante na China. O que poderia ter acontecido antes mesmo da Europa, que só atingiu o “capitalismo agrário” entre 1450 e 1640, no longo século XVI (WALLERSTEIN, 1974). Já no século XVIII, como resultado de uma longa fase de formação do Estado no período Ming (1368-1644) e no início do Qing (1644-1912), o país continuava sendo

a maior economia sob única jurisdição política do mundo e era responsável por um terço do produto global bruto (LI, 2008). Como afirma Arrighi (2008, p. 328), “o maior mercado nacional não estava na Europa, mas na China”.

Além disso, algumas características do pensamento liberal clássico europeu, já podiam ser encontradas na China antes mesmo da publicação, em 1776, da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, tida como um marco para o pensamento econômico liberal ocidental. O pensador chinês Chen Hongmou (1696-1771), falecido cinco anos antes da publicação do livro europeu, já estimava o mercado como uma forma de, a partir dos lucros individuais, trazer lucros a toda a sociedade, assim como a ideia da “mão invisível do mercado” de Adam Smith (ARRIGHI, 2008). Portanto, percebe-se que o Estado chinês há muito tempo já lida com tendências capitalistas e com discussões sobre a regulação ou não do mercado.

É importante destacar, entretanto, que nem Adam Smith, nem Chen Hongmou defendiam que o mercado fosse totalmente desregulado. Para ambos, colocar “em risco a paz social e a segurança nacional em virtude da política generalizada do *laissez-faire* era uma ideia estranha” (ARRIGHI, 2008, p. 335) No caso de Hongmou, isso é justificado ao considerarmos que o autor durante muito tempo compôs o governo da dinastia Qing, que, seguindo a tradição imperial, tinha o confucionismo como uma de suas bases filosóficas. Que para além da sustentação da burocracia da China imperial, inspirou amplas camadas da população chinesa e constituiu um conjunto de pensamentos, regras e rituais sociais que foram praticados até a queda do regime imperial em 1911 (GAARDER, 2005).

Para Confúcio (551-479 A.C., Kung-Fu-Tze, em chinês), filósofo e teórico político que teve grande importância em toda a Ásia oriental, os seres humanos devem buscar sempre estar em harmonia, tal como o universo e a natureza. Sua tradição de pensamento, o confucionismo, entende o conceito de “Tao” (a harmonia predominante no universo) como o relacionamento bom e equilibrado entre todas as coisas, que deve constituir um modelo para toda a sociedade. Nessa linha, para alcançar a harmonia, os indivíduos precisam estudar o passado e a tradição em busca de conhecimento e da verdadeira compreensão (CORDEIRO, 2009). Para o pensador, essa ideia perpassa a valorização da hierarquia, “a conformação ao mundo tal qual ele é, a aceitação da ordem, a polidez e, principalmente, a importância dos laços familiares e da ancestralidade” (PINHEIRO-MACHADO, 2007, p.162).

Em termos econômicos, o confucionismo é geralmente visto como um grande apoiador da agricultura em detrimento do comércio. Entretanto, isso não necessariamente significa que a corrente filosófica seja contra o comércio (DENG, 1999). Segundo o confucionismo, apenas quando o comércio cria uma ameaça à harmonia social, ele deve ser suprimido. Pensamento que corresponde à postura adotada por Hongmou em seus escritos e que trouxe diversas consequências práticas à possibilidade do desenvolvimento do empresariado na China. Para Gang Deng (1999, p.118), “If one term is used to define Confucianism, it should be ‘orderism’ because Confucianism is more concerned than anything else with the balance of political and/or economic power among individuals and strata and between state and society.”

Apesar das características identificadas por Chase-Dunn e Thomas Hall (1997), na prática, como destaca Braudel (1967), a “hostilidade inconfundível a qualquer indivíduo que se tornasse ‘anormalmente’ rico” significava que “não podia haver capitalismo, a não ser dentro de alguns grupos bem definidos, apoiados e supervisionados pelo Estado e sempre mais ou menos à sua mercê” (BRAUDEL, 1967, p. 153 e 588-9). Para Arrighi (2008), esses capitalistas eram um grupo subordinado ao Estado e a existência de pequenos artesãos, mercadores e banqueiros, não significava que a China imperial estivesse tendo um desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, para o autor:

[...] o caráter capitalista do desenvolvimento com base no mercado não é determinado pela presença de instituições e de propensões capitalistas, mas sim pela relação entre o poder do Estado e o capital. **Pode-se acrescentar quantos capitalistas se queira à economia de mercado; se o Estado não estiver subordinado ao interesse de classe destes, a economia de mercado continua não-capitalista.** (ARRIGHI, 2008, p. 338, grifo nosso).

Mesmo assim, o poder e a influência desses grupos não devem ser subestimados. Como explicado no primeiro capítulo, antes da absorção feita pela economia-mundo capitalista, a Ásia oriental detinha seu próprio e autônomo sistema-histórico, que interligava diversos países da região em uma relação de pagamento de tributos centrada na China e, ao mesmo tempo, flexível o suficiente para manter relações estatais entre “iguais” (IKEDA, 1996). Na orla externa desse sistema, fora do território nacional chinês, grandes organizações comerciais de etnia chinesa exerciam seu poder, controlando redes extensas de intermediários e fornecedores de

mercadorias. Era no intermédio do comércio entre os países desse sistema sinocêntrico de comércio-tributo, que as redes de negócio chinesas encontravam suas melhores oportunidades econômicas (ARRIGHI, 2008). Nos séculos XVII e XVIII, os chineses já tinham um papel de liderança na vida econômica em algumas partes do sudeste asiático. Chegando ao ponto do rei tailandês confiar todos os aspectos do comércio exterior a alguns mercadores chineses, que se tornaram os agentes de comércio oficiais do governo do país (WANG, 1998; PENG, 2000).

Quando a economia-mundo capitalista começou a absorver a região a partir das Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), o Estado chinês fez diversas concessões para os estrangeiros. Por exemplo, cedeu Hong Kong para o Reino Unido, abriu cinco de seus portos para o comércio internacional (inclusive Shanghai), garantiu direitos a todos os mercadores ocidentais, políticos e missionários, e ainda perdeu parte de sua autonomia tarifária (LI, 2008). Mesmo com todas essas concessões estatais, os empresários estrangeiros que tentavam se instalar na China encontravam dificuldades para adentrar o mercado chinês, seja por conta da cultura e da língua ou da desconfiança da população. Diante desse cenário, os estrangeiros não tinham outro grupo a quem recorrer e buscavam o apoio do empresariado chinês e de suas redes de negócios para se instalarem de fato no país. Nas palavras de Arrighi:

As empresas ocidentais que instalaram unidades de produção na China jamais conseguiram penetrar de fato no vasto interior do país e tiveram de contar com os comerciantes chineses para comprar matéria-prima e comercializar seus produtos. (ARRIGHI, 2008, p. 343).

A compreensão da importância dessas redes para a integração do capital internacional na região, perpassa pelo conceito de *guanxi*, que por ser um conceito complexo e subjetivo, não tem uma definição única. Sua tradução literal pode ser “relacionamento”, mas quando utilizado nas Ciências Sociais, referimo-nos especificamente ao sistema de relacionamento de negócios vivenciado pela sociedade chinesa, no qual, de maneira simplificada, empresários se utilizam de suas conexões pessoais para prosperar profissionalmente. É incontestável que em outras culturas, inclusive ocidentais, esse movimento de busca por novas conexões profissionais e o uso de suas redes de contato pessoal para benefício profissional também ocorre, sendo conhecido em alguns lugares como “*networking*”. Entretanto,

no caso chinês, algumas peculiaridades diferenciam esse tipo de relacionamento daqueles de outras culturas.

No ocidente, as relações profissionais tendem a ser separadas da esfera pessoal. No Brasil, inclusive, é comum escutarmos o ditado “amigos, amigos... negócios à parte”, significando que não importa o nível de intimidade pessoal que duas pessoas tenham entre si, ao se tratar de negócios, todos são iguais. Essa noção se distancia do *guanxi*, pois como afirmam So e Walker (2006), no livro *Explaining Guanxi*, o conceito trata da totalidade dos relacionamentos e das pessoas, sem a separação de uma moralidade profissional. Nesse sentido, “*guanxi is the totality of any relationship; it is indivisible, pragmatic, or personal and pragmatic, but essentially utilitarian*” (Ibid., p. 3).

Por exemplo, mesmo que uma pessoa seja responsável por empresas distintas e seu parceiro comercial faça negócios com todas as diferentes empresas, esse parceiro considera que ainda está comercializando com uma só entidade, a pessoa com quem ele compartilha o *guanxi*. Na mesma lógica, um relacionamento comercial entre companhias chinesas pode começar com o estabelecimento, primeiramente, de laços entre os principais gerentes das companhias e ser mantido apenas na esfera pessoal durante muito tempo, mediante cuidadosa manutenção desses laços, para que só depois grandes negócios sejam fechados (MENTE, 1992). O *guanxi*, dessa forma, é personalístico e particular. São conexões entre pessoas e não entre firmas. Características essas, que trouxeram vantagens às redes chinesas em comparação às redes de outras etnias, como o acesso rápido e confiável a informações.

Segundo So e Walker (2006), o *guanxi* pode se iniciar por dois caminhos. Primeiramente, pela existência de características individuais e importantes em comum entre duas pessoas que as conectem de alguma forma, como família, cidade natal, local de trabalho ou estudo, entre outros. Ou, em segundo, a partir de um intermediário que já cultivava *guanxi* com as duas outras partes e que faz a ligação entre elas. Sendo este último, o caminho que, em parte, explica a dependência que o capital internacional teve das redes de negócios chinesas quando tentaram se instalar no território do país.

O cidadão comum da sociedade chinesa não compartilhava aspectos individuais de identificação com os estrangeiros para que o *guanxi* fosse iniciado. Dessa forma, o empresariado chinês, através de suas redes de comércio, atuou como

intermediário para a criação dessas conexões com a sociedade. Essa intermediação foi essencial para que a confiança que a sociedade tinha com o empresariado local parcialmente se transferisse aos estrangeiros. Há um ditado tradicional chinês que ilustra bem a importância dessa referência intermediária: *bu kan seng mian kan fo mian* (mesmo que você não dê as caras para o monge, pelo menos você deve dar as caras para o Buda). Neste ditado, Buda serviria como a referência para a criação de *guanxi* com o monge (Ibid.). Além disso, os estrangeiros precisavam se preocupar em como manter o *guanxi* com a sociedade. O que demanda tempo e recursos que os ocidentais, segundo os autores, podem ter dificuldades para aceitar (SO; WALKER, 2006).

Então, quando o capital internacional precisou da ajuda das redes de negócios chinesas no contexto das Guerras do Ópio, diversas oportunidades lucrativas para o empresariado chinês surgiram, com destaque para o fornecimento e transporte marítimo de trabalhadores sob contrato de servidão e transações financeiras associadas ao reenvio de fundos para a China (ARRIGHI, 2008). Assim, ampliou-se a capacidade desses mercadores lucrarem com a intermediação comercial e financeira na região e o povoamento chinês em todo o sudeste asiático se intensificou. Situação que aumentou o poder do empresariado chinês, enquanto o poder do Estado diminuía relativamente, com a perda das guerras.

Esta configuração trouxe uma nova dinâmica para as relações entre o Estado chinês e seus capitalistas. Como destaca Arrighi:

As pressões fiscais e financeiras geradas por guerras, rebeliões, condições comerciais adversas e desastres naturais forçaram a corte Qing não só a reduzir o controle das atividades dos chineses ultramarinos como também **buscar a ajuda financeira destes**. Em troca dessa ajuda, **a corte Qing concedeu-lhes cargos, títulos, proteção para propriedades e sociedades na China, assim como o acesso ao comércio de armas e ao negócio dos empréstimos governamentais, ambos muito lucrativos**. (ARRIGHI, 2008, p. 344, grifo nosso).

Para além das invasões e guerras com os estrangeiros, o governo Qing sofria com diversas rebeliões internas. Entre elas, destaca-se a rebelião dos camponeses de Taiping (1850-1864), que forçou o Estado chinês a solicitar ajuda militar dos senhores de terra regionais e, posteriormente ao fim da Segunda Guerra do Ópio, também das potências estrangeiras. É interessante notar que nesse momento

capitalistas estadunidenses e britânicos de Shanghai organizaram até mesmo brigadas de rifles para combater diretamente o exército rebelde (STAVRIANOS, 1981). O que marcou uma nova dinâmica entre o Estado chinês e o capital internacional.

O Estado chinês continuou perdendo força e mesmo com seus esforços de modernização bélica foi superado pelo Japão na Primeira Guerra Sino-japonesa (1894-1895), que no contexto da economia-mundo capitalista, ascendeu à semi-periferia, e se tornou o novo líder regional (ARRIGHI; AHMED; SHIH, 2001). Diante dessa crise política, ocorreu um golpe de estado que colocou a China novamente contra as potências ocidentais. Em uma tentativa de luta pela independência, o Estado se aliou à Rebelião Boxer, que tinha uma base camponesa e antiocidental. Mas contra uma coalizão formada por oito potências estrangeiras - Japão, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Alemanha, França, Áustria e Itália - a rebelião foi derrotada e a China foi reduzida à periferia da economia-mundo capitalista e se tornou nada mais do que um coletor de impostos para as potências ocidentais (LI, 2008).

A partir daí, a instabilidade política imperou e diversas tentativas de dominação do poder ocorreram, com muitos senhores de terra locais se aproveitando da situação e declarando a independência de seus territórios. Em 1911, após algumas revoltas e conflitos, a Dinastia Qing caiu e foi substituída por um novo governo nacionalista encabeçado pelo partido Kuomintang, que era inicialmente composto por representantes do empresariado chinês. O partido buscou reunificar a China e em busca do apoio militar soviético e com a ideia de controlar de perto os comunistas, se aliou ao Partido Comunista Chinês (PCC) em 1924, no que ficou conhecido como Primeira Frente Unida.

Os comunistas também tinham seus interesses e utilizavam-se dos grandes números dos nacionalistas para divulgar a filosofia comunista por todo o país. A aliança tinha o duplo objetivo de unificação e independência nacional, através do combate aos senhores de terra separatistas e às ameaças externas (MEISNER, 1999). Entretanto, em 1927, por divergências políticas, a aliança se tornou insustentável e iniciou-se um conflito entre os dois grupos, que só foi pausado em 1937 na Segunda Guerra Sino-japonesa, quando os dois grupos se juntaram na Segunda Frente Unida para combater o inimigo externo. Com a vitória chinesa sobre os japoneses em 1945, a aliança se desfez e a guerra civil entre os dois grupos

retornou, até que em 1949, após avanços e reveses, o Exército de Liberação Popular (ELP) marchou vitorioso sobre Beijing, marcando o início da China comunista.

Apesar de podermos verificar, como apresentamos nos últimos parágrafos, grandes mudanças políticas no país que alteraram as estruturas do Estado e, conseqüentemente, a relação entre o Estado e o empresariado, vale ressaltar alguns pontos que permaneceram os mesmos durante esse grande período de tempo. Até aqui, destacamos principalmente as mudanças da relação entre o Estado e o empresariado nos momentos de crise política do país, como durante e após as Guerras do Ópio. Quanto às características que continuaram, destacamos a força das redes de comércio chinesas na Ásia, ou seja, a força do empresariado chinês regionalmente, tal como a importância do país para as dinâmicas comerciais e políticas entre os países da região, que mesmo com tantas mudanças políticas internas, continuou relevante.

Voltando à história, percebemos que apesar das restrições sociais confucionistas e de não conseguir subordinar os interesses estatais aos interesses de sua classe, o empresariado chinês se desenvolveu consideravelmente no sistema sinocêntrico de comércio-tributo, expandindo seus negócios por todo o sudeste asiático e conquistando um papel de destaque na intermediação entre a China e o capital internacional durante a incorporação do país à economia-mundo capitalista. Depois disso, por um breve período, a relação deste grupo com o Estado chinês se tornou muito próxima (quando o governo foi exercido pelo Kuomintang). Mas a chegada dos comunistas ao poder trouxe uma nova dinâmica para essa relação, quando o Kuomintang foi expulso da China continental e se refugiou na ilha de Taiwan.

Essa nova dinâmica se resumiu em um afastamento pragmático do Estado chinês de seu empresariado, que não ocorreu apenas pelas disputas políticas internas do país, mas também por uma diferença ideológica fundamental. O marxismo, base ideológica do PCC, argumenta que a sociedade é historicamente marcada pela luta de classes e que “a luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se dessa forma num primeiro momento” e que, portanto, “é natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar a sua própria burguesia” (MARX; ENGELS, 1848, p. 50). Nessa perspectiva, ainda, o movimento organizado do proletariado deveria conquistar o poder político para elevar-se como classe dirigente da nação e, a partir disso, ter como missão “destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes” (Ibid., p. 50).

Assim, uma relação próxima entre o PCC e o empresariado chinês a longo prazo era ideologicamente impossível.

Com isso, as propriedades dos empresários chineses que eram aliados ao Kuomintang foram imediatamente confiscadas e nacionalizadas sem nenhuma compensação e no mesmo ano (1949), a maioria da grande burguesia já havia fugido do país. Entretanto, apesar das recomendações de total expropriação da burguesia contidas no Manifesto Comunista, a China de Mao Tsé Tung, em um primeiro momento, considerou a possibilidade do Estado trabalhar com o empresariado nacional patriota (aliada ao PCC) que decidisse ficar na China continental (LI, 2008). A ideia era a de aprender as técnicas administrativas e econômicas com aquele grupo que já tinha grande experiência empresarial para modernizar o país. Segundo Jonathan Fenby (2008), o governo sabia que se todos os empresários fossem eliminados, o resultado seria o fechamento de fábricas, a queda de produção e o aumento do desemprego. Por isso, o Estado decidiu tolerar certo nível de atividade capitalista. Na verdade, entre 1949 e 1953, as atividades foram até mesmo incentivadas, tendo o número de indústrias privadas aumentado de 123 mil para 150 mil e o número de trabalhadores em companhias privadas saído de 1,6 milhão para 2,2 milhões (MEISNER, 1999).

Mas Mao havia anunciado que o novo Estado não seria uma república burguesa, mas sim uma república do povo, o Estado da ditadura democrática do povo. Nesse sentido, apesar de alguns empresários manterem suas propriedades, o mercado não poderia ser regido pelo *laissez-faire*. Preços, salários e as condições de trabalho eram determinadas pelo Estado, com a supervisão estatal até mesmo sobre o gerenciamento das empresas. Mais do que isso, as empresas privadas eram dependentes da alocação de matéria-prima feita pelo Estado e os lucros eram controlados. Portanto, a nova relação entre o empresariado chinês que se manteve no país e o Estado era de total dependência produtiva (Ibid.).

Após 1953, o papel dos empresários privados na passagem de conhecimento havia se encerrado e o Estado voltou a tomar o controle direto das companhias comerciais e industriais privadas. Seja por meio de estatizações ou da criação compulsória de “companhias privadas-estatais”, que, na prática, garantia o controle estatal sobre a administração. Por volta de 1956, o setor privado urbano havia deixado de existir e todas as empresas industriais e comerciais de tamanho significativo haviam sido efetivamente nacionalizadas (MEISNER, 1999). O que gerou um novo

surto de migração chinesa para o sudeste da Ásia, principalmente Hong Kong e Taiwan, e para os Estados Unidos (ARRIGHI, 2008). Em outras palavras, a vitória comunista reforçou as fileiras empresariais da diáspora chinesa e, conseqüentemente, as redes de negócios chinesas de fora do país.

Em 1958, Mao lançou o programa econômico “Grande Salto Adiante”, que deveria desenvolver a economia do país através do investimento na produção agrária e na atividade industrial. Porém, resumidamente, os resultados esperados não foram alcançados e, ao invés de melhorar a condição de vida da maioria da população, milhões de pessoas perderam suas vidas devido à fome. O fracasso do programa afetou a imagem de Mao, que acabou sendo retirado do comando do país. O que não duraria muito tempo, pois em 1966, Mao Tsé-Tung retomou o controle político do país através do movimento social conhecido como “Revolução Cultural Chinesa”.

O objetivo do movimento era maior do que simplesmente levar Mao de volta ao poder, era sobre uma reforma total na estrutura política e na vida social do país, era sobre uma transformação espiritual da sociedade (MEISNER, 1999). A ideologia comunista deveria ser reforçada para que o perigo de uma regressão ao capitalismo fosse superado. Com a ajuda da “Gangue dos Quatro”¹⁵ e da Guarda Vermelha¹⁶, milhões de pessoas foram perseguidas e exiladas, incluindo figuras importantes para o partido como Deng Xiaoping. Nesse contexto, a relação entre o Estado chinês e o empresariado privado foi totalmente cortada e se manteve assim pelo menos até 1976, quando Mao faleceu e a Revolução Cultural teve seu fim.

Nesta recapitulação histórica ficou claro que a relação entre o empresariado e o Estado chinês na longa duração passou por diferentes configurações, mas apenas no curto e conturbado período do governo Kuomintang, a classe capitalista chinesa teve o protagonismo no mecanismo estatal. A subordinação dos interesses do empresariado aos interesses do Estado foi praticamente constante e se intensificou após a revolução comunista de 1949, chegando ao ponto da eliminação das atividades capitalistas na China urbana durante a Revolução Cultural. Entretanto, com a chegada dos anos 80, novos desafios se colocaram à frente do país. Um cenário de ascensão do neoliberalismo e reta final da Guerra Fria trouxeram novas dinâmicas e pressões

¹⁵ Grupo de filiados ao PCC que tiveram papéis de destaque na liderança da Revolução Cultural durante seus 10 anos da revolução. Composto por: Zhang Chunqiao, Wang Hongwen, Yao Wenyan e Jiang Qing (esposa de Mao).

¹⁶ Milícia popular reunida por Mao Tsé-tung que era fiel às ideias do líder descritas no “Livro Vermelho”.

internacionais ao país que passava por um momento de reforma, após a morte de Mao Tsé-Tung. Essa nova conjuntura do sistema-mundo capitalista e suas influências na relação entre o Estado chinês e o empresariado são o tema da próxima seção.

2.3 O ESTADO CHINÊS E O EMPRESARIADO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Com a queda de Mao e da “Gangue dos Quatro”, uma antiga liderança política retornou ao topo do partido. Deng Xiaoping, que havia sido perseguido durante a Revolução Cultural, voltou a influenciar as decisões tomadas pelo país. Entre os anos de 1980 e 1989, além de viver uma luta interna constante a fim de implementar uma agenda de modernização no país, o líder chinês encontrou um cenário internacional bem diferente de quando havia sido exilado do governo. A economia-mundo capitalista vivenciava a ascensão da ideologia neoliberal e a fase final da Guerra Fria. Regionalmente, a Coreia do Sul havia se elevado a potência econômica regional através de políticas desenvolvimentistas e o Japão alcançava destaque em todo o sistema, mostrando sua influência internacional mesmo sem a manutenção de uma grande força militar própria.

Para se adequar à nova realidade, nos primeiros anos de governo, o líder defendeu a institucionalização das “Quatro Grandes Modernizações”, um conjunto de mudanças voltadas ao desenvolvimento das áreas da indústria, ciência e tecnologia, agricultura e forças armadas. Para ele, estava evidente que apesar da evolução tecnológica que a China havia conquistado desde a Revolução Comunista, era necessário avançar ainda mais e isso só poderia ser alcançado a partir da absorção de conhecimentos estrangeiros. Mensagem que deixou clara em seu discurso de março de 1978:

One must learn from those who are more advanced before he can catch up with and surpass them. Of course, in order to raise China's scientific and technological level we must rely on our own efforts, develop our own creativity and persist in the policy of independence and self-reliance. But independence does not mean shutting the door on the world, nor does self-reliance mean blind opposition to everything foreign. Science and technology are part of the wealth created in common by all mankind. Every people or country should learn from the advanced science and technology of others. It is not just today, when we are scientifically and technologically backward, that we need to learn from others. Even after we catch up with the most advanced countries, we

shall still have to learn from them in areas where they are particularly strong.
(CHINA, 1978, p. 1-2).

Para alcançar esses objetivos, Deng Xiaoping tentou manobrar o Estado chinês para uma posição política equidistante das superpotências. A ideia era a de que a política externa estatal se aproveitasse da bipolaridade da Guerra Fria e se tornasse “independente”, ou seja, não-alinhada com qualquer potência estrangeira em oposição a outra. A normalização das relações com os EUA ocorreu por meio de um *communiqué* assinado em 17 de agosto de 1982, no qual os EUA declaravam não pretender levar adiante uma política de venda de armas a Taiwan, desde que os chineses, em retribuição, afirmassem suas intenções pacíficas à ilha. Enquanto isso, o diálogo com a URSS apresentava mais dificuldades, dado que a presença de tropas soviéticas ao longo da fronteira norte da China, obrigava os chineses a gastar recursos com a manutenção de tropas na região. Além disso, a guerra contra o Vietnã, que era apoiado pela URSS, causou alguns atritos entre Pequim e Moscou. Por isso, o relacionamento ficou congelado por um tempo e só avançou em 1985, quando Mikhail Gorbachev chegou ao poder e assinou em 1986 um importante acordo econômico voltado à renovação das antigas instalações soviéticas em troca de bens de consumo (MARTI, 2007).

O novo posicionamento político internacional da China abriu as portas do país tanto aos empresários chineses que haviam sido exilados após a revolução de 1949, quanto para o capital internacional. No setor industrial, essa nova relação entre o Estado comunista chinês e o empresariado se consolidou por meio das zonas econômicas especiais (ZEE) criadas em 1979. Basicamente, elas delimitavam áreas em que os empresários capitalistas poderiam fazer seus negócios com taxas reduzidas, tarifas menores, infraestrutura moderna, legislação trabalhista e salários flexíveis e menos burocracia. O objetivo era atrair investidores para que fossem introduzidos no país, tecnologias e métodos modernos de administração de empresas (CASTELLS, 1999). A partir dessas empresas, assim como o Japão havia feito anos antes, o Estado criaria um fluxo de divisas a partir das exportações, assegurando recursos para a modernização e, ao mesmo tempo, garantiria que empresas nacionais aprendessem as melhores práticas de gestão internacionais e absorvessem as tecnologias mais avançadas do mercado, assim como a Coreia do Sul havia feito. Lógica essa, que demonstra o olhar atento que o Estado teve sobre as políticas

nacionais de desenvolvimento de seus vizinhos e que lembra bastante a abordagem comunista nos primeiros anos de governo pós-revolução, quando tolerou a existência de um empresariado nacional patriota em troca de conhecimentos em métodos de administração de empresas.

Entretanto, para além das novas tecnologias e métodos de administração, esta nova abertura trouxe consigo ideias favoráveis ao liberalismo e à democracia ocidental. Então, para que essa ideologia não se espalhasse pelo país, o governo defendeu e destacou a importância dos “Quatro Princípios Cardeais”, que deveriam ser o limite moral para as modernizações e garantiriam que, apesar delas, a China continuasse sua trajetória socialista. Os princípios eram: prosseguir na estrada do socialismo, preservar a ditadura popular democrática, sustentar a liderança do Partido Comunista e apoiar o marxismo-leninismo e as ideias de Mao Tsé-Tung (MARTI, 2007).

Na opinião de Deng Xiaoping, mesmo com a entrada desta nova ideologia em defesa do mercado, as vantagens das ZEE superavam as desvantagens. Para ele, a disputa entre mercado e planejamento econômico não era uma questão que colocaria os Quatro Princípios Cardeais em cheque. A interpretação era a de que o socialismo não era definido pela existência de uma economia planejada, dado que o capitalismo também tem planejamento econômico enquanto, por outro lado, a simples existência de uma economia de mercado não tornaria a China capitalista, porque o socialismo também trabalha com o mercado (Ibid.).

Então, partindo da premissa de que tanto o planejamento, quanto o mercado são instrumentos da economia, o primeiro estágio de reformas econômicas do Estado chinês focou no incentivo de uma economia de mercado que pudesse coexistir com uma economia planejada (NOGUEIRA; QI, 2019). Em conjunto com a criação das ZEE, foi instalado, entre 1978 e 1983, o Sistema de Responsabilidade Familiar, que devolvia às famílias rurais a responsabilidade das decisões e do controle dos excedentes agrícolas, que estavam com as comunas. O que juntamente com a descentralização fiscal e a maior autonomia e incentivo aos governos locais contribuíram na formação das Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs). Como destaca Arrighi (2008):

[...] as EAMs tornaram-se a fonte primária da reorientação das energias empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas. Sendo financeiramente auto-suficientes em

sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais. (ARRIGHI, 2008, p. 367).

Para que essas reformas fossem aprovadas, foi necessário que Deng Xiaoping, com muita luta política, liderasse uma renovação nos quadros do partido. Já em 1987, no XIII Congresso do Partido, mais de 90% dos membros presentes não haviam feito parte do Comitê Central antes de 1982 (MARTI, 2007). O que refletiu na aprovação de importantes reformas. Em 1988, por exemplo, o Congresso Nacional do Povo aprovou um conjunto de leis que permitiu o estabelecimento de empresas privadas com mais de oito empregados e passou a autoridade sobre empresas estatais aos seus gerentes, incluindo o direito de demitir funcionários (TSAI, 2005).

No entanto, mesmo com a criação pelo Estado de condições de produção capitalista mais favoráveis, em um primeiro momento os empresários estrangeiros não investiram abundantes quantidades de capital no território chinês. Queixando-se de falta de liberdade e por conta das restrições de remessas de lucros ao exterior, as empresas multinacionais limitaram os investimentos, retendo tecnologia e negociando fatias de mercado diretamente com o governo (CASTELLS, 1999). Diante desse cenário, as relações entre o Estado e o empresariado chinês voltaram a se aquecer quando o governo recorreu às redes de negócios chinesas que haviam se espalhado pela Ásia e Estados Unidos pós-revolução comunista, para incentivar a entrada de capital internacional. Assim como no período em que a dinastia Qing enfrentou diversas guerras e rebeliões, as redes de negócio chinesas, de certo modo, financiaram o Estado. Desta vez, investindo diretamente e possibilitando o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão-de-obra e as autoridades do governo. Nas palavras de Manuel Castells, a:

[...] nova competitividade da China não se originou das ineficientes empresas estatais nem, na maior parte, da sua iniciativa privada, ainda engatinhando. Foi organizada com base em investimentos, *know-how* e especialização em mercados mundiais por parte de investidores chineses fora do país que, em cooperação com um tipo especial de parceiros institucionais, constituíram o elo básico entre a China e a economia global nas décadas de 80 e 90 (CASTELLS, 1999, p. 356).

Dado a familiaridade com o idioma, os costumes e os hábitos locais, a manipulação de vínculos comunitários e de parentesco (*guanxi*) - que se reforçam com doações generosas para instituições locais - e o tratamento preferencial que recebiam das autoridades do PCC, esses capitalistas podiam adentrar o território chinês com mais facilidade, contornando a maioria dos regulamentos existentes (ARRIGHI, 2008). Principalmente com a ajuda desses novos parceiros institucionais mencionados por Castells (1999), denominados empresários burocráticos, que eram com muita frequência membros do PCC e que, por isso, tinham acesso a recursos graças ao controle sobre as instituições e finanças públicas.

Isso reaproximou a classe capitalista expatriada chinesa do território continental e fez com que o Estado chinês demonstrasse certo comprometimento com a classe. Em 1988, por exemplo, o governo estendeu para os habitantes de Taiwan muitos privilégios antes concedidos apenas aos moradores de Hong Kong (SO; CHIU, 1995). O que demonstra a evolução e maior aproximação entre as partes ainda antes dos anos 90.

Além disso, outro tipo de relação começou a se cultivar dentro do território chinês. Alguns empresários privados, gerentes de empresas estatais e oficiais do Estado começaram a utilizar suas redes de *guanxi* para lucrar com as novas reformas, especialmente com o sistema de preços duplos recém instalado. Basicamente, através de subornos, pressão ou favores políticos, esse grupo comprava bens com preços tabelados e depois, por meio da especulação no mercado, lucravam, transformando seu poder político em poder econômico, através desse tipo de corrupção que ficou conhecido como *guandao* (NOGUEIRA; QI, 2019).

No final da década de 1980, a população já se demonstrava insatisfeita com esse alto nível de corrupção e com as contradições trazidas pelas reformas. Fazendo com que Deng Xiaoping iniciasse uma campanha anticorrupção e emplacasse medidas econômicas que desencorajassem investimentos fora do planejamento estatal. Houve uma interrupção nos empréstimos a empresas rurais, foram aumentados os juros para as poupanças individuais, feitas restrições às quantias que podiam ser sacadas e impostas restrições às firmas de comércio exterior para reduzir seus lucros e os tipos de mercadorias que poderiam ser importadas. Além disso, para controlar a inflação, o partido voltou com o controle dos preços do aço, do cobre, do alumínio e da produção de outros materiais, controle monopolista de fertilizantes (MARTI, 2007).

Por outro lado, a campanha anticorrupção teve vida curta, dado que lideranças importantes do partido estavam envolvidas no *guandao*. O que motivou um grande grupo de estudantes a marchar em 1989 rumo à Praça Tiananmen para protestar contra a corrupção e pedir por reformas internas no partido. Em uma petição que entregaram aos líderes do partido, cobraram sete pontos:

- 1) considerar correto o entendimento de Hu Yaobang sobre democracia e liberdade; 2) reconhecimento de que as campanhas contra a poluição espiritual e a liberalização burguesa tinham sido equivocadas; 3) divulgação da renda dos líderes do estado e de suas famílias; 4) fim da proibição da imprensa privada e instituições da liberdade de expressão; 5) aumento de verbas para a educação e maiores salários para os intelectuais; 6) fim da restrição às manifestações em Pequim; 7) Realização de eleições democráticas para a substituição de autoridades governamentais que haviam tomado decisões políticas equivocadas. (ZHANG, 2002, p.26).

Após dias fazendo uma greve de fome, os estudantes ganharam o apoio de milhares de outros cidadãos que também saíram às ruas para demandar respostas do governo (NATHAN, 2001). Com o receio de que esse movimento se espalhasse por toda a China e vendo uma intenção oculta de derrubar o partido, alguns grupos do governo classificaram o incidente como tumultos e reprimiram as manifestações através do exército. Como resultado, entre 500 e 2 mil manifestantes morreram¹⁷ e diversos líderes políticos favoráveis às reformas econômicas de Deng Xiaoping foram afastados, fazendo com que ele perdesse a maioria dos votos no Comitê Permanente e, conseqüentemente, perdesse o controle sobre o planejamento das políticas econômicas estatais (MARTI, 2007).

Resumidamente, a década de 1980 ficou marcada por uma reaproximação do Estado com o empresariado capitalista chinês que havia se espalhado no sudeste asiático durante os primeiros anos do regime comunista. Por meio das reformas administrativas e a criação das ZEE, o capital internacional voltou a circular no território continental chinês e as redes de negócio chinesas serviram novamente de apoio financeiro para a modernização do país. Além disso, as reformas permitiram o surgimento de um novo tipo de corrupção, que permitiu a membros do governo e

¹⁷ Como afirmado pelo jornal O Globo, o número exato nunca foi conhecido. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/morre-jiang-zemin-ex-presidente-que-comandou-a-china-durante-decada-de-crescimento-meteorico.ghtml>. Acesso em: 28/04/2023.

peças influentes a transformarem seu poder político em poder econômico. O que resultou na insatisfação de alguns grupos da sociedade e no levante de Tiananmen.

A década de 1990 começou com grandes acontecimentos no tabuleiro global. Com invasão do Kuwait pelo Iraque, iniciou-se a Guerra do Golfo (1990-1991), que serviu de palco para os Estados Unidos mostrarem seu poderio militar e tentarem recuperar seu prestígio que havia sido abalado após o fracasso na Guerra do Vietnã. A rápida velocidade com a qual o exército estadunidense conseguiu expulsar do Kuwait o exército iraquiano, que utilizava armamento soviético, impressionou os comandantes do Exército de Libertação Popular - exército chinês. O espetáculo televisivo das conquistas bélicas dos EUA fez com que essas lideranças percebessem que a tecnologia da guerra estava evoluindo e que se o exército quisesse se manter no alto nível internacional, seria necessário ter acesso a novas tecnologias e aumentar o investimento, tal como prediziam as Quatro Grandes Modernizações de Deng Xiaoping (MARTI, 2007). O que fez com que o exército tendesse a apoiar o grupo político reformista que havia perdido espaço no Estado chinês no final da década de 1980.

Enquanto isso, do outro lado da Guerra Fria, a URSS demonstrava grande fragilidade econômica e as reformas liberalizantes pela qual passava não pareciam solucionar os problemas estruturais de sua economia. O que não era interessante para o Estado chinês, dado que o socialismo como causa internacional poderia sofrer um duro golpe moral se o comunismo entrasse em colapso em seu país de origem. Além disso, o plano de modernização iniciado em 1978 na China tinha como uma de suas bases a atração de investimento ocidental e se a URSS falisse totalmente, as potências ocidentais poderiam aproveitar o momento para investir no país, o que desviaria o fluxo de capitais que poderia ir para a China e que potencialmente transformaria o aliado fronteiriço em um inimigo ideológico (Ibid.).

Em contrapartida, a queda da URSS em 1991 significava para Deng Xiaoping uma oportunidade única. Ele sabia que essa situação somada à retirada estadunidense da região abriria um vácuo de poder no sudeste asiático, que poderia ser preenchido pela presença chinesa. Nessa época, o Estado chinês começava a perceber uma nova ordem multipolar se formando na economia-mundo capitalista e sabia que o país poderia se tornar um de seus polos se agisse rapidamente e garantisse o sucesso de suas modernizações (Ibid.).

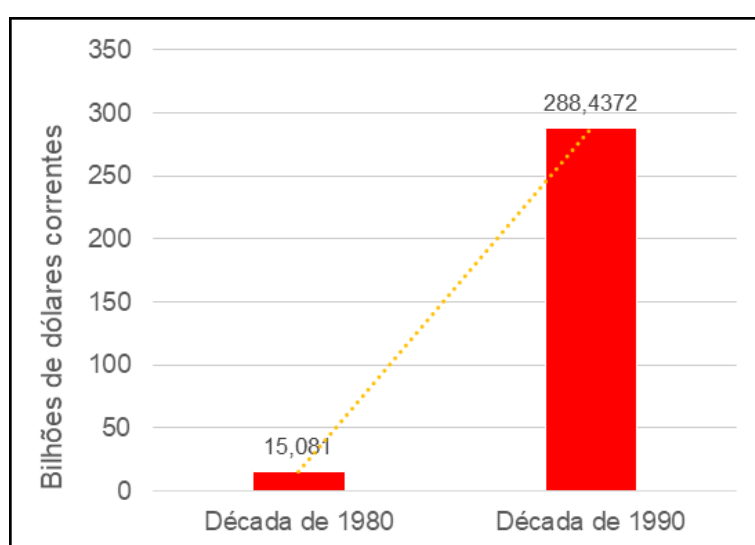
Para alcançar esse objetivo, o grupo que defendia as reformas econômicas precisava voltar ao poder. Então, Deng Xiaoping começou a se movimentar para traçar o que ficou conhecido como o “Grande Compromisso”. Primeiramente, ele se aliou ao Exército de Libertação do Povo, com o qual já havia uma ligação pessoal forte, por ter indicado alguns membros e conhecer o alto escalão da organização. O ELP, que à sombra da Guerra do Golfo e da queda da URSS, também ansiava pela modernização das forças armadas, se responsabilizou por apoiar politicamente o líder chinês, por garantir a primazia do partido e a unidade do Estado. Além do exército, para reconquistar as rédeas da política estatal chinesa, Deng fez uma jornada pelas províncias do Sul do país convencendo os chefes regionais da importância das reformas e arrecadando seus apoios políticos. Com a força política desses dois grandes grupos, o líder foi capaz de convencer os anciões do partido a tomarem seu lado e, assim, a facção voltou a comandar a política chinesa. O “Grande Compromisso”, resumidamente, como destaca Marti, teve três componentes-chave:

1. O ELP apoiaria as reformas de Deng, a primazia do partido e a unidade do estado; 2. em contrapartida, os líderes do partido nas províncias garantiriam a remessa de rendas para o governo central; e 3. o governo central, por sua vez, financiaria a contínua modernização do exército. (MARTI, 2007, p. xi/xx).

Com isso, as reformas avançaram e a década de 1990 ficou marcada pela implementação de uma série de novas políticas que visavam criar um ambiente favorável para que os empresários estrangeiros investissem e se sentissem seguros para desenvolver suas atividades no país. Destacam-se as seguintes leis: Copyright Law (1990), Lei Antitruste (1993), Lei do Progresso da Ciência e Tecnologia (1993), Adoção do Tratado de Cooperação de Patentes (1994), Lei da Garantia (1995), Lei de Instrumentos Negociáveis (1996). Para além de suas políticas de atração de investimento e seu grande mercado interno, o país ainda contava com uma imensa reserva de mão-de-obra que se destacava das de outros países. Para Arrighi, a característica mais atraente do país para o investimento produtivo, era “a alta qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China” (ARRIGHI, 2008, p. 357).

O que levou a uma rápida expansão do investimento direto, com o maior direcionamento de capital japonês, estadunidense e europeu ao território continental. Entre as décadas de 1980 e 1990, a entrada de investimento direto externo cresceu mais de 1800%, demonstrando que as iniciativas chinesas de atração de capital estavam funcionando. No gráfico 1 é possível ver a grande diferença entre os períodos.

Figura 2 – Gráfico de entrada de investimento direto externo na China nas décadas de 1980 e 1990 em bilhões de dólares correntes.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Banco Mundial.

Entretanto, é importante destacar que este crescimento não significou que o capital ocidental estava financiando a modernização chinesa ou que a China havia aberto totalmente seu mercado. Para o Estado chinês, os capitalistas internacionais eram importantes se os seus negócios servissem ao interesse nacional chinês. Não era interessante que fossem levadas apenas montadoras ou revendedoras que não agregassem tecnologia ao país. Em 1990, por exemplo, o Estado informou a grandes empresas japonesas que, a menos que levassem consigo os fabricantes de peças, não precisavam se mudar para lá (ARRIGHI, 2008). Ainda, como destaca Arrighi, nesta fase, o grupo que se destacava na quantidade de investimentos ainda era o dos capitalistas de etnia chinesa:

Em 1990, quando o investimento japonês decolou, o investimento conjunto de 12 bilhões de dólares de Hong Kong e Taiwan constituíam 75% de todo o investimento estrangeiro na China, quase 35 vezes a parte japonesa. E por

mais que o investimento japonês tenha crescido a partir daí, ele mais seguiu do que liderou o boom dos investimentos estrangeiros na China. [...] Em outras palavras, o capital estrangeiro aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou nem liderou. (ARRIGHI, 2008, p. 358-359).

Além disso, o Estado chinês, por meio de suas holdings estatais e subsidiárias, manteve o controle dos setores industriais estratégicos da economia, como petróleo, alimentos, combustíveis nucleares, matérias-primas químicas, equipamento de transporte, mineração e suprimento de energia elétrica, gás e água. Dessa forma, mesmo com o aumento da presença de empresários privados na China, o Estado manteve um nível de controle que o permitiu atuar de maneira ativa nas estratégias nacionais de desenvolvimento econômico (PIRES, 2011).

Ainda na década de 1990, como resultado da política de privatizações de estatais, um novo grupo de empresários capitalistas domésticos surgiu no país. Com a intenção de aumentar a produtividade e concentrar os esforços de administração estatal em setores estratégicos para o Estado, as empresas estatais não estratégicas foram “vendidas” em condições extremamente favoráveis a seus compradores, em processos que Nogueira (2018) afirma que pareceram muitas vezes mais com transferências de ativos do que propriamente com vendas. Antigos gerentes de empresas estatais e autoridades locais, através de créditos consignados, se tornaram proprietários dessas empresas sem terem que desembolsar nada. Nesses casos, o pagamento dos empréstimos eram condicionados a lucros futuros ou até mesmo não eram pagos, graças ao perdão de dívidas (NOGUEIRA; QI, 2019). Assim como no caso do *guandao* durante os anos 80, nesses processos as ligações de *guanxi* mostraram sua força e os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais (HONG, 2004).

Como enfatizam Nogueira e Qi (2019), essas empresas recém-privatizadas alcançaram um rápido crescimento ao explorar ativos e tecnologias que antes eram públicos. No entanto, isso geralmente aconteceu às custas de demissões em massa e uma postura disciplinadora em relação aos funcionários remanescentes, que eram ameaçados com o risco de perder seus empregos. No período entre 1995 e 2003, cerca de 50 milhões de empregos foram perdidos. Além disso, alguns indivíduos com acesso privilegiado a informações sobre ativos específicos ou conexões pessoais com

autoridades governamentais locais, tiveram a capacidade de afetar os preços dos ativos. Como resultado, houve perda de ativos, perdão de dívidas e concessão de crédito subsidiado para investidores sem capital suficiente. Para os autores, o período entre 1992 e 2008 foi caracterizado por um segundo estágio nas relações entre o Estado e os capitalistas, pelo qual os capitalistas privados:

[...] emerged, along with primitive accumulation in the form of massive privatization of state-owned and collective assets and the expropriation of land. The state-capital relationship during this stage was a “great compromise:” the state allowed the rise of capitalists on the condition that it maintained a crucial role in the economy (NOGUEIRA; QI, 2019, p. 6).

No final da década de 1990, uma crise financeira atingiu a Ásia e tornou países como Japão e Coreia do Sul em palcos de desastres econômicos. Oliveira (1999) destaca quatro motivos para a crise: 1) o excessivo investimento externo, 2) a inadequada supervisão financeira dos sistemas nacionais, 3) a excessiva confiança no mercado e 4) a dinâmica política do desenvolvimento. Enquanto, na avaliação chinesa, o principal motivo havia sido a inexistência de sistemas eficazes para supervisionar e controlar os grandes capitais financeiros que se moviam no mercado mundial. O que permitiu que alguns especuladores criassem problemas nas economias nacionais. Como afirma o autor, a China emergiu relativamente fortalecida da crise, dado que Japão e Coreia do Sul foram duramente impactados pela crise. Isso se explica, segundo Castells (1999), pela integração limitada do país na economia global, sobretudo nos mercados financeiros e no comércio internacional. Além disso, ao contrário das políticas de austeridade recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o país empenhou-se em um plano de gastos públicos, especialmente, em infraestrutura e habitação.

Assim, a década de 1990 foi um período de grande disputa interna em um contexto internacional marcado por intensos acontecimentos como a queda da URSS e a Crise Asiática. Como resultado deste emaranhado histórico, o grupo favorável às reformas econômicas triunfou e a relação entre o Estado chinês e empresariado chinês se fortaleceu. No âmbito internacional, os fluxos de capital ocidental, japonês e principalmente das redes de negócios chinesas se ampliaram em níveis jamais vistos. Enquanto no âmbito doméstico, um novo grupo empresarial privado começou a se formar a partir da privatização das estatais.

2.4 O ESTADO CHINÊS E O EMPRESARIADO NO SÉCULO XXI

A virada do século trouxe uma maior integração do país com o sistema internacional. Em 2001, a China se filiou à Organização Mundial do Comércio (OMC), provocando a expansão do número de empresas se instalando no país e com sua estratégia *Going Global*, iniciada em 1999, incentivou as empresas domésticas a expandir suas operações para o exterior e aumentar sua presença global. Enquanto, no âmbito regional, foi firmado um acordo comercial entre o país e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)¹⁸, que foi implementado gradualmente entre 2005 e 2010 e que aumentou o comércio entre a China e os países do sudeste asiático, chegando ao ponto da China se tornar o maior parceiro comercial da ASEAN já em 2009. “O comércio entre a ASEAN e a China mais do que duplicou desde 2010, passando de 235,5 mil milhões de dólares para 507,9 mil milhões de dólares em 2019 (18% do total da ASEAN)” (ASEAN, 2023, p.1). Além disso, no âmbito político internacional, o país participou de uma nova iniciativa de alinhamento de política externa com países em desenvolvimento, que foi denominada em 2006 como grupo dos BRICs¹⁹.

Esse novo posicionamento internacional do país foi um reflexo da liderança de Jiang Zemin, que estava à frente do partido e continuou as reformas de abertura econômica propostas por Deng Xiaoping. Na mesma esteira, no âmbito doméstico, a relação entre o Estado e o empresariado alcançou um novo nível de interação. Assim como Deng Xiaoping havia feito, adaptando o discurso ideológico do partido com seus “Quatro Princípios Cardeais”, Jiang Zemin introduziu no PCC a denominada “Teoria dos Três Representantes”. Para ele, o Estado comunista chinês deveria representar a cultura avançada da China, os interesses fundamentais da maioria do povo chinês e as forças produtivas avançadas da China. Sendo essas “forças produtivas avançadas da China”, representadas pela nova classe empresarial e intelectual que havia se desenvolvido desde o início das reformas de abertura econômica do país (MARTI, 2007).

¹⁸ Para mais informações sobre a Associação de Nações do Sudeste Asiático e sobre o acordo com a China, acesse: <https://asean.org/our-communities/economic-community/integration-with-global-economy/asean-china-economic-relation/>. Acesso em: 28/04/2023.

¹⁹ Formado, inicialmente, pelos países: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do grupo, que adotou a sigla BRICS. Para mais informações sobre os BRICS, acesse: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 28/04/2023.

Este foi um marco importante para as relações entre o Estado e o empresariado chinês, pois, de maneira prática, o líder passava a defender uma reforma política do PCC para que as vozes dos empresários também fossem ouvidas. O que enfraquecia a linha tradicional do PCC de ser exclusivamente um representante dos camponeses e dos proletários. Em seu discurso²⁰ proferido na reunião de comemoração do 80º aniversário de criação do PCC, em 2001, Jiang Zemin afirmou:

In order to remain a representative of the requirements of the development of China's advanced productive forces, **it is necessary to bring the Party's theory, line, program, principles, policies and all work into line with the law governing the development of productive forces**, make them reflect what is required in promoting the release and development of social productive forces, especially in the development of advanced productive forces so that the living standards of the people improve steadily through the development of productive forces. [...] **In all historical stages of the socialist society, it is necessary to make the socialist system improve and develop itself through reforms in line with the demand of the economic and social development.** Only by so doing, is it possible to make the socialist system filled with vigor and vitality. All comrades in the Party should firmly implant in mind this basic viewpoint and awareness on socialist reform and development. (CHINA, 2001, p. 8-10).

Em meio a este contexto, os empresários chineses passaram a explorar dois caminhos para terem seus interesses representados: 1) a filiação ao Partido Comunista Chinês (PCC) e 2) a participação na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Sendo esta última, um dos quatro órgãos²¹ que dividem a governança do país com o Comitê Central do Partido Comunista (FERNANDES, 2014).

O primeiro caminho, gerou um novo grupo dentro do empresariado chinês. O que Bruce J. Dickson (2003) denominou como “capitalistas vermelhos”, que resumidamente são empresários privados que também são membros do PCC. A filiação no partido para esse grupo, pode ser antecedente ou posterior a abertura de empresas próprias. Quando ela é antecedente, ou seja, membros do PCC decidem

²⁰ Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2001/Jul/15486.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

²¹ São eles: a Comissão Militar Central, o Conselho de Estado, o Congresso Nacional do Povo (CNP) e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC).

iniciar negócios privados próprios, geralmente os contatos pessoais internos ao partido são instrumentalizados para potencializar seus ganhos relativamente a outras empresas. O que novamente nos remete aos conceitos de *guanxi* e *guandao* supracitados.

Outro movimento possível é o de empreendedores se filiarem ao partido para aumentar sua rede de contatos e potencializar seus negócios. O que demanda grande dedicação por parte deles e a realização de processos demorados e nada simples. Na prática, após se inscreverem no processo de filiação no partido, os candidatos são monitorados diariamente por no mínimo três anos, por dois membros do partido designados especificamente para monitorar e avaliar sua lealdade, desempenho no trabalho e a relação com seus colegas de trabalho. Após os primeiros dois anos, geralmente se inicia um processo de apreciação, quando são levantadas as opiniões sobre o candidato, a partir de entrevistas com colegas de trabalho não membros do partido e é decidida a portas fechadas sobre a filiação provatória do candidato. Se os empresários passarem por esse processo, eles passam a ser monitorados por mais um ano, até conseguir suas filiações completas no partido (LI et al., 2008).

Todo esse trabalho e dedicação não são à toa e podem trazer bons resultados financeiros para esses empresários. Um estudo conduzido por LI et al. (2008), a partir de um levantamento com mais de duas mil empresas privadas na China, concluiu que a filiação no PCC de fato aumenta o desempenho das empresas privadas. Isso ocorre porque os membros do partido interagem com oficiais de governo, gerentes de bancos, gerentes de empresas estatais, e assim constroem relações (*guanxi*) com figuras-chave da política e da economia nacional. O que, na prática, se traduz na facilitação de processos burocráticos, na obtenção de empréstimos de bancos ou outras instituições estatais e na maior participação em processos judiciais de disputas empresariais. Efeitos esses, que ocorrem com maior frequência em regiões com mercados e sistemas legais pouco desenvolvidos.

Por conta da dificuldade atrelada ao processo de filiação, alguns empresários preferem seguir pelo segundo caminho citado, a participação na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Instituição essa, que surgiu logo após a Revolução Socialista Chinesa e serviu como plataforma para a participação da sociedade na discussão sobre a criação do governo central chinês. Após o cumprimento desta missão, a CCPPC caiu em desuso até que foi revivida e reformada nos anos de 1980, no contexto das reformas administrativas puxadas por Deng

Xiaoping. Desde 1982, a instituição passou a ter duas missões principais, a “consulta política” e a “supervisão democrática” (XIAOJUN, 2011). O que explica a sua composição tão diversificada, dado que a CCPPC é a principal instituição pela qual os oito partidos não comunistas existentes na China são representados, além de outros grupos sociais e religiosos minoritários.

Para se tornar um membro do CCPPC os empresários também precisam passar por uma seleção realizada pelo PCC, em que alguns requisitos são cobrados, entre eles, um bom caráter político e moral, ser inteligente, talentoso e influente, manter um contato regular com o PCC, amar o Partido, amar a terra socialista e estar disposto a agir pela unificação da China (Ibid.). O que gera algumas críticas internas sobre a real representatividade trazida para os demais partidos e minorias pela instituição, que por vezes é chamada de “ouvido dos surdos” (YEW, 2016).

Ao entrar no CCPPC é esperado que o novo membro aumente sua participação filantrópica e doe grandes valores para a caridade nacional. Como o estudo de Minglu Chen (2014) demonstrou, quanto maiores os lucros das empresas privadas, maiores quantias devem ser doadas. O que explica a preferência de alguns empresários por não aderir a esse caminho, pois precisariam dar maiores contribuições financeiras do que é cobrado de membros do partido, e acabariam recebendo grande atenção da mídia, da sociedade e do governo. Contudo, apesar dessas possíveis desvantagens, os empresários membros do CCPPC podem enviar propostas para políticas públicas diretamente ao PCC, que é obrigado por lei, a responder a todas as propostas, mesmo que seja com uma negativa justificada.

Nos estudos de Chen (2014) e Xiaojun (2011), fica claro que os empresários privados chineses se utilizam desse mecanismo para buscar algumas facilidades em seus negócios e para suas vidas pessoais. Entretanto, o principal ganho ao se percorrer este caminho é o mesmo da filiação ao PCC, o contato com figuras-chave que podem facilitar a liberação de créditos ou afrouxar legislações. Seja um bom mecanismo de representatividade ou não, o que é certo é que este é um dos caminhos utilizados pelos empresários chineses na busca por boas relações com oficiais do governo chinês.

Vale destacar, que em nenhum dos caminhos analisados aqui foram identificados movimentos ou cobranças por demandas da classe empresarial chinesa, mas sim empresários individuais, se utilizando de contatos para ganhos pessoais. O que ocorre, pois, segundo Tsai (2005), na China não ocorreu a formação de uma

classe entre os empresários privados chineses, principalmente porque lhes faltaram bases comuns para identificação e interação entre eles. Na pesquisa realizada por esse autor, levantando os dados sobre o setor privado da China disponibilizados pelo próprio PCC, é demonstrado que os empresários têm históricos de ocupações diferentes e percepções sobre os maiores desafios e principais soluções que também divergem entre si. O que justifica a falta de um sentimento de pertencimento de classe e a falta de um movimento setorial organizado.

Além desses caminhos, no início dos anos 2000, ocorreu a ascensão de um outro grupo empresarial na China. Que se aproveitando da rápida urbanização do país e da possibilidade de expropriação de terras²² trazida pelas reformas, tem conseguido uma parte significativa dos lucros que antes eram destinados aos coletivos rurais. Isso ocorre, pois apesar da terra rural ser de propriedade coletiva, desde a década de 1990, os governos locais adquiriram, através das reformas administrativas, o direito de expropriar uma certa quantidade de terras rurais em nome do interesse público. Esses governos, então, utilizam esse recurso visando contornar os limites orçamentários resultados da reforma tributária de 1994²³. Atraindo capital para sua região, que de certa forma, está competindo com outras regiões do país pelos investimentos capitalistas, para se financiar tanto pela venda direta das terras, quanto pelos impostos posteriormente pagos sobre as atividades exercidas naquelas terras.

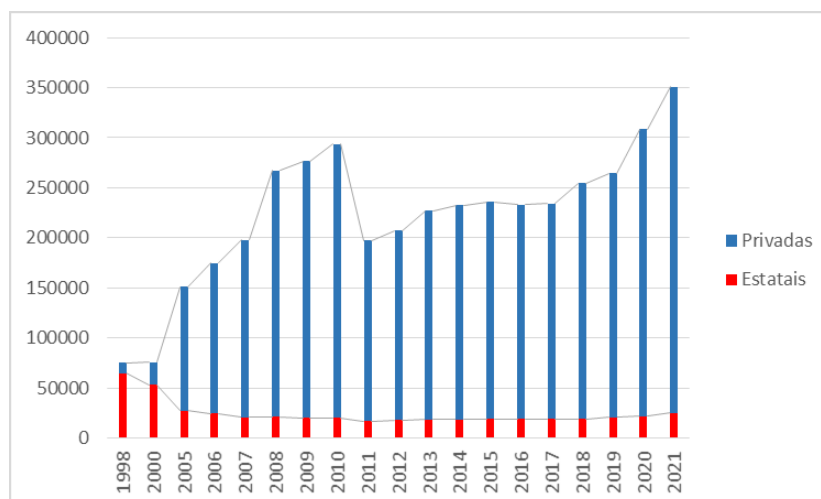
Desde o início do século XXI, estima-se que cerca de 70 milhões de agricultores tenham perdido suas terras em troca de uma compensação considerada extremamente inadequada. Estudos sugerem que os agricultores têm recebido entre 1% e 10% do preço pago pelos compradores que receberam a concessão da terra (NOGUEIRA; QI, 2019). O que somado com o movimento de privatização de empresas estatais também iniciado na década de 1990, gerou condições muito favoráveis para o lucro capitalista no país. Enquanto as privatizações trouxeram altos números de desemprego - aumentando o exército de reserva e abaixando o preço do trabalho - as expropriações de terra se tornaram uma fonte de terra barata (Ibid.). Dessa forma, o capital internacional e doméstico passou a ter acesso, através de

²² Segundo Nogueira: “Legalmente, a terra rural pode ser convertida em urbana sob três alegações distintas: uso para bens públicos (transportes, projetos de irrigação e energia, saúde e educação), uso industrial e desenvolvimento de negócios (incluindo construções comerciais e imobiliárias).” (NOGUEIRA, 2017, p. 12).

²³ Em 1994, a reforma tributária estabeleceu que 75% da arrecadação do imposto sobre valor agregado (IVA), a principal fonte de receita fiscal, seria destinada ao governo central, enquanto os outros 25% seriam reservados para o governo local (NOGUEIRA, 2017).

relações pessoais próximas com figuras dos governos locais, a trabalho e terras baratas, o que incentivou a instalação empresas privadas no país.

Figura 3 – Gráfico do número de empresas industriais na China continental: estatais x privadas.

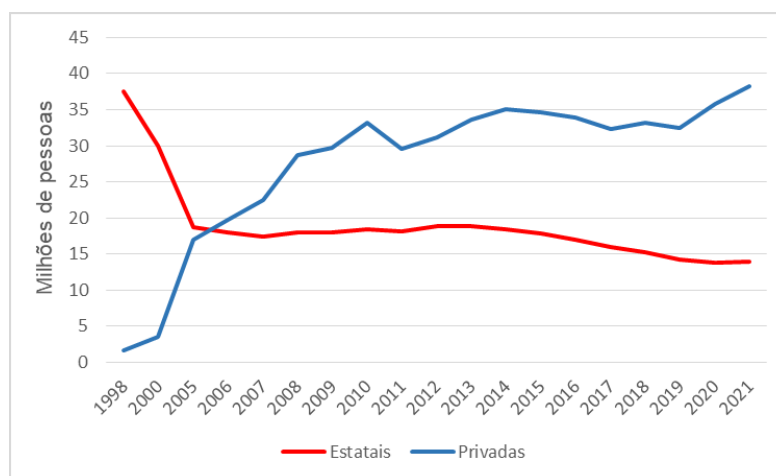


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo departamento nacional de estatística da China no Statistical Yearbook de 2022²⁴.

Como a figura 3 demonstra, o início dos anos 2000 foi marcado pela rápida expansão do número de empresas industriais privadas no país, concomitante ao decréscimo do número de empresas industriais estatais, chegando ao ponto do número de privadas ultrapassar o número de estatais. Além do número de empresas, no mesmo período, como resultado das políticas de privatização de estatais supracitadas, o setor industrial privado passou a empregar mais pessoas do que o industrial estatal, como demonstrado na figura 4.

²⁴ Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

Figura 4 – Gráfico da média anual de empregados em empresas industriais na China continental: estatais x privadas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo departamento nacional de estatística da China no Statistical Yearbook de 2022.

Apesar disso, o peso do setor estatal continua de grande relevância para a economia chinesa. Ainda que as fontes oficiais chinesas não informem a divisão do seu PIB entre o setor público e o privado, podemos analisar essa relação através de algumas estimativas já realizadas (ZHANG, 2019). Em 2000, um estudo do *International Finance Corporation of the World Bank Group* estimou que o PIB chinês de 1998 era composto em 37% pelo setor estatal, 12% pelo setor coletivo e 45% pelo setor privado, incluindo as famílias rurais (International Finance Corporation, 2000). Já em 2015, como afirma Carsten Holz em um estudo realizado em 2018, foi estimado que as empresas estatais chinesas contribuíram com 39% do PIB de 2015 (HOLZ, 2018). Mais recentemente, em um relatório escrito por Chunlin Zhang em 2019 para o Banco Mundial, foi concluído que em 2017 as empresas estatais chinesas contribuíram com algo entre 23 e 28% do PIB (ZHANG, 2019).

Além disso, a organização estatal também foi atualizada em 2003 com a instituição das *State Asset Supervision and Administration Commissions* (SASACs), que são comissões responsáveis pelas reformas das empresas estatais e que podem ser locais ou do governo central. Essa divisão serve para organizar e dividir a responsabilidade das empresas entre os governos de nível local e nacional. Em 2005, a SASAC central reduziu a lista original de 196 para 169 empresas sob sua responsabilidade, deixando claro que as empresas de fora dessa lista eram de responsabilidade das SASACs locais. A partir dessa nova organização, o Estado

chinês buscou melhorar a governança, a transparência e o desempenho das empresas públicas, mantendo e aumentando o valor dos bens públicos (NAUGHTON, 2006).

Analisando conjuntura do novo século, a crise econômica mundial de 2008 fez com que os países passassem a consumir menos, trazendo uma queda nas exportações chinesas²⁵, que até então eram o grande motor econômico responsável pelo crescimento do país. Apesar da retomada do crescimento das exportações totais já em 2010, algumas indústrias se tornaram não lucrativas e insustentáveis. O que diminuiu a velocidade de crescimento do país e aumentou o número de empresários envolvidos com a especulação financeira. Dado que a volatilidade do mercado poderia ser mais atrativa financeiramente do que a produção. Apesar dos esforços do Estado em controlar a conta de capitais, como afirma Nogueira (2017):

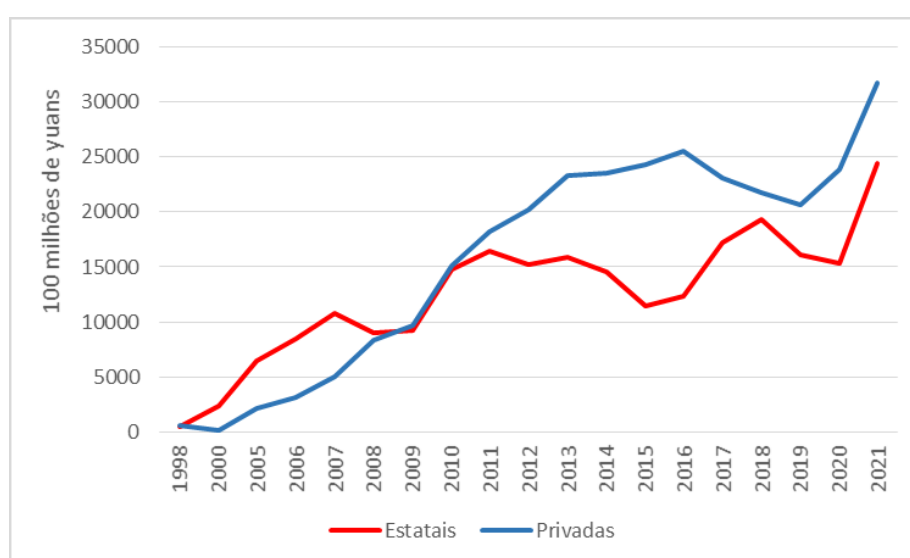
[...] os capitalistas privados têm penetrado nos circuitos financeiros da China por duas vias: (i) participação acionária nas corporações estatais via compra direta de ações, participação em holdings financeiras, fundos de investimentos e seguradoras; e (ii) via o tripé infraestrutura, especulação imobiliária e novas plataformas financeiras como os chamados produtos estruturados – special purpose vehicles (SPV). (NOGUEIRA, 2017, p. 17).

Essa maior infiltração de capitalistas que, como mostrado, não se limita apenas ao setor financeiro, mas que está presente em quase todos os setores produtivos chineses, gerou insatisfação popular com o nível de corrupção do PCC. O que levou o novo líder chinês, Xi Jinping, a lançar uma de campanha de combate à corrupção que já levou milhares de membros do partido e capitalistas, que fizeram fortuna no mercado financeiro, à prisão (NOGUEIRA, 2017). O que demonstra que o Estado chinês, continua a se preocupar e a agir para garantir que os interesses estatais sejam os impulsores da política chinesa, mesmo com a infiltração e maior presença capitalista no país. Assim, embora a pressão política dessa classe tenha sido um forte motivador para a financeirização das empresas estatais, este tem sido um processo guiado e controlado por objetivos próprios do Estado, que visa aumentar a competitividade internacional de suas empresas a partir do acesso ao mercado e ao capital internacional. Como podemos observar no figura 5, a estratégia vem

²⁵ As exportações chinesas caíram de 16% de 2008 para 2009. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NE.EXP.GNFS.CD?locations=CN>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

funcionando, dado que mesmo com a grande queda do número de empresas industriais estatais chinesas (vide figura 3), os lucros delas continuam crescendo em porcentagens parecidas com a das empresas industriais privadas. E mesmo que o valor total seja maior para o setor privado, a diferença, considerando o número de empresas, não é tão grande. Especialmente desde 2016, quando se observou uma queda dos lucros privados e o aumento dos lucros estatais.

Figura 5 – Gráfico do Lucro de empresas industriais na China continental: estatais x privadas.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo departamento nacional de estatística da China no Statistical Yearbook de 2022.

Por conseguinte, a financeirização das empresas estatais faz parte de uma estratégia política maior, que visa um melhor posicionamento político-econômico chinês na economia-mundo capitalista. Outros planos são exemplos dessa estratégia, como a Nova Rota da Seda e o *Made in China 2025*. O primeiro faz alusão à antiga Rota da Seda, utilizada na antiguidade por mercadores que comercializavam bens entre o Ocidente e Oriente, e propõe uma série de investimentos em infraestrutura para que os negócios com o país sejam facilitados em todo o globo. Enquanto o *Made in China 2025* objetiva diminuir a dependência da China em relação à tecnologia estrangeira e impulsionar a presença de fabricantes chineses de alta tecnologia no mercado mundial. Em outras palavras, reposicionar o país nos nódulos de maior valor agregado nas cadeias mercantis da economia-mundo capitalista.

Fica perceptível, portanto, que as últimas duas décadas foram marcadas por um movimento duplo de crescimento da presença capitalista na China e de maior presença do Estado chinês no mundo, resultando em um rápido desenvolvimento econômico do país. Adicionalmente, a partir da superação da pobreza, novos desafios mais complexos passam a surgir conforme novos grupos com interesses distintos se formam. Quando os bens básicos de vida são garantidos a todos, o simples crescimento econômico se torna uma pauta que não une mais todos os grupos e com isso, tensões sociais começam a efervescer. Por isso, a relação entre o empresariado e o Estado nos últimos anos tem encontrado mais atritos e a tendência, como explora Bell (2015), pode ser a de maiores desafios sociais à legitimidade do Estado chinês e da necessidade de mais reformas políticas que representem as novas demandas e grupos da sociedade. Ao mesmo tempo, nos parece que um aspecto da relação entre o Estado e o empresariado permanece, sendo ele a capacidade do Estado de direcionar o capital privado em prol de seus objetivos de desenvolvimento a longo prazo.

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Mesmo com os avanços e revezes na relação entre o empresariado e o Estado chinês, duas características parecem se manter desde a época dinástica até o governo comunista pós-1978. São elas: 1) a não subordinação dos interesses do Estado aos interesses do empresariado e 2) a instrumentalização do capital financeiro e intelectual do empresariado pelo Estado chinês. Salvo o curto período em que o Kuomintang liderou o governo, a burguesia sempre teve que se adaptar às regras impostas pelo Estado. Mesmo que as suas pressões políticas também tenham, como afirmam Nogueira e Qi (2019), moldado o Estado, especialmente pós-1978, elas não foram suficientes para que o PCC perdesse o controle do direcionamento do desenvolvimento do país. O que se reforça quando observamos a recente campanha contra corrupção iniciada por Xi Jinping e a consequente prisão de diversos empresários e membros do próprio governo envolvidos em esquemas de corrupção.

Além disso, ficou claro que sempre que os recursos financeiros e intelectuais da burguesia apareciam como a resposta para problemas estatais, os governos chineses instrumentalizam esse grupo para conseguir seus objetivos. Isso pôde ser evidenciado pelos empréstimos da burguesia à dinastia Qing, na abordagem

comunista nos primeiros anos de governo pós-revolução, quando tolerou a existência de uma “burguesia patriota” em troca de conhecimentos em métodos de administração de empresas e, mais recentemente, nas reformas políticas iniciadas por Deng Xiaoping. No próximo capítulo, estudamos o caso brasileiro para que, posteriormente, possamos comparar as trajetórias dos dois países.

3 CAPÍTULO 3 - ESTADO E EMPRESARIADO NO BRASIL NA LONGA DURAÇÃO

3.1 INTRODUÇÃO

Assim como no caso da China, estudar a história lenta do Brasil na longa duração pode nos trazer indícios de estruturas que compunham e ainda compõem as arquiteturas do Estado e da sociedade brasileira. Neste sentido, célebres autores como Manoel Bomfim, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, mesmo com focos e/ou interpretações por vezes divergentes, nos indicam que para entender a composição e as relações do Estado brasileiro contemporâneo e o empresariado, é proveitoso que antes compreendamos as dinâmicas que caracterizaram o Estado que colonizou e, portanto, condicionou, o leste da América do Sul. A ideia defendida pelos autores é a de que as dinâmicas das relações entre o Estado português e seu empresariado resultaram em quadros mentais e uma estrutura estatal que se reproduziram através dos séculos na sociedade e condicionaram as relações entre o Estado contemporâneo brasileiro e o empresariado, tanto nacional quanto internacional.

Seguindo as indicações desses autores e as recomendações de Braudel sobre as temporalidades da história, este capítulo começa recordando alguns pontos importantes da história brasileira desde a colonização até a ditadura militar pós-1964, aqui destacados por caracterizarem diferentes formas de inserção das influências da classe empresarial na estrutura estatal. Neste esforço, exploramos: 1) as heranças de Portugal, descrevendo algumas características do Estado português que qualificaram a colonização das terras sul-americanas; 2) o Brasil colonial, por evidenciar o início da sociedade brasileira e realçar o peso das atividades extrativistas e da escravidão; 3) a reorganização política pós-colonial, que mostra como algumas dinâmicas sociais do período colonial se mantiveram mesmo após a proclamação da República; e 4) a industrialização brasileira e o capital internacional, apresentando como o processo de industrialização do país foi marcado pela penetração do capital e dos interesses internacionais na sociedade brasileira e como esse e outros fatores contribuíram para a crise financeira do Estado na década de 1980.

Como toda escolha é também uma renúncia, ao explorarmos um período tão longo nas poucas páginas desta dissertação, assim como no capítulo sobre a China,

não podemos nos aprofundar em detalhes de cada um dos períodos. Entretanto, acreditamos que o esforço aqui realizado é válido por pontualmente destacar estruturas sociais que, além da forma de inserção na economia-mundo capitalista explorada no primeiro capítulo, condicionaram e ainda condicionam as relações entre o Estado e o empresariado no país. Além disso, acreditamos que os pontos aqui destacados podem ser utilizados para uma comparação proveitosa com as estruturas identificadas no capítulo anterior, para que os eventos de 1980 a 2020, sejam compreendidos à luz da longa duração. Dessa forma, não buscamos esgotar todas as movimentações de cada setor do empresariado em cada um dos governos estudados, mas sim demonstrar como em grande parte deles, o empresariado fazia seus interesses serem escutados através de estruturas burocráticas estatais e pressões a partir de entidades de representação setorial.

Nas outras partes deste capítulo são explorados as mudanças nas dinâmicas entre o Estado e os diferentes grupos do empresariado de acordo com cada uma das décadas entre 1980 e 2020. Sobre as primeiras duas décadas, destaca-se o alinhamento do Estado e do empresariado brasileiros com o neoliberalismo e suas políticas de abertura comercial e financeira. Enquanto as décadas de 2000 e 2010, são marcadas pela aproximação do presidente Luís Inácio Lula da Silva com o empresariado industrial brasileiro através das políticas desenvolvimentistas²⁶ de seus dois mandatos. Além disso, também é explorado o distanciamento que o empresariado teve das políticas heterodoxas desde o governo Dilma e como isso culminou na volta do neoliberalismo na pauta dos governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro.

²⁶ Assim como Singer (2015), entendemos que a definição de desenvolvimentismo sugerida por Ricardo Bielchowsky nos é suficiente para os fins almejados. Sendo ela: “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (BIELCHOWSKY, 1995, p. 7).

3.2 O ESTADO BRASILEIRO E O EMPRESARIADO NA LONGA DURAÇÃO

3.2.1 Heranças de Portugal

Durante séculos, a península ibérica foi palco de sanguinárias batalhas entre europeus e mouros pela dominação das riquezas e terras da região. O que, para Manoel Bomfim (2008) atribuiu à sociedade ibérica uma cultura ligada à guerra e à conquista. Segundo ele, com um regime baseado em saques e invasões, esses povos desenvolveram tendências depredadoras e uma quase impossibilidade de se habituarem ao trabalho pacífico. Haviam recebido uma educação guerreira. Ainda, o contato por séculos com o “árabe depredador e mercantil” (Ibid, p. 43) fizera com que a sociedade ibérica aprendesse “a ter horror e repugnância ao trabalho normal, sedentário, verdadeiramente produtor” (Ibid., p. 43). O que resultou, após as unificações estatais, em um ímpeto de conquistar o mundo que levou essas nações a iniciar suas aventuras no além-mar.

Mesmo que partindo de outra abordagem e não ressaltando a prevista cultura guerreira, Celso Furtado (2001), em *Os Fundamentos Sociais da Expansão Lusitana*, também destaca a influência dos mouros na formação social portuguesa. Para ele, o constante contato da sociedade ibérica com outros povos e culturas imprimiu um sentido peculiar nas instituições sociais da região. A presença de dois sistemas durante os sete séculos de ocupação árabe havia criado condições sociais e econômicas totalmente diversas das que geraram o feudalismo no resto do continente. Além disso, os portos cosmopolitas do país, habitados por comerciantes, traficantes, estrangeiros e aderentes, haviam dado luz a uma burguesia primitiva ainda na Idade Média.

Como resultado desta mistura de culturas e principalmente da influência hispânica e moura, surgiu o primeiro Estado moderno ocidental. Que para Raymundo Faoro (2001, p. 1, grifo nosso), amalgamou as duas culturas, pois segundo ele “do elemento leonês²⁷ lhe veio a armadura e a fisionomia, ao elemento sarraceno²⁸ impôs seu molde, recebendo, de seu lado, **vestígios guardados no caráter e no espírito**”. O que em termos políticos resultou em uma organização social com um rei no topo da

²⁷ Aqui o autor se refere ao Reino de Leão.

²⁸ Assim como o termo “mouro”, a definição “sarraceno” aqui se refere aos povos árabes e/ou muçulmanos que habitaram a Península Ibérica.

sociedade, que representando um chefe de guerra, conduzia guerreiros obedientes, seu povo, a uma missão e em busca de um destino.

A partir dessas referências, podemos notar algumas características que foram importantes para a formação do império português e que, conseqüentemente, condicionou a sociedade colonial brasileira. Destacamos a violenta cultura da guerra, a propensão ao comércio, o Estado centralizado e a existência de um empresariado politicamente ativo. Sendo esta última característica evidenciada pelo protagonismo que a burguesia comercial teve durante a Revolução de Avis no final do século XIV. Que inclusive, fez com que Celso Furtado (2001) interpretasse que o grupo havia ascendido completamente no poder político do país, chegando ao ponto de comparar a relação entre a burguesia portuguesa e o Estado português com as relações dos mercadores italianos e das repúblicas mercantis italianas.

Interpretação contestada por Raymundo Faoro, que entende que apesar do Estado acentuar a importância do comércio e da burguesia haver conquistado seu lugar dentro desta estrutura, ela continuava se subordinando ao seu soberano. Isso porque, através da revolução, o novo rei havia obtido a simpatia de seu povo e, por meio de seu carisma, conseguiu fazer com que a burguesia passasse de uma condição de patrocinadora a uma de servidora do seu Estado patrimonial (FAORO, 2001). Dessa forma, a burguesia não trouxe uma nova lógica ou valores diferentes para afirmar sua posição, mas ao contrário, procurou se associar à nobreza e assimilar seus princípios, se guiando mais pela tradição do que pela racionalidade (HOLANDA, 1995). Faoro (2001), chega a afirmar que apesar de praticar o comércio, a sociedade portuguesa era adversa ao tráfico do dinheiro e ao comércio, pois seus interesses econômicos se subordinavam à salvação da alma.

Na verdade, a religião exercia grande influência desde antes da fundação do Estado, dado que as batalhas contra os mouros foram, em grande parte, justificadas pela fé. O cristianismo que condenava a usura e colocava a fé acima do lucro, havia levado diversos cavaleiros à região Ibérica para lutarem nas guerras santas. Após as conquistas sobre os mouros, foram distribuídas a estes cavaleiros as terras reconquistadas (FURTADO, 2001). Como resultado, a Igreja Católica sempre esteve muito ligada às figuras da mais alta hierarquia política dos países ibéricos, influenciando moral e politicamente suas decisões. Para Arrighi (1996), o fanatismo religioso e o espírito de conquista (também destacado por Manoel Bomfim), foram

alguns dos motivos que levaram os portugueses a explorar águas desconhecidas sem calcular racionalmente os custos e benefícios financeiros dessas empreitadas.

Apesar desta condição diferenciada da burguesia portuguesa, é importante destacar que em Portugal, como afirmou Vieira (2012), já no final do século XIV, existiam os dois agentes propulsores da criação do moderno sistema-mundo: o estado territorial e os capitalistas. O que permitiu que, em uma aliança com o capital e a experiência financeira e comercial das repúblicas italianas, a expansão ultramarina ibérica tomasse curso. Resultando na chegada dos portugueses às terras hoje brasileiras e, no âmbito da economia-mundo capitalista, no ciclo sistêmico de acumulação genovês.

3.2.2 O Brasil colonial

Carregando toda essa herança cultural, os portugueses chegaram nas Américas e, assim como nas Índias, conceberam o território como “um simples empreendimento comercial” (FURTADO, 2001, p. 39). Como destaca Vieira (2012), para eles, as colônias não passavam de oportunidades para acumular riquezas para que posteriormente retornassem a Portugal e pudessem ascender na hierarquia social. Partiram do Estado então, políticas de incentivo à fixação de colonos e da implementação da agricultura exportadora. Com o eminente esgotamento do ciclo econômico de exploração do pau Brasil, como destaca Ferlini (2003), através das sesmarias o Estado passou a vincular a cessão de terras à produção de açúcar de forma conveniente aos interesses comerciais do Estado. Ficava evidente que, além da cultura comercial, outra particularidade portuguesa havia chegado nas Américas junto das grandes caravelas. O Estado patrimonial.

Assim como no território europeu, nas colônias a vontade do rei português era soberana. Mesmo que a política de estímulo à colonização houvesse partido do Estado, a produção seria altamente taxada pelo governo da metrópole e legislações surgiriam para limitar as atividades econômicas praticadas na colônia, a fim de inibir o surgimento de classes médias que poderiam provocar mudanças políticas e sociais (VIEIRA, 2012). Neste mesmo sentido, Faoro (2001) nos mostra que a colonização portuguesa não pode ser comparada com o feudalismo europeu, pois apesar dos efeitos do isolamento geográfico das donatárias, que geravam núcleos de autoridade social, em que a figura do senhor do engenho tinha destaque, o tipo de relação entre

ele e o rei neutralizaria qualquer tese feudalista sobre a organização social colonial. Além disso, para ele, mesmo com a distância geográfica, o rei continuava a monitorar suas propriedades e negócios, o que impediria as lideranças locais de agirem unicamente pelas próprias vontades.

Assim, as relações entre as lideranças locais e o Estado português tinham um cunho patrimonial, dado que o rei delimitava as vantagens da colonização reservando para si “o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos” (FAORO, 2001, p. 158). Além disso, não haviam vínculos de vassalagem ou estatuto jurídico que confirmassem uma suposta superioridade entre os senhores do engenho e os outros súditos, muito menos uma legitimação familiar dessa superioridade (por descendência).

Apesar disso, autores como Sérgio Buarque de Holanda (1995) também destacam a predominância social dos senhores do engenho no Brasil colonial. Para ele, as famílias prevaleciam como base e centro de toda a organização dos domínios rurais da colônia. Nela, que era expandida para agregar também os escravos das fazendas, a autoridade do *pater-familias*²⁹ era absoluta. De maneira tão ilimitada, que chegava a substituir o poder Judiciário estatal em situações não raras. O autor ilustra esse argumento com o caso do político de alto escalão e senhor de engenho Bernardo Vieira de Melo, que ao suspeitar do adultério de sua nora, condenou-a à morte após um conselho em família, sem que a Justiça estatal nem ao menos contestasse a decisão. Nas palavras do autor, “o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública.” (HOLANDA, 1995, p. 82).

Até aqui, os clássicos explorados defendiam a existência de uma continuidade das estruturas patrimonialistas do Estado lusitano na configuração da sociedade colonial brasileira. Mas na contramão dessa tendência, Jessé Souza afirma que o Brasil não herda do país europeu sua estrutura social e traz a ênfase de sua análise

²⁹ De acordo com Gilberto Freyre (2005), o termo *pater-familias* refere-se à figura masculina que detém o poder e a autoridade no âmbito familiar. Essa figura era o líder da família, responsável por prover economicamente e por tomar as decisões dentro do lar. Assim como também exercia uma influência simbólica e cultural que moldava as relações familiares e sociais, transmitindo valores e tradições às gerações seguintes.

para a escravidão, que, como o autor frisa, não existia em Portugal. Para ele, “a colonização do país foi deixada nas mãos de particulares que eram verdadeiros soberanos nas suas terras onde o Estado português, apenas de modo muito tênue, conseguia impor sua vontade” (Ibid., p. 172). O destaque, por exemplo, que Faoro dava para um suposto controle do rei sobre as terras sul-americanas mesmo estando em outro continente é interpretado por Jessé Souza como uma mera fantasia.

Dessa forma, o autor tenta romper com a tese patrimonialista e diferenciar o que seria a suposta herança portuguesa do que ele caracteriza como herança escravocrata. Ele defende que as particulares formas da família, economia, política e justiça brasileiras foram baseadas na escravidão, tirando o foco do patrimonialismo e colocando-o na opressão que as classes dominantes exerciam sob os escravizados e como esses padrões de sociabilidade escravagistas - exclusão social massiva, violência indiscriminada e torturas físicas e psíquicas - se perpetuaram na sociedade brasileira mesmo com a abolição da escravatura em 1888. Que, na prática, criou uma categoria social de cidadãos precarizados, que assim como na escravidão, têm suas almas destruídas por dentro, tornando-se cúmplices da própria dominação. Categoria essa, que o autor denomina como “ralé brasileira”.

Assim, para ele, o que condicionou a sociedade brasileira foi o transbordamento do sadismo escravagista que sai da esfera privada e invade a esfera pública inaugurando uma dialética profundamente brasileira de privatização do público pelos poderosos. Dessa forma, a tese do patrimonialismo estaria equivocada ao defender que a elite poderosa está no Estado, o que invisibilizaria “a ação da elite real, que está no mercado, tanto nos oligopólios quanto na intermediação financeira” (SOUZA, 2017, p. 175). Para ele, o verdadeiro mal não estaria no Estado, mas sim nos proprietários rurais e depois nos urbanos.

Com a mudança da Corte portuguesa para o Brasil e, posteriormente, com a descobertas das minas de ouro, chegaram também atualizações na estrutura estatal e, conseqüentemente, nas relações entre o Estado e as classes capitalistas brasileiras. Surgia a necessidade de aumentar a vigilância e o controle sobre os patriarcas rurais, que, por exemplo, passaram a ter suas dívidas cobradas (antes incobráveis) pela força policial do Estado (Ibid.). É nesse momento que a forma do exercício do poder patriarcal

[...] deixa de ser familiar e abstrai-se da figura do patriarca, passando a assumir formas impessoais. Uma dessas formas impessoais é a estatal, que passa, por meio da figura do imperador, a representar uma espécie de pai de todos, especialmente dos mais ricos e dos enriquecidos na cidade, como os comerciantes e financistas. O estado, ao mesmo tempo, mina o poder pessoal pelo alto, penetrando na própria casa do senhor e lhe roubando os filhos e transformando-os em seus rivais. É que as novas necessidades estatais por mão de obra especializada, como burocratas, juízes, fiscais, juristas, etc., todas indispensáveis para as novas funções do estado, podem ser melhor exercidas pelo conhecimento que os jovens adquirem na escola especialmente se essa fosse europeia, o que lhes conferia ainda mais prestígio (SOUZA, 2017, p. 56-57).

Seja por uma herança lusitana e/ou por uma consequência da mentalidade escravagista, para nós é interessante notar que, mesmo partindo de premissas diferentes, as duas abordagens destacam a insistência da predominância da esfera particular sobre a esfera pública na cultura brasileira. O que, em última instância, pode demonstrar uma tendência secular de dominação de instrumentos estatais pela vontade particular, seja da burguesia ou do próprio rei.

Outra informação que vale ressaltar sobre o período, é o momento de transição pelo qual a economia-mundo passava. Desde fins do século XVIII, a Inglaterra surgia como uma potência industrial e colocava em cheque a economia colonial nos moldes que acontecia. Para João Manuel Cardoso de Mello (1983), a Revolução Industrial inglesa alterou o sentido da produção colonial (periferia), que passou a ser complementar à produção inglesa (centro), condicionada a exportar bens primários. E, na medida em que o assalariamento constituía um mecanismo fundamental à criação de novos mercados, era de interesse inglês contestar o regime de trabalho compulsório no mundo. O que, somado à crítica do monopólio do mercado colonial, que representava um obstáculo à subordinação do capital comercial ao capital industrial, decorreu no fim do “exclusivo metropolitano” e na decadência do sistema colonial como um todo (SANTOS, 2016). No próximo tópico, exploramos o período posterior a estas mudanças. Mais especificamente, como a proclamação da República em 1889, apesar de ter alterado a dinâmica estatal com a implementação dos Estados federativos, preservou a principal característica sócio-política brasileira identificada nessa seção, a predominância dos interesses privados sobre os instrumentos públicos.

3.2.3 Reorganização política pós-colonial

Na leitura de Celso Furtado (1980), a transição da sociedade escravista para um período de desenvolvimento do sistema econômico industrial no Brasil foi impulsionada pela força da agricultura capitalista que emergiu durante a época cafeeira. Isso porque, diante das pressões inglesas e legislações antiescravagistas, como a abolição da escravidão em 1888, e com a elevação do preço do café, a expansão do setor se tornava limitada pela mão-de-obra disponível. O que nos levou às políticas de imigração europeia, em que o Estado participou ativamente, inclusive assumindo as despesas de viagem dos imigrantes, enquanto os fazendeiros se responsabilizavam pelo primeiro ano de subsistência do migrante e de sua família (SANTOS, 2016).

Esse processo de substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado possibilitou a constituição de uma economia de mercado interna e abriu espaço para o desenvolvimento do sistema industrial brasileiro (Ibid.). Ao mesmo tempo em que, para Jessé Souza (2017), com o progresso da modernização, a mentalidade social brasileira era marcada com uma falsa moralidade meritocrática que comparava o desempenho dos recém-chegados com a população de escravos recém-liberta. Na visão do autor, a forma como a abolição da escravidão abandonou a população negra nas ruas sem nenhum respaldo socioeconômico, perpetuou a tortura física e psíquica que os escravos já sofriam. O que foi acentuado quando, com a chegada dos imigrantes europeus, que tinham passados muito diferentes dos escravizados, deu-se início a uma falsa noção de meritocracia, pela qual o desempenho econômico dos negros foi comparado com o dos imigrantes, o que levou a uma injusta categorização do primeiro grupo como inferior. Mentalidade essa, conservada até os dias atuais (Ibid.).

Do lado econômico, como explica Santos (2016), a escola de Campinas entende que o capital cafeeiro apresentou ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial³⁰. Com isso, o sucesso do setor exportador cafeeiro, “ao acumular, gerou capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias” (MELLO, 1983, p. 108) para a primeira fase da transição capitalista no Brasil. Enquanto Cardoso e Faletto (1970), com uma abordagem mais política, destacam que a proclamação da

³⁰ Para mais informações ler Silva (1976).

república e o avanço do trabalho assalariado representaram a transição de uma estrutura de poder oligárquica para um modelo de dominação baseado na aliança entre setores capitalistas da oligarquia e a classe média urbana - burguesia industrial nascente, profissionais liberais, burocracia civil militar.

Na prática, essa alteração na estrutura de dominação refletiu na ausência de uma unidade nacional, que impactou fortemente as dinâmicas de poder dentro do Estado brasileiro. Faoro (2001), explorando o sistema federal depois do afastamento do Exército, mostra que a República deu continuidade à confusão entre o público e o privado, quando o antigo poder central que existia na figura do imperador, deslocou-se para os Estados coligados. Agora, o poder era exercido pelos Estados mais fortes, que tendo seus interesses representados pela figura do presidente da república, sujeitavam os Estados mais fracos. Nesse esquema, surgiam alianças interestatais que convertiam o presidente da República em um mero representante desses blocos. Foi dessa forma que São Paulo e Minas Gerais conseguiram manter a hegemonia política do país por tanto tempo. Assim, o governo federal só ajudava os Estados mais poderosos, enquanto os mais fracos obedeciam por serem pobres, ao mesmo tempo que continuavam pobres por não compartilharem da assistência federal.

Nesse contexto, o parlamento que deveria servir como um contrapeso ao poder presidencial se restringia a representantes dos governadores estaduais mais poderosos e assim como o presidente, se submetiam a seus interesses. Que, como lembra o autor, eram diretamente ligados ao empresariado rural estadual, dado que cada Estado tinham um dono ou um grupo fechado, que representava uma família ou interesses privados coligados. Minas Gerais e São Paulo estavam nas mãos das cúpulas de seus partidos republicanos, o Rio Grande do Sul durante vinte e cinco anos esteve nas mãos de Borges de Medeiros, o Ceará era controlado pela família Accioly e os outros Estados seguiam a mesma lógica. Como afirma o autor, o pecado original do republicanismo era o agrarismo (FAORO, 2001).

Essa dominação ainda se estendia ao âmbito local através da figura dos coronéis, que exerciam o papel de preparar e aliciar as eleições para que os interesses dos governadores fossem representados nas urnas. Com uma obediência garantida pela milícia estadual e por instrumentos econômicos estatais, a hierarquia também garantia que a lealdade dos coronéis fosse ao cargo do governador e não a pessoas ou grupos específicos. Em uma possível troca de poder no nível estadual, os coronéis mantinham a doutrina de defender o governo, independentemente de quem o controla.

Com isso, garantiam crédito e monopólio comerciais que os enriqueciam através de empréstimos e compra de safra de pequenos produtores. Era um compromisso proveitoso para os dois lados, tanto para as lideranças locais, quanto para o governo estadual. Nas palavras de Faoro:

O coronel, por isso que se integra no poder estadual, constituindo o governador a espinha dorsal da vida política, **representa uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado.** [...] Quebrada a armadura estamental, de tendência burocrática, do Império, não emergiram, na superfície social, os elementos autônomos, sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder público, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, **continuou a operar, num molde próximo ao regime colonial,** no qual o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas. **Obviamente a linha entre o interesse particular e o público, como outrora, seria fluida, não raro indistinta, frequentemente utilizado o poder estatal para o cumprimento de fins privados. O coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal.** (FAORO, 2001, p. 748-749, grifo nosso).

Mas como já destacado, a aliança entre os governos Estaduais e as lideranças locais ou até mesmo as alianças interestaduais não conglomeravam forças o suficiente para ditar uma unidade nacional. Então, no final da década de 1920, quando o Rio Grande do Sul se articulou com as lideranças dos outros Estados, a antiga aliança do café com leite não suportou as pressões e se consolidou a Revolução de 1930.

3.2.4 A industrialização brasileira e o capital internacional.

Tentando agregar os interesses tanto dos atores sociais tradicionais, representados pelo segmento agrário-exportador e pela pequena burguesia (burguesia industrial nascente, profissionais liberais, burocracia civil militar) supridora do mercado interno, como também os setores sociais emergentes, expressos por grupos industriais, pelas classes médias urbanas, profissionais liberais, e facções militares, Getúlio Vargas assumiu a responsabilidade de transformar a base econômica brasileira e construir uma sociedade nacional a partir da industrialização (ALBUQUERQUE, 2011). O que aconteceu concomitantemente a uma importante conjuntura da economia-mundo capitalista que havia começado com a Crise de 1929

e desordenado o mercado mundial. Assim, o novo governo tinha desafios tanto internos, quanto externos a serem superados, e a relação entre o Estado e o empresariado, principalmente o industrial, estava intrinsecamente relacionada com as possíveis soluções.

Até aqui, havia se estabelecido no Brasil apenas uma indústria leve intimamente ligada ao mercado interno e outra vinculada à exportação de produtos primários (frigoríficos, moinhos, etc.). Mas a crise de 1929 trouxe uma oportunidade para a periferia da economia-mundo capitalista, que iria de encontro com as aspirações do novo governo brasileiro. Com ela, a condição estrutural de economia primário-exportadora se inviabilizara, dado que o setor exportador passou a sofrer grandes restrições (a demanda internacional havia caído drasticamente) e que a satisfação do consumo interno de bens industrializados também foi dificultado. Exigia-se assim, uma mudança na estrutura econômica do país, que encontrou na substituição de importações sua resposta (MARINI, 2013).

O empresariado agrário-exportador ainda muito influente nas estruturas estatais conseguiu se defender da crise através de políticas de defesa como a compra e queima de café realizada pelo governo de Getúlio Vargas. O que ajudou a manter a demanda interna por bens industrializados e conseqüentemente incentivou o empresariado industrial que, além desse impulso econômico, tinha passado a ter seus interesses representados dentro do aparelho estatal. Isso porque, apesar da centralização do processo decisório, sobretudo durante o Estado Novo (1937), houve uma proliferação de órgãos técnicos e consultivos que pulverizou a prática governamental de escuta e canalização de interesses privados. Isso permitiu que os canais de afirmação dos interesses desses grupos passassem da representação dos governadores no parlamento (na República Velha) para as instâncias corporativas e conselhos consultivos burocráticos deste Estado reformulado (ALBUQUERQUE, 2011). Assim, para além da ação individual, os conselhos estatais técnicos, induziram o processo de formação das identidades coletivas do empresariado industrial, que foi facilitada pela ausência da mediação dos partidos políticos e possibilitou a criação de federações, que caracterizaram uma atuação em grupos de interesses fracionados setorial e localmente (DINIZ; BOSCHI, 2004).

No âmbito do sistema-mundo, na década de 1950, findadas a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, com o estabelecimento dos Estados Unidos como hegemonia da economia-mundo capitalista, surgiu uma enorme concentração de

capital em escala mundial, que compeliu os grandes capitalistas internacionais a buscarem locais para investir fora do centro do sistema-mundo. Assim, a relativa queda do mercado de matérias-primas e o crescimento do setor industrial voltado para o mercado interno nas economias periféricas durante a desorganização da economia mundial, levaram o capital estrangeiro até a América Latina. Além disso, uma nova onda de inovações tecnológicas nas indústrias dos países centrais gerou a necessidade de escoamento dos equipamentos mais antigos para a substituição pelos mais novos. Também na periferia, os capitalistas internacionais encontraram o local para o reposicionamento desse capital fixo que apesar de obsoleto, ainda não havia sido totalmente amortizado (Ibid.). Dessa forma, os mercados emergentes da periferia se tornaram atraentes para a internacionalização do capital do centro durante esse período (CARDOSO; FALETO, 1970).

Apesar de certa resistência inicial às propostas do capital internacional, o empresariado industrial brasileiro se vinculou a ele e absorveu parte da tecnologia obsoleta (MARINI, 2013). Foi então no início do século XX que a antiga complementariedade entre os empresários agrário-exportadores e industriais encontrou sua primeira fissura. Enquanto o câmbio desvalorizado ajudaria na importação dos bens, o câmbio desvalorizado elevaria as condições de exportação, o que os levou a uma disputa pelo controle das taxas de câmbio. A oposição entre os grupos agravou a crise do setor externo brasileiro e, conseqüentemente, diminuiu as divisas que poderiam ser direcionadas para a importação dos bens industrializantes (Ibid.). Nesse contexto, o influxo de capital financeiro estrangeiro se apresentou como uma solução para os desafios à industrialização enfrentados pela sociedade brasileira (SANTOS, 2016).

Então, após a morte de Getúlio Vargas (1954), utilizando-se da estrutura estatal, o setor industrial conseguiu, a partir da exceção da Instrução 113³¹ da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) - atual Banco Central - e da lei 2.145/54, flexibilizar a entrada de recursos internacionais. Dessa forma, o Estado se converteu na base da associação entre o capital nacional e o capital estrangeiro e o empresariado industrial conseguiu solucionar a falta de divisas instituída a partir da crise do setor exportador. Para Marini:

³¹ Permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais.

A burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgira no setor externo. Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, **a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista** que havia sido esboçada com Vargas. (MARINI, 2013, p. 81, grifo nosso).

O que se tornava uma dinâmica problemática para o desenvolvimento brasileiro na medida em que o capital internacional que adentrava o Brasil não estava comprometido com o destino do país (MELLO; BELLUZZO, 1983), ao mesmo tempo em que os próprios empresários brasileiros, como afirma Marini (2016), haviam se desnacionalizado definitivamente. Então, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-61) essa dinâmica se intensificou através da organização de grupos executivos e de trabalhos que, além de serem responsáveis pelo planejamento e implementação de um novo projeto de industrialização alinhado ao capital internacional, garantia que a relação entre o empresariado e o Estado continuasse a acontecer através do Poder Executivo (BIANCHI, 2001).

Seguindo a mesma orientação sobre o capital internacional, já sob o comando da ditadura militar, o período de 1964 a 1973, foi marcado institucionalmente pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como um de seus principais objetivos corrigir a tendência a déficits do balanço de pagamentos, que afetava o setor industrial por estrangular a capacidade de importar. Para isso, o plano propunha uma política de incentivos à exportação, que promoveria a integração do país com os centros financeiros internacionais e o alinhamento com os Estados Unidos como fonte de acesso a créditos de médio e longo prazos (RESENDE, 1989).

Na prática, a captação direta de empréstimos externos por empresas domésticas foi regulamentada, assim como a captação por bancos nacionais, que ficavam responsáveis por repassar os recursos às empresas privadas nacionais. Houve também, alterações na legislação sobre investimentos estrangeiros no país, que passaram a facilitar as remessas de lucro ao exterior (HERMANN, 2005). O que, como nos adverte Resende (1989), criou inicialmente um cenário regressivo, pois proporcionou às empresas estrangeiras e grandes empresas estatais acesso a uma linha de crédito que não estava disponível para as pequenas e médias empresas nacionais.

Essas modificações na legislação financeira foram possíveis graças a pressões realizadas pelo empresariado industrial nas estruturas estatais, que com o regime militar, haviam sido potencializadas através da expansão de conselhos técnicos, conjuntos de autarquias, fundações e empresas públicas e de economia mista (DINIZ, 2000). Além disso, no âmbito não estatal, a representação dos interesses desse empresariado também foi ampliada pela criação de novas associações especializadas setorialmente.

De maneira sintetizada, como nos mostra Albuquerque (2011), três características da representação do empresariado industrial frente ao Estado se destacaram no período militar. Primeiro, “a acentuação da competição intersetorial que resultou no fortalecimento daqueles segmentos mais intensivos em capital e tecnologia, em que predominavam o capital estatal e o estrangeiro” (Ibid., p. 9). Ou seja, na competição intracapitalista, o empresariado industrial passou a ter um destaque relativamente maior do que os outros setores. Segundo, “a maior fragmentação da estrutura do aparelho estatal que incrementa as modalidades de acesso ao governo” (Ibid., p. 9). Que criava conflitos por conta da superposição de jurisdições de órgãos com competências burocráticas fragmentadas, conflituosas e concorrentes (DINIZ, 1993). E terceiro, surgiu também uma tendência de utilização de ligações pessoais entre empresários e membros do governo para que as demandas do empresariado fossem atendidas.

[...] os contatos pessoais mantidos por empresários com autoridades públicas de diferentes esferas governamentais com vistas ao atendimento de suas demandas. Essa modalidade informal de exercício de pressão substituiu a perda de representatividade das corporações industriais nos conselhos e demais fóruns de decisão do Executivo, e as práticas clientelistas que eram exercidas, também, no âmbito do parlamento. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 10)

Enquanto isso, no âmbito da economia-mundo, conforme a Europa e o Japão se reconstruíam e elevavam a competitividade intercapitalista no centro da economia-mundo capitalista, mais difícil se tornava aos Estados Unidos levarem adiante a Doutrina Truman. O que somado à Revolução Cubana (1959), ao fracasso da Aliança para o Progresso (1961) e ao surgimento do mercado de eurodólares, encorajou a reorientação das políticas externa e financeira estadunidense para a América Latina (SANTOS, 2016), principalmente em países alinhados à posição norte-americana na Guerra Fria (como era o caso do Brasil). Além disso, o reaquecimento da economia

mundial aumentou a comercialização e o preço das commodities brasileiras, permitindo um maior controle do balanço de pagamentos pelo governo brasileiro. Assim, com um crescimento contínuo dos investimentos diretos externos e empréstimos internacionais, o governo militar conseguiu manter o crescimento durante o “milagre econômico brasileiro”, ao mesmo tempo que, por outro lado, aumentou a dependência externa do país nos setores industrial e financeiro (HERMANN, 2005).

Condição que apresentou desafios já em 1973, a partir do primeiro choque dos preços do petróleo, quando os países industrializados, em uma tentativa de controle da inflação, aumentaram seus juros e contraíram as atividades econômicas. Diminuindo o fluxo de capitais financeiros para os países em desenvolvimento e, por conta da queda das exportações, trazendo déficits comerciais. Que foram parcialmente financiados graças à entrada dos “petrodólares” no mercado financeiro internacional, advindos das receitas de exportação dos países da OPEP (Ibid.). Assim, como nos mostra Carneiro, o período de 1974 a 1978 foi de grande endividamento do Estado brasileiro:

A dívida externa brasileira cresceu US\$ 10 bilhões entre 1974 e 1977, outros US\$ 10 bilhões nos dois anos seguintes. No início do Governo Geisel, o país pagava anualmente US\$ 500 milhões de juros e em 1978 a conta de juros líquidos subira para US\$ 2,7 bilhões que a alta das taxas de juros internacionais elevaria para US\$ 4,2 bilhões no primeiro ano do Governo Figueiredo. (CARNEIRO, 1990, p. 310).

Para lidar com essa situação o novo governo de Ernesto Geisel precisava definir uma nova política econômica. Dentre as possibilidades, o governo poderia fazer um ajuste conjuntural³², que seria possivelmente seguido de uma recessão, ou um ajuste estrutural, em que se buscava superar a dependência externa, investindo na ampliação da capacidade de produção doméstica de bens de capital e petróleo, que indiretamente e a longo prazo, contribuiria para reduzir também a dependência financeira e poderia abrir novas frentes de exportação (HERMANN, 2005b). Então, mesmo sob avisos de economistas que chamavam atenção para possíveis erros de cálculos relativos ao tamanho futuro do mercado de bens de capital, que possuem um

³² Atrelando o crescimento do PIB às condições gerais do mercado internacional ou desvalorizando o câmbio, promovendo um ajuste externo através dos preços relativos.

caráter cíclico da demanda, o governo, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), optou pelo ajuste estrutural (CARNEIRO, 1990).

Para nós é importante destacar que esta decisão não foi puramente técnica e foi fortemente influenciada tanto pelo empresariado internacional, quanto pelo nacional. De um lado, o capital internacional, sendo cliente tradicional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), pressionava por essa decisão, pois queriam continuar a transferir parte de sua capacidade produtiva para o país em setores, que em muitos casos, através de pareceres técnicos, já apontavam uma saturação inevitável (Ibid.). Por outro lado, desde 1971, com o esgotamento da capacidade industrial ociosa, os capitalistas brasileiros haviam expandido seus investimentos em novas plantas industriais e, em 1974, elas ainda estavam incompletas ou tinham sido recentemente concluídas. Então, uma recessão ou até mesmo desaceleração econômica naquele momento implicaria em riscos e custos elevados para esse grupo e para os bancos envolvidos nos financiamentos desses empreendimentos (HERMANN, 2005b).

Dessa forma, assim como explorado nas seções anteriores deste capítulo, a esfera privada dos capitalistas invadia a esfera pública através da instrumentalização do aparelho estatal. Dessa vez, potencializado pela necessidade de apoio social que o governo de Geisel buscava, dada a perda de legitimidade social que enfrentava desde implementação do AI-5 pelo ex-presidente Emílio Médici, o fortalecimento dos movimentos políticos de esquerda e a vulnerabilidade da economia, que apesar de continuar crescendo, já apresentava em 1975 uma inflação de 46% (Ibid.).

Em 1979, o aparente controle da economia, ilustrado na figura do “milagre econômico”, se revelou como uma calmaria antes da tempestade. Nesse ano, por conta de disputas políticas internas, o Irã cortou a venda e a distribuição de petróleo no mercado internacional, ocasionando a segunda crise dos preços do petróleo. O que fez com que os Estados Unidos, em resposta a este acontecimento e em uma tentativa de segurar a inflação, novamente restringissem a atividade econômica e aumentassem seus juros. Com isso, a conta corrente brasileira foi atingida de duas formas, primeiro com a retração das exportações e segundo, com o aumento das despesas com a dívida externa, dado que grande parte dela fora contratada a taxas flutuantes indexadas aos juros norte-americanos. Além disso, os juros mais altos direcionavam o capital internacional aos países industrializados e aumentava o risco atribuído aos países devedores. O que impossibilitou a manobra até então adotada

de compensar os déficits em conta corrente por superávits na conta de capital (Ibid.). Assim, a estratégia do ajuste estrutural, representada pelo II PND, mostrava suas fragilidades e o Estado, que havia mantido uma contínua política de estímulos fiscais, creditícios e cambiais, passava a ver sua posição financeira cada vez mais deteriorada. O que resultava em uma fadiga progressiva dos instrumentos de ação do governo sobre a economia (CARNEIRO, 1990).

Aqui, novamente a relação entre o Estado e o empresariado brasileiro, sobretudo o industrial, deve ser destacada. O Estado estava investindo diretamente na industrialização, abrindo mão da arrecadação e se financiando através da emissão de dívida pública. E, como afirma Rogério Werneck (1986), à medida que os incentivos de mercado para o endividamento externo do setor privado se tornavam mais incertos, incluindo taxas de juros e perspectivas de desvalorização cambial, o governo passava a permitir que empresas e bancos depositassem moeda estrangeira no Banco Central como forma de proteção contra suas dívidas em moeda estrangeira. O que, na prática, significava a absorção da dívida externa privada pela estrutura estatal. Enquanto em 1974 a dívida externa do setor privado correspondia a cerca de 45% do total, em 1980, ela havia passado para apenas 22% do total (CARNEIRO, 1990). Novamente, o Estado havia protegido os interesses privados dos industriais brasileiros.

No âmbito da economia-mundo capitalista, o Brasil havia conquistado consideráveis níveis de industrialização e se elevado à condição de semiperiferia (OURIQUES; VIEIRA, 2017). Entre 1930 e início dos anos 1980, o país havia construído um parque industrial complexo e altamente diversificado, se diferenciando assim dos demais países latino-americanos. Entretanto, como sustenta Marini (2016), por absorver nódulos inferiores das cadeias mercantis, enquanto os países do centro haviam reservado para eles as etapas mais avançadas do processo de produção, foi reafirmada a dependência econômica e tecnológica do país. No mesmo sentido, para Caio Prado Jr. (2004), a penetração do capital estrangeiro reforçou a dinâmica do sistema colonial, caracterizada pela dominação externa e a organização da produção orientada aos interesses forâneos. Ao invés da metrópole portuguesa, o desenvolvimento brasileiro passava a se subordinar aos interesses dos trustes internacionais.

3.3 O ESTADO BRASILEIRO E O EMPRESARIADO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

A década de 1980 se iniciou com um grande acordo nacional composto por empresários, trabalhadores, movimentos sociais e setores da classe média, que diante do grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, da aceleração inflacionária e do forte desequilíbrio fiscal, apoiou o fim do regime militar e uma transição democrática, que ocorreu na figura de José Sarney como presidente da República. Nos primeiros anos de seu mandato, Sarney buscou conter a inflação, com o apoio do empresariado, através do Plano Cruzado, que fracassou e levou ao fim o acordo nacional que havia trazido a redemocratização (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Com isso, a ideologia neoliberal que ganhava força internacionalmente nas vozes de líderes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, ecoou fortemente na sociedade brasileira. Defendendo o livre mercado, as privatizações e a mínima participação possível do Estado na economia, essas vozes encontraram refúgio em uma sociedade que convivia com uma alta inflação consequente de políticas econômicas fracassadas de governos intervencionistas.

Nesse contexto, os governo das décadas de 1980 e 1990 assumiram a missão de desestatizar a economia e enxugar a estrutura do Estado. Assim, além das privatizações das empresas estatais, as estruturas corporativas que antes eram utilizadas pelo empresariado para ter seus interesses atendidos também passaram a ser enxugadas. Dado que a classe empresarial, após o fracasso do Plano Cruzado, também havia passado a defender o neoliberalismo, essas mudanças não foram vistas como algo necessariamente ruim. Na verdade, a classe já se articulava para garantir seu espaço na nova burocracia estatal. No Congresso Constituinte, responsável pela escrita da nova Carta Magna, através de seus representantes diretos e pressões realizadas pelas entidades de classe, os empresários tiveram uma atuação intensa. Durante esse processo, por exemplo, foi criada a União Brasileira de Empresários (UBE), que se destinava exclusivamente a influenciar a construção do documento (DINIZ, 2010).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, mesmo sob o sistema presidencialista, o Poder Legislativo ganhou grande relevância relativamente ao que tinha durante a ditadura militar. E foi por meio dele que o empresariado brasileiro encontrou um caminho para continuar a influenciar o processo decisório do Estado

brasileiro. Seja através da influência sobre representantes eleitos ou até mesmo pela direta eleição de empresários no parlamento (BOSCHI et al., 2000; DINIZ; BOSCHI, 2004; ALBUQUERQUE, 2011). No estudo realizado por Rodrigues (2019), fica evidente que desde a redemocratização não foram raros os casos de figuras proeminentes das entidades representativas do empresariado que se filiaram a partidos e conquistaram cargos representativos no parlamento. Por exemplo, como mostra o pesquisador, de 1980 a 1994, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, passou por diversos partidos - saindo da ARENA, passando pelo PDS e PRN e terminando no PSDB. Enquanto, concomitantemente ao cargo de presidente da CNI, assumiu o cargo senador entre 1983 e 1994 e, após deixar a presidência, se tornou governador de Sergipe entre 1995 e 2002. Essa relação direta entre as entidades representativas e o parlamento se intensificou a partir da década de 1990 e pôde ser identificada tanto no âmbito das entidades nacionais, como nas estaduais, e em diversos setores do empresariado, como a indústria, o comércio e a agropecuária (RODRIGUES, 2019).

Nesse contexto, apesar de um consenso do empresariado sobre a ideologia neoliberal do governo, que acelerava cada vez mais a desestatização, houve um amplo desacordo sobre a forma e o ritmo que a nova agenda estava sendo adotada. Afinal, com o governo de Sarney tendo privatizado dezessete empresas estatais e, posteriormente, o governo Collor tendo empreendido mais dezesseis processos de privatização, ficava claro que o Estado estava adotando um modelo de privatização não-dirigida, em que a máxima era reduzir o tamanho do aparato estatal, sem muita preocupação com a formulação de estratégias de acomodação de interesses (ALBUQUERQUE, 2011). Além disso, o governo Collor intensificou a desarticulação dos canais institucionais de mediação dos interesses empresariais junto ao Estado por meio da extinção de vários conselhos e comissões nos quais os empresários possuíam assentos consultivos ou deliberativos. Alguns exemplos dessas mudanças incluem a extinção do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX) e a transformação da Comissão de Política Aduaneira (CPA) em um órgão de natureza estritamente técnica (BOSCHI et al., 2000).

Esse desacordo sobre como a liberalização da economia estava sendo feita, entretanto, não ganhava cor nas tradicionais entidades de representação da classe. O que levou alguns industriais a fundarem, em 1988, o Instituto de Estudos para o

Desenvolvimento Industrial (IEDI), que era composto pelas 32 maiores empresas industriais nacionais e fazia contraponto à tendência internacionalista que a FIESP e a CNI haviam adotado desde o fracasso do Plano Cruzado (BRESSER-PEREIRA e DINIZ, 2009). Por outro lado, a CNI continuava a ganhar destaque e passou a atuar diretamente com o *lobby* industrial no parlamento. A partir de uma reunião em maio de 1995, com industriais de todo o país, deputados e senadores de variadas legendas políticas, a confederação definiu uma agenda comum para a classe industrial, a luta contra o que Mancuso (2004) chamou de “custo Brasil”. Desde então, a CNI passou a divulgar anualmente a “Agenda Legislativa da Indústria”, em que são documentadas as propostas da indústria para a macroeconomia do país e que por meio de cinco etapas, executa o *lobby* industrial no legislativo.

Sobre essas etapas, primeiramente a indústria acompanha minuciosamente cada fase da tramitação das matérias de interesse do setor nas Casas do Legislativo federal. Depois, por meio de relatórios de técnicos contratados, recomenda posicionamentos a partir de suas especialidades (advogados, economistas, entre outros). Com as possibilidades de posicionamentos em mãos, o setor industrial, coordenado pela CNI, adota uma posição (podendo ser: contrária, com ressalvas; favorável; ou favorável, com ressalvas). A quarta atividade, orientação, é basicamente uma disseminação dos resultados das análises técnicas para informar a todo o setor sobre o que está em jogo, justificar a posição adotada, e buscar garantir uma posição unificada entre os industriais. A última atividade ocorre a partir da pressão política, geralmente sobre líderes de partidos tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal e nos representantes do Poder Executivo (líderes do governo, ministros, presidente) (MANCUSO, 2004). Além da CNI, ao longo da década de 1990, outros movimentos importantes como a Ação Empresarial e entidades de classe como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) também passaram a manter atividades de *lobby* permanentes no parlamento, em uma espécie de profissionalização da atividade (DINIZ, 2010).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), quando a moeda brasileira se apreciou rapidamente como resultado da implementação do Plano Real no governo antecessor, do qual Fernando Henrique era ministro da economia, o desacordo sobre a nova agenda mostrou seus resultados práticos. Com a entrada robusta de capitais internacionais e a moeda supervalorizada, a economia brasileira

começou a passar por uma profunda reestruturação. Ocorreu uma série de falências, fechamentos de empresas, fusões e aquisições e associações com empresas estrangeiras, além de uma queda no nível de emprego industrial. O que resultou no estreitamento do espaço político ocupado pela indústria nacional e conduziu à formação de grandes conglomerados capitaneados pelo capital internacional (Ibid.).

As reações a estas transformações não foram uniformes. Enquanto havia diversos protestos individuais e setoriais, na maior parte do tempo, foi identificada uma cooperação por parte das principais entidades de representação do empresariado. A CNI e a FIESP, por exemplo, reforçaram a importância das reformas estruturantes no combate à inflação e na retomada do crescimento da economia. Além disso, havia uma ressonância entre as medidas do Executivo e a representação do empresariado no Legislativo (Ibid.). O presidente da CNI, Fernando Gonçalves Bezerra, por exemplo, foi senador pelo PMDB entre 1995 e 2006, e chegou a ser o líder do governo FHC no Senado (RODRIGUES, 2019).

Entretanto, como destaca Boito Jr. (2012), no final da década de 1990, começaram a surgir sinais de mudança. O programa neoliberal começou a cada vez mais apresentar contradições com os interesses do empresariado nacional. Estava se tornando claro que as reformas econômicas neoliberais e as políticas macroeconômicas ortodoxas não conduziram o país à estabilidade financeira e nem ao desenvolvimento econômico. Pelo contrário, era cada vez mais identificada uma concentração de renda no setor financeiro e uma maior vulnerabilidade externa. Então, com a crise financeira iniciada em 1998, o empresariado industrial brasileiro enxergou uma possibilidade de voltar a preencher o espaço político de influência que havia perdido.

O movimento organizado se iniciou pelo IEDI, que para além de exigir uma política industrial, passou a criticar as políticas de juros e cambial do governo e divulgou um documento amplamente compartilhado, a “Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial”. Logo em seguida, após uma primeira resistência, é possível ver uma mudança no posicionamento da FIESP e também da CNI, que também passaram a buscar alternativas ao modelo neoliberal. Questionava-se, principalmente, a forma que se assumiu a abertura econômica, o tratamento privilegiado concedido às empresas estrangeiras, o fechamento do processo decisório para a classe empresarial e a ausência de uma política industrial (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Ficava claro que a alternância entre estagnação e

crescimento nas duas últimas décadas havia levado a uma perda de poder do empresariado brasileiro na economia nacional e que a classe estava se esforçando para reconquistar esse espaço.

Sobre a nova forma de representação dos interesses do empresariado aqui explorados, a literatura se divide em duas percepções. De um lado, autores como Maxfield e Schneider (1997), argumentam que a fragmentação do empresariado em diversas entidades setoriais e locais, além dos diversos canais pelos quais a influência é realizada, indica fragilidade e fraqueza por parte desse grupo (DINIZ, 2010). Enquanto autores como Mancuso (2004), defendem que a fragmentação gerou um leque muito diversificado de canais em que o empresariado pode ver seus interesses representados, de forma a não prejudicar a força da classe, que quando necessário, consegue se unir atrás de bandeiras unificadas. Por exemplo, quando houve uma grande mobilização empresarial pela ampliação da competitividade das empresas brasileiras no final da década de 1990.

3.4 O ESTADO BRASILEIRO E O EMPRESARIADO NO SÉCULO XXI

No início do século XXI, a economia-mundo capitalista foi marcada pela entrada do gigante Estado chinês na Organização Mundial do Comércio e pela elevada quantidade de *commodities* que a China passou a demandar no contexto de sua industrialização. O que aqueceu o mercado mundial, aumentou a demanda pelas exportações brasileiras e valorizou os produtos exportados pelo país. Ainda, na América Latina, o mesmo período foi marcada pelo esgotamento político do Consenso de Washington, ilustrado na eleição de candidatos de esquerda e centro-esquerda pela região. O movimento que ficou conhecido como “onda rosa” se referiu à ascensão de Hugo Chavez na Venezuela, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia e, entre outros, de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil.

Nesse contexto, o presidente eleito em 2002, que antes era visto com desconfiança pelo empresariado nacional, apresentou uma postura moderada e contrariamente aos seus próprios discursos em eleições anteriores, defendeu um novo modelo compromissado com acordos internacionais firmados em governos anteriores e com o pagamento da dívida externa. O que somado à defesa de uma política industrial ativa e de proteção das empresas nacionais, fez com que o empresariado passasse a apoiar o governo (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Para

conquistar esse apoio, Diniz (2010) destaca três atitudes que o governante tomou no período: 1) a aliança com o Partido Liberal (PL); 2) a elaboração da Carta ao Povo Brasileiro; e 3) alterações na arquitetura do aparato estatal que ampliaram a interlocução com diferentes setores sociais do país, inclusive o empresarial.

A aliança com o Partido Liberal e, conseqüentemente, com o centrão, foi firmada com o convite feito ao senador José Alencar do PL para o cargo de vice-presidente da chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) e pela indicação de dois outros empresários para integrar a equipe ministerial. Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi indicado o presidente do Conselho de Administração da Sadia, Luiz Fernando Furlan, e para a pasta da Agricultura foi designado Roberto Rodrigues, que era presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (Ibid.)

A publicação da Carta ao Povo Brasileiro em 22 de junho de 2002, deu destaque para a política macroeconômica que seria utilizada durante o governo. Nela, eram defendidos os superávits primários como forma de preservação da estabilidade econômica, da responsabilidade fiscal e do respeito aos contratos firmados com os credores internacionais. E em agosto do mesmo ano, foi divulgada a Nota sobre o Acordo com o FMI, na qual o partido se comprometia a respeitar as negociações realizadas no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (Ibid.). O que, na prática, significou a manutenção do tripé macroeconômico do antigo governo, composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal que visa manter um superávit primário que compense o déficit nominal das contas públicas (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Sobre as alterações na arquitetura do aparato estatal, vale mencionar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que, por um lado, serviram ao governo como instrumentos de interlocução com diferentes setores sociais, e por outro, abriram canais para que a influência do empresariado brasileiro ocorresse não apenas no Poder Legislativo, mas também no Poder Executivo. O primeiro deles tinha o objetivo de articular os interesses da sociedade civil conjuntamente com os interesses do Estado (ALBUQUERQUE, 2011) e contou com a presença de 41 empresários nas 90 cadeiras destinadas à sociedade civil, entre eles, Horácio Lafer Piva, presidente da FIESP. Enquanto o segundo tinha um caráter

consultivo e objetivava a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento industrial. Nele, 11 das 28 cadeiras foram destinadas ao empresariado (DINIZ, 2010).

Ainda, na esfera das entidades de representação do empresariado, Lula contava com o apoio da presidência da CNI, que esteve nas mãos do senador Armando Monteiro Neto entre 2002 e 2010. Político que se filiou ao PTB, partido base de sustentação do governo Lula, em 2003. E depois, em 2010 foi eleito senador e em 2015 assumiu o cargo de ministro da indústria e comércio no governo de Dilma Rousseff (RODRIGUES, 2019).

Para Boito Jr. (2002), a eleição do presidente Lula expressou a construção de uma frente política ampla, que abarcava setores das classes dominantes e das classes dominadas. Sobre sua composição, destacamos que a frente era dirigida, segundo ele, pela grande burguesia interna brasileira, ou seja, o empresariado nacional (mas não necessariamente nacionalista); e que ela enfrentava a aliança (denominada neoliberal ortodoxa) entre o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média. Em outras palavras, existia uma rivalidade entre o empresariado produtivo, sobretudo industrial, e o financeiro-internacional.

Com ideias desenvolvimentistas e objetivando defender a ampla frente descrita pelo autor, destacamos algumas ações que o governo adotou no período: a expansão do uso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; a política de compras do Estado brasileiro, que priorizava as grandes empresas predominantemente nacionais ou implantadas no Brasil; a política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012); a política econômica anticíclica; a reorientação da economia industrial e agropecuária ao mercado externo; e o incremento do investimento estatal em infraestrutura (BOITO, 2012).

Apesar da unificação política consequente do favorecimento e da proteção do Estado na concorrência entre os membros da frente e o capital estrangeiro, o autor afirma que algumas contradições se mantiveram. Sendo elas: entre a indústria de transformação e o agronegócio na questão dos acordos internacionais (Ibid.); entre seções regionais dessa fração burguesa (FARIAS, 2009); e entre o capital bancário e

o capital produtivo na questão da política de juro e de rolagem da dívida pública (DIAS, 2012; MINELLA, 1994). Tendo gerado essa última, uma grande discussão no final do primeiro mandato de Lula. Nesse caso, presidentes de várias entidades empresariais como a CNI, a FIRJAN, a ABDIB e a FIESP, declararam seu descontentamento com a alta dos juros, enquanto representantes do setor financeiro, como o banqueiro Egydo Setúbal, elogiavam a capacidade do governo de respeitar as metas de inflação, que eram seguradas através da elevação dos juros (DINIZ, 2010).

Mesmo com as disputas internas, Lula foi reeleito em 2006 sem que o empresariado brasileiro fizesse grande oposição a sua candidatura, o que pode ter influenciado sua decisão de substituir o ministro da fazenda Antonio Palocci, responsável até então pela política econômica criticada pelo empresariado, por Guido Mantega, que reforçou o caráter desenvolvimentista do governo e afrouxou as políticas neoliberais do primeiro mandato de Lula. Assim, a expansão do papel do BNDES, a injeção de recursos via Bolsa família e, principalmente, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, aceleraram a geração de empregos, a queda da pobreza e o crescimento do PIB (SINGER, 2012).

Em meio ao cenário econômico positivo no Brasil, uma nova conjuntura se instalou na economia-mundo capitalista. Em 2008, a bolha imobiliária estadunidense havia estourado e com ela a economia mundial entrou em crise. E como resposta a ela, contrariando o manual ortodoxo, o governo acentuou sua presença na economia, aprofundando as políticas de estímulo à renda à demanda que já estavam em prática (desonerações fiscais, expansão do crédito e maior atuação do BNDES na promoção econômica). O que impediu que o choque externo neutralizasse os ganhos que o governo havia conquistado até então e permitiu que já em 2010, apesar da deterioração da conta corrente, a economia se recuperasse e fosse mantido um ambiente interno de otimismo (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Permitindo, assim, que a tradição do “lulismo” fosse continuada através da eleição da indicada de Lula, Dilma Rousseff, em 2010.

O primeiro governo de Dilma adotou como missão continuar as reformas de Lula colocando em prática uma nova matriz econômica anticíclica. Nesse sentido, o lançamento do Plano Brasil Maior, responsável pela política industrial do país entre 2011 e 2014, foi uma resposta direta às solicitações do empresariado industrial. Na prática, ele era baseado na redução dos juros, no uso intensivo do BNDES, na aposta da reindustrialização, em desonerações fiscais para setores intensivos em mão de

obra, em concessões para estimular a infraestrutura, na reforma do setor elétrico, na desvalorização do real, no controle de capitais e, finalmente, na proteção ao produto nacional (SINGER, 2015).

Políticas econômicas fortes, que apesar de acenarem para uma parte da frente ampla de Lula, batiam de frente com outras frações importantes. Assim, apesar de defender a continuidade das políticas econômicas de Lula, alguns embates começaram a surgir no horizonte da nova presidente. O principal deles se deu contra o setor financeiro na disputa pelo controle dos juros e pela redução dos spreads bancários. De maneira resumida, Dilma assumiu uma posição de confronto direto, com discursos inflamados e políticas duras contra o setor financeiro. O Ministério da Fazenda e o Banco Central foram responsáveis pela diminuição dos juros, enquanto a presidente pressionava os bancos privados a também diminuir os spreads bancários através de discursos com críticas diretas e, posteriormente, com a instrumentalização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (Ibid.). Dessa forma, o governo rompia politicamente com o setor financeiro e esperava o apoio do setor produtivo.

Explicado esse primeiro embate, vale aqui explorarmos um pouco desse setor do empresariado que até agora não teve grande destaque em nossa análise. O setor financeiro, que, diferentemente do agronegócio, do comércio e da indústria, como sugere Kasahara (2011), demonstra certo desinteresse pelo Poder Legislativo, pelo menos pela via partidária. O que, no caso brasileiro, pode estar associado ao fato das estruturas de regulação do sistema financeiro, como o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estarem vinculadas ao Poder Executivo e não ao Legislativo. Nesse sentido, como aponta Rodrigues (2019), o padrão de influência do setor se dá através da indicação de nomes para a ocupação dos cargos mais altos do setor econômico estatal e não pela eleição de representantes no parlamento. Nesse caso, a escolha por Guido Mantega para o cargo de ministro da Fazenda indicava um enfraquecimento da influência desse setor sobre o governo.

Voltando à relação entre Dilma e os setores da classe empresarial, Singer (2015) destaca que apesar dos acenos ao empresariado industrial, este não respondeu com a intensidade desejada. Na verdade, no decorrer de seu mandato, a presidente foi aglutinando diversos grupos contra seu projeto de desenvolvimento. Entre eles, o setor elétrico, os produtores de álcool, o agronegócio em geral, os

setores da indústria automotiva, as empresas aéreas e a classe média tradicional. Para nós, não é importante analisar como cada política do governo colocou esses grupos de pressão contra o projeto nacional de Dilma, mas sim destacar que durante o primeiro mandato da presidente, esses grupos começaram a mostrar sua força e influência.

O que ficou evidente no ano de 2013, quando em um conturbado cenário político inflamado pela mídia tradicional, o medo da subida da inflação colocou em xeque a política desenvolvimentista do governo por iniciar um novo ciclo de alta de juros dirigida pelo BACEN. No mesmo ano, a população se colocou às ruas em protestos iniciados pela Esquerda, mas que logo foram fortalecidos pelo Centro e pela Direita. Apesar de não haver uma pauta única, esses protestos se vincularam a uma guerra ideológica em que grandes atores apoiados pelo setor financeiro, como *The Economist*, *Financial Times* e Rede Globo, se dedicaram a explicar como o governo estava gastando dinheiro com medidas ineficientes e irresponsáveis e que por isso, era necessário enxugar o Estado e permitir que o mercado se autorregulasse. No meio dos protestos, a FIESP surge demonstrando simpatia aos manifestantes, mesmo com as medidas tomadas pelo governo em favor da classe produtiva industrial (SINGER, 2015). Como afirma o autor:

[...] a situação tinha-se alterado por completo. Os industriais pareciam ter aderido ao programa rentista. Com isso, do setor financeiro ao industrial, passando pelo agronegócio, o comércio e os serviços, a unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores tornava-se completa. Como reflexo, em novembro de 2014, o presidente da CNI, Robson Andrade, fez a defesa nítida do ajuste fiscal, e até mesmo do aumento da taxa de juros. (SINGER, 2015, p. 57)

Nessas circunstâncias, ainda que tivesse ocorrido certo recuo, com a contração dos gastos públicos no cenário de subida dos juros, Dilma e seu ministro Guido Mantega continuavam a argumentar a favor das políticas desenvolvimentistas durante as eleições de 2014 e em um pleito apertado, o governo, através da aliança com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conseguiu a reeleição. Nessa aliança, Michel Temer foi escalado como vice-presidente da chapa e Kátia Abreu, que entre 1995 e 2005 havia sido presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) e entre 2008 e 2015 presidente da Confederação

Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), foi indicada como ministra da agricultura (RODRIGUES, 2019). Após reeleição, o setor financeiro voltou a mostrar sua força quando Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco e da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), indicou o economista Joaquim Levy para ocupar o cargo de ministro da fazenda (Ibid.). No mesmo sentido, a presidente contraria seu discurso durante as eleições e, em um movimento ortodoxo, inicia um choque recessivo, com a contração dos gastos públicos e o aumento dos juros.

Não há uma concordância na literatura sobre o que levou o empresariado brasileiro a abandonar o projeto do PT, mas destacamos três interpretações que nos parecem importantes por demonstrar a relevância das relações entre o Estado e o empresariado. A primeira delas chama a atenção para a financeirização do capitalismo. De acordo com ela, na contemporaneidade há uma mistura entre o capital industrial e o financeiro, que gera uma contradição dentro dos conglomerados, porque, ao mesmo tempo que o empresário aspira juros baixos para ter acesso a crédito barato, também se satisfaz com juros altos que remuneram seu dinheiro aplicado. A segunda interpretação foca na sensibilidade dos empresários produtivos aos argumentos ideológicos do setor financeiro, que sob a bandeira do anti-intervencionismo, critica a incompetência, a corrupção e o autoritarismo do Estado. Enquanto a última, argumenta que a quantidade de interesses empresariais contrariados pelo governo Dilma catalisou a solidariedade intercapitalista (SINGER, 2015). Nesse sentido, Boito Jr. (2012) nos mostra que apesar das disputas intercapitalistas, o empresariado consegue formar uma frente única em momentos específicos e principalmente quando se trata da disputa entre o capital e o trabalho. Nessa linha, a luta por direitos aos trabalhadores realizada pelo partido também teria servido como catalisador da solidariedade entre o empresariado.

Sem apoio do empresariado brasileiro, a situação de Dilma se deteriorou rapidamente já em 2015, quando a Operação Lava Jato inflamou a narrativa ideológica contra a corrupção estatal. Nesse contexto, o vice-presidente Michel Temer começou a se reunir com lideranças do empresariado para apresentar o programa do PMDB “Uma ponte para o Futuro”, pela qual defendia um projeto econômico neoliberal, com promessas de austeridade fiscal e de alterações nas legislações trabalhista e previdenciária. Através desse movimento o vice-presidente conseguiu angariar capital político o suficiente para que em 2016, fosse perpetrado o golpe

político que derrubou Dilma Rousseff da cadeira presidencial e enterrou o projeto desenvolvimentista do PT (GUILHERME, 2017).

No início do novo governo, o setor financeiro do empresariado já marcou seu território indicando Ilan Goldfajn, advindo do Itaú Unibanco, à cadeira da presidência do Banco Central. Além disso, na altura da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, Michel Temer participou pessoalmente de um encontro de investidores internacionais organizado pelo Banco JP Morgan em São Paulo, no qual apresentou aos investidores as supostas vantagens da PEC que buscava congelar os gastos públicos e do projeto de reforma da previdência social (BOEHM, 2016). Movimento de aproximação que continuou também no governo de Jair Bolsonaro, quando o indicado para a presidência do Banco Central foi o ex-diretor do Banco Santander, Roberto Campos Neto. Enquanto o recém-criado Ministério da Economia, foi ocupado pelo fundador do Banco Pactual, Paulo Guedes (RODRIGUES, 2019).

No que tange ao agronegócio, o governo de Michel Temer manteve relações muito próximas e de troca de benefícios com o grupo. Como Leite, Sauer e Castro (2018) nos mostram, desde que assumiu a presidência, Temer recebeu o apoio da bancada ruralista, da CNA e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), em praticamente todas as pautas de reformas liberalizantes. Em troca, o presidente combinou uma série de benesses e medidas legais que apoiavam as demandas do setor. Entre o grande número de Medidas Provisórias publicadas nesse sentido, destaca-se a MP 733³³, que concedeu facilidades financeiras e jurídicas ao setor, permitindo o abatimento entre 65% a 95% das dívidas dos produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União (LEITE; SAUER; CASTRO, 2018). Enquanto o empresariado industrial, nas figuras da FIESP e da CNI, aparentou se alinhar com o capital internacional no apoio de reformas liberais e do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. O que não foi bem-visto por parte do setor, que via na abertura econômica uma ameaça aos seus próprios interesses. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), por exemplo, na figura de seu presidente João Carlos Marchesan, chegou a declarar que o governo tinha um cunho ideológico muito liberal.

³³ A MP 733, de 15 de junho de 2016 foi convertida na Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

O que é justificado dado o temor da associação relativo à entrada de produtos europeus mais competitivos no mercado brasileiro (BERRINGER; FORLINI, 2018).

Em 2018, com a prisão do ex-presidente Lula no âmbito da Lava Jato, a política neoliberal garantiu sua continuidade com a eleição de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente da República. O que, na leitura de Boito Jr. (2021), permitiu que os interesses do capital internacional e do empresariado associado, continuassem vigorando mesmo com a saída de Michel Temer. Sobre esse governo até o começo de 2020, limite temporal de nossa análise, destacamos a importância da ideologia na movimentação das massas e das novas tecnologias que permitiram a ascensão das denominadas *fake news*. Além disso, vale dar atenção a uma parte do empresariado ainda não explorada nessa dissertação, o empresariado comercial.

Desde a campanha presidencial de Bolsonaro, como afirmam Vaccari e Albuquerque (2022), foi possível identificar uma aproximação do presidente com importantes empresários comerciais como Luciano Hang (Lojas Havan), João Apolinário (Lojas Polishop), Sebastião Bonfim (Lojas Centauro) e Flávio Rocha (Lojas Riachuelo). O que pode nos levar a pensar que esse grupo de forma organizada tenha defendido o governo Bolsonaro. Hipótese que se fortalece dado o apoio aberto da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) à chapa bolsonarista. Entretanto, como enfatizam os autores em um estudo sobre os empresários comerciais e o governo Bolsonaro, não foi possível observar uma ação coordenada que unificasse os interesses dos comerciantes, apesar desses se identificarem com as reformas neoliberais. Dessa forma, continuam protagonizando no governo Bolsonaro, aqueles grupos ligados ao capital internacional e ao setor financeiro que tiveram destaque na década de 1990 e que voltaram à cena política nacional em 2016, com a queda de Dilma.

3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Durante todo o período aqui estudado ficou evidente a presença dos interesses privados do setor agroexportador como elemento constituinte do próprio Estado. Primeiramente na personalidade do rei português e dos senhores de engenho e, posteriormente, na figura dos governadores estaduais. Com isso, destacamos desse período a insistência da predominância da esfera particular sobre a esfera pública na sociedade brasileira mesmo com o fim da colonização e a declaração da

independência em 1822. Além disso, é importante destacar que a forma que se deu a colonização brasileira, baseada no latifúndio, na monocultura, na exportação, e na mão de obra escravizada, garantiu ao empresariado agroexportador um acúmulo de poder, que mesmo com as tendências industrializantes dos períodos posteriores à República Velha, não se esgotou. Esse poder é hoje representado pela bancada rural no governo, pelas entidades de representação do setor e por lideranças, que são constantemente indicadas para cargos importantes do Poder Executivo.

Outra característica marcante das relações entre o Estado brasileiro e o empresariado é a constante responsabilização do primeiro sobre custos atrelados ao processo de desenvolvimento do segundo. Isso pôde ser visto desde quando o Estado assumiu as despesas de viagem dos imigrantes que chegavam para trabalhar nas fazendas durante o período colonial, até quando a dívida externa privada foi absorvida pela estrutura estatal no contexto das crises de preço do petróleo.

Ademais, nos chama muita atenção o relacionamento entre o empresariado brasileiro, o capital internacional e o Estado brasileiro, que desde o início, com algumas exceções, aparentam estar associados em uma dinâmica de subordinação do empresariado brasileiro ao capital estrangeiro com o Estado aparecendo como a base que permite e incentiva essa associação. Nessa lógica, o caráter de economia dependente se fortalece na medida em que os empresários agroexportador e financeiro defendem políticas de abertura comercial motivados pelos próprios interesses, que aparentam ser distintos ao desenvolvimento do país como nação. Nesse emaranhado de grupos de interesse, o empresariado industrial aparenta ter uma visão de curto-prazo constantemente influenciada pelas narrativas ideológicas preponderantes e pelas conjunturas em que vive. O que o força a mudar de posicionamento político com frequência e impede que o Estado possa contar com seu apoio, até mesmo quando cede às suas demandas.

Sobre as estruturas burocráticas estatais de representação do empresariado, é interessante notar que elas sempre existiram e tiveram papéis decisivos em toda a história brasileira. Em outras palavras, a presença do interesse do empresariado foi uma característica constituinte da estrutura estatal brasileira em todos os períodos analisados. Vale ainda, ressaltar a transformação pela qual elas passaram na redemocratização brasileira, quando o Poder Legislativo passou a ter uma maior influência e se tornou um dos principais canais de escoamento das demandas do empresariado. Na mesma linha, o governo de Luís Inácio Lula da Silva também deve

ser destacado por criar importantes conselhos no âmbito do Poder Executivo, que abriram mais espaços para que o empresariado influenciasse as decisões do governo. No caso do Brasil, também é marcante o alto número de entidades de representação dos vários setores do empresariado e como a atuação delas se tornou cada vez mais influente com o passar do tempo.

Como conclusão destacamos que no Brasil há um elevado número de grupos de interesse dentro do empresariado, que através de representações diversificadas e pulverizadas na sociedade civil e dentro da burocracia estatal, conseguem fazer com que seus interesses particulares sejam considerados mesmo que isso seja danoso ao patrimônio público e/ou às possibilidades de desenvolvimento do país. Além disso, as divergências entre os interesses dos diversos setores do empresariado prejudicam a capacidade dos governos brasileiros em direcionarem todos os recursos disponíveis para uma mesma direção.

4 CAPÍTULO 4 - COMPARANDO A CHINA E O BRASIL

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo vamos articular as premissas e os conceitos da perspectiva dos sistemas-mundo apresentadas no primeiro capítulo, com as informações levantadas sobre cada um dos países aqui estudados, para comparar as relações entre os dois Estados e seus empresariados. Inicialmente, são comparadas como as estruturas dos sistemas-sociais em que os territórios dos países estavam inseridos originalmente influenciaram o desenvolvimento das sociedades chinesa e brasileira. Posteriormente, exploramos e comparamos algumas características específicas de cada sociedade, relacionadas com a cultura e a aproximação histórica entre suas estruturas estatais e o capital privado.

Com os resultados dessas análises em mãos, seguimos para entender como essas dinâmicas podem ter influenciado o período entre 1980 e 2020, por exemplo, com a articulação (ou não) de entidades de representação de grupos empresariais e a existência de estruturas burocráticas destinadas à representação dos interesses do empresariado no Estado. Finalizamos, comparando as dificuldades trazidas pela financeirização da economia-mundo capitalista e como cada Estado se relacionou com seu empresariado diante desta nova conjuntura da economia-mundo capitalista.

4.2 COMPARANDO À LUZ DA LONGA DURAÇÃO

Como explicado no primeiro capítulo dessa dissertação, ao estudarmos sociedades na longa duração, conseguimos perceber algumas características que se mantêm estáveis por várias gerações e que acabam condicionando o fluxo da história. Esses elementos são caracterizados por Braudel como “estruturas” e ditam uma condição de semi-imobilidade, limitando e criando opções de atuação para aqueles que tentam agir dentro dos sistemas-históricos em questão.

Com isso em mente, em nossa análise, é preciso primeiro lembrar que o Estado chinês surgiu muito antes que o Estado brasileiro e, mais do que isso, surgiu em um sistema-social diferente da economia-mundo capitalista. Enquanto o território hoje ocupado pelo Brasil surgiu como uma entidade política colonial apenas no nascimento da economia-mundo capitalista, há pelo menos um milênio, as civilizações asiáticas já interagiam e se entrelaçavam para a criação de uma estrutura político-econômica

de integração mútua, aqui denominada como “sistema sinocêntrico de comércio-tributo”. O que significa que tanto o Estado, quanto o empresariado chinês, no momento da incorporação da China na economia-mundo capitalista, mantinham posicionamentos muito diferentes dos que a sociedade colonial do território brasileiro detinha quando foi criada a economia-mundo capitalista. Por isso, começamos nossa comparação explorando algumas dinâmicas dos dois sistemas-sociais e como os papéis de cada uma das duas sociedades eram extremamente diferentes em seus respectivos sistemas-sociais originários.

Como destacamos no capítulo 2, a China desde antes da incorporação se encontrava no centro do sistema-histórico em que existia, com seu Estado subordinando os outros Estados da região através de uma relação tributária e de dominação cultural. O que se somava ao domínio das rotas de comércio da região e à superioridade comercial dos mercadores chineses, que detinham vantagens competitivas na produção de porcelana, seda e chá. Esses fatores combinados geraram uma característica que, por se manter até hoje, mesmo com o fim desse sistema-social, interpretamos como uma estrutura importante para entender as relações entre o Estado chinês e seu empresariado. Sendo ela, a presença de redes de negócios de etnia chinesa espalhadas geograficamente e com papel de liderança na vida econômica de toda a região da Ásia oriental.

Enquanto no território brasileiro, uma dinâmica totalmente diferente se consolidou. Ao passo que a relação da China com seu sistema-social era de centralidade e domínio, o território brasileiro, desde a criação da economia-mundo capitalista, se encontrava na periferia do sistema, tendo suas atividades econômicas condicionadas e direcionadas ao exterior. Diferentemente das atividades comerciais chinesas que direta e indiretamente aumentavam a influência do Estado chinês no sistema-social em que estava inserido, as atividades econômicas realizadas no território brasileiro acentuavam uma condição periférica ligada aos nódulos de menor valor agregado das cadeias mercantis, dado que o território era uma colônia portuguesa.

Além dessa estrutura hierárquica da economia-mundo capitalista, também destacamos no primeiro capítulo outro aspecto que caracteriza esse sistema-social. Sendo ele, a busca incessante pelo lucro e sua conseqüente e necessária expansão geográfica, explorada por Harvey (2004). Essa estrutura da economia-mundo capitalista, nos lembrando que todo sistema-social tem um limite temporal e espacial,

levou o sistema sinocêntrico de comércio-tributo ao seu fim, quando no início do século XIX, a Ásia oriental foi incorporada pelo sistema-histórico dominante. Quanto a isso, é importante mencionar que, mesmo com a incorporação da região, os processos históricos regionais continuaram a existir (IKEDA, 1996), permitindo que a China, mesmo que temporariamente na condição periférica, mantivesse uma posição regional diferente da que o Brasil tinha em relação à América Latina. Enquanto a China era regionalmente central para as dinâmicas comerciais, o Brasil continuava periférico regional e sistemicamente.

Além disso, durante o século XX, outra estrutura da economia-mundo capitalista levou os países por caminhos diferentes. Dessa vez, por conta da forma como cada sociedade agiu diante desse aspecto do sistema-social. Sendo ele, o papel essencial da tecnologia na acumulação incessante de capital. Enquanto no Brasil, como indicado no capítulo 3, destacamos na conjuntura econômica pós-Crise econômica de 1929, a importação de tecnologias de produção industrial atreladas a uma forte ligação entre o empresariado nacional e o capital internacional, de maneira subordinada. Na China, conseguimos perceber uma primeira industrialização com características nacionalistas de defesa nacional e, posteriormente, ligada à tecnologia soviética, com caráter estatal. Inclusive porque, após a Revolução comunista, quase a totalidade do empresariado privado chinês havia sido expulsa do território continental.

Com isso, entendemos que a bibliografia estudada sugere a existência de três estruturas da economia-mundo capitalista que condicionaram as relações entre os Estados brasileiro e chinês com o empresariado. Sendo elas: a) a hierarquização da economia-mundo capitalista, que condicionou as duas economias a posições periféricas do sistema, impedindo um acesso imediato às atividades de maior valor agregado das cadeias mercantis; b) a lógica de expansão territorial, que gerou a incorporação do sistema sinocêntrico de comércio-tributo; e c) o papel essencial da tecnologia na acumulação incessante de capital, que levou os países a importarem tecnologias visando um melhor posicionamento hierárquico no sistema. Além disso, destacamos também uma estrutura do sistema sinocêntrico de comércio-tributo que se manteve até mesmo após o fim do sistema-social: a presença de redes de negócios de etnia chinesa espalhadas geograficamente e com papel de liderança na vida econômica de toda a região da Ásia oriental.

Como resultado da interação dessas estruturas com as sociedades estudadas, dois aspectos são destacados: a) Uma tendência do empresariado brasileiro a se alinhar com os interesses do capital internacional; e b) a presença de redes de negócios chinesas influentes em toda a região asiática e, posteriormente, em todo o globo. Tendo a primeira prejudicado a possibilidade de união a longo prazo entre o empresariado e o Estado brasileiro em prol de planos de desenvolvimento econômico de longo prazo como foi feito na China. Enquanto a segunda estrutura possibilitou a potencialização do comércio chinês e a possibilidade de financiamento do Estado com recursos privados (empresários chineses do além-mar) em momentos estratégicos, como no início da década de 1980. É evidente que as dinâmicas acima expostas não esgotam todas as interações ocorridas entre as sociedades e as estruturas estudadas, entretanto, acreditamos que para alcançar os objetivos deste estudo, são essas as dinâmicas mais importantes a serem destacadas, por condicionarem as relações entre os Estados e o empresariado no período pesquisado.

Para além dessas relações, também exploramos nos capítulos anteriores algumas características específicas da cultura, da socialização e das estruturas burocráticas estatais dos dois países. Faremos agora, uma comparação entre alguns desses aspectos para levantar, assim como no parágrafo anterior, determinadas particularidades que podem ser interpretadas como estruturas dessas sociedades, que entendemos ter condicionado as relações entre os Estados e o empresariado.

Começamos destacando que a burguesia portuguesa teve grande destaque no processo de consolidação do Estado português, garantindo seu espaço de influência mesmo com a predominância do poder monárquico. Junto dessa característica, a bibliografia explorada sugere que a sociedade colonial brasileira também herdou do país ibérico a propensão ao comércio e uma violenta cultura da guerra. O que é revelado, respectivamente, quando analisamos como o território americano foi tratado pelos colonizadores apenas como um empreendimento comercial e quando consideramos o elevado nível de violência perpetuado pelos senhores de engenho contra as pessoas escravizadas e até mesmo contra sua própria família. Este último, em última instância, gerando o que Souza (2017) caracterizou como uma herança escravocrata, que perpetuou a violência contra determinadas classes da sociedade brasileira mesmo após a abolição da escravatura.

Ademais, também se destaca a invasão da esfera pública pela esfera privada, característica do Estado português e do Brasil colonial, enfatizada no capítulo 3. Ela

é facilmente identificada ao se considerar a propriedade do rei sobre o Brasil e a autoridade do *pater-familias* na sociedade colonial, que, como mostrado por Holanda (1995), chegava ao ponto de substituir o Poder judiciário em algumas situações. O que, em termos práticos, em nossa interpretação, demonstra uma continuidade das estruturas patrimonialistas do país ibérico na configuração da sociedade colonial brasileira. Que para além do período colonial, também reforçou a confusão entre as esferas pública e privada mesmo após a proclamação da República, quando o antigo poder central que existia na figura do imperador, deslocou-se para os Estados coligados, que eram diretamente ligados ao empresariado agrário estadual. Dado que cada Estado tinha um dono ou um grupo fechado, que representava uma família ou interesses privados coligados (FAORO, 2001). Em uma situação de dominação nacional que ocorria com um reforço local através da figura dos coronéis.

Assim, enquanto no Brasil identificamos a presença do interesse privado sempre atrelado às estruturas de poder, evidenciada pela atuação da burguesia portuguesa desde a Revolução de Avis, na China encontramos uma cultura com raízes diferentes. Como mencionado no capítulo 2, dois pontos culturais se destacaram em nossa análise: a) a importância da harmonia social no confucionismo; e b) a importância dos laços pessoais, representados pelo *guanxi*. Enquanto o primeiro ponto nos parece ter uma relação direta com a não subordinação do Estado aos interesses do empresariado e - como também indicado por Braudel (1992) - a uma aversão social histórica a indivíduos "anormalmente ricos", o segundo nos aponta uma possível preferência do empresariado chinês pela busca individual, personalista e particular por benefícios em suas atividades econômicas. O que somados poderiam indicar uma primeira interpretação cultural para a não articulação do empresariado chinês em fortes grupos de poder na busca pela realização de seus interesses. Entretanto, essa hipótese perde força quando analisamos que, diante do vácuo de poder deixado pelo enfraquecimento e posterior queda da dinastia Qing, o empresariado se viu representado e organizado em um partido político (Kuomintang), que chegou a comandar o país durante um período antes de ser derrotado pelo Partido Comunista Chinês. Um contra-argumento possível nessa discussão, seria o de que durante séculos o Estado supervisionou e controlou o desenvolvimento do empresariado chinês, permitindo o florescimento de apenas alguns grupos bem definidos, deixando-os sempre mais ou menos à sua mercê (BRAUDEL, 1967), e que essa exceção à regra só foi possível em um momento específico de enfraquecimento

não só do Estado, mas de toda a sociedade tradicional chinesa, devido às invasões estrangeiras. O que, portanto, não invalidaria a influência cultural na limitação do desenvolvimento do empresariado chinês.

Em nossa análise não podemos confirmar uma relação de total causalidade entre a cultura explorada e a ausência de representações de classe organizadas pelo empresariado, entretanto, podemos verificar que, na prática, há uma correlação entre as orientações da filosofia analisada e a estrutura estatal chinesa. Dado que ela, possivelmente por influência dessa cultura, na maioria dos períodos estudados, limitou a atuação do empresariado de acordo com seus próprios interesses, impedindo que a relação entre o Estado chinês e o empresariado, salvo no período do governo Kuomintang, fosse de subordinação do Estado aos interesses desse grupo. Lógica esta, reforçada após a Revolução comunista, que expulsou a maioria do empresariado do país e instrumentalizou a parte restante para que seus próprios objetivos fossem atingidos através dos conhecimentos e recursos desse empresariado.

Seja por conta de uma influência confucionista, pelo arranjo institucional da China imperial ou pela filosofia comunista, o que conseguimos notar é que historicamente há uma relação de relativo distanciamento entre o Estado chinês e seu empresariado. Com exceções em momentos de crise, nos quais o Estado, em busca de financiamentos cedeu vantagens aos grupos privados e durante o governo Kuomintang. Em contrapartida, no Brasil é visível a relação, em alguns momentos quase simbiótica, entre os interesses do empresariado e a atuação do Estado. Historicamente, podemos destacar a participação ativa do aparelho estatal na defesa desses interesses, como quando ele, por exemplo, comprou e queimou estoques de café durante o período Vargas ou quando assumiu a dívida externa privada através da emissão da dívida pública e de renúncias fiscais no contexto das crises de preços do petróleo (CARNEIRO, 1990).

O que fica mais compreensível quando entendemos que, historicamente, esse grupo é representado em mecanismos oficiais da burocracia estatal. Como, por exemplo, nos órgãos técnicos e consultivos do Estado Novo, pelos quais, mesmo diante de uma centralização do processo decisório, os empresários tiveram seus espaços assegurados para poderem ser ouvidos pelo governo. O que, nesse período, somada à ausência da mediação dos partidos políticos, induziu o processo de formação de identidades coletivas do empresariado industrial e possibilitou a criação

de federações, que passaram a caracterizar atuações organizadas por esse grupo, em ações fracionadas setorial e localmente (DINIZ; BOSCHI, 2004).

Outra questão que deve ser destacada é como se deu a relação entre o capital internacional, o empresariado nacional e o Estado nos dois países. Enquanto na China, após a Revolução comunista, há uma restrição da entrada de capitais internacionais e um relativo isolamento do país da economia internacional, no Brasil, houve no século XX, uma maior integração entre esses agentes. De forma em que, como explorado no capítulo 3, o Estado se converteu na base da associação entre o capital nacional e o estrangeiro. O que é facilmente evidenciado com as reformas legislativas que surgiram após a morte de Getúlio Vargas e os planos econômicos de Juscelino Kubitschek e do período da ditadura militar, que também focaram em um projeto de industrialização alinhado ao capital internacional.

O que ocorreu, entre outros fatores, pela forte demanda e influência do empresariado industrial brasileiro, que precisava das divisas internacionais para conseguir continuar importando os bens necessários para a atualização de suas tecnologias e industrialização de suas empresas. Fazendo com que a economia brasileira se integrasse cada vez mais ao sistema financeiro internacional e, conseqüentemente, se tornasse mais vulnerável às crises da economia-mundo capitalista. Por isso, quando as crises do petróleo explodiram, a economia brasileira foi duramente afetada e o Estado absorveu a dívida externa privada, enquanto a China, mais isolada não sofreu na mesma medida.

Nesse sentido, entendemos que até o final dos anos de 1970, a China enfatizou sua posição de distanciamento do empresariado e do sistema financeiro internacional, o que amenizou os efeitos das crises da economia-mundo em sua economia, enquanto o Brasil sustentou a presença dos interesses do empresariado em sua estrutura estatal e reforçou a dinâmica do sistema colonial, caracterizada pela dominação externa e a organização da produção orientada aos interesses forâneos (PRADO, 2004). Uma possível exceção foi o período entre 1930 e 1980 em que houve esforços de industrialização voltada ao mercado interno. Além disso, no Brasil, também destacamos a organização de entidades de representação oficial dos interesses de grupos do empresariado, como a CNI e a FIESP, enquanto na China verificamos uma atuação mais individualizada do empresariado em busca de benefícios do Estado. Desse modo, sintetizamos até aqui algumas estruturas e aspectos específicos de cada sociedade que surgiram até o final da década de 1970

e que, conseqüentemente, condicionaram as relações entre o Estado e o empresariado nos dois países no quadro abaixo:

Quadro 1 - Síntese da comparação de aspectos da China e do Brasil na longa duração que condicionaram as relações entre o Estado e o empresariado.

Características	China	Brasil
Integração do país com seu sistema-social originário.	Séculos antes da integração com a economia-mundo capitalista, a China já era consolidada como um império e compunha o centro do social em que estava integrada. Mantendo uma relação de dominação sobre os outros Estados da região.	Logo após o nascimento da economia-mundo capitalista, o território ocupado pelo Brasil já se encontrava na periferia do sistema, tendo suas atividades econômicas voltada a interesses forâneos.
Empresariado na longa duração.	Presença de redes de negócios chinesas influentes em toda a região da Ásia oriental desde a época do sistema sinocêntrico de comércio-tributo.	Tendência do empresariado brasileiro se alinhar com os interesses do capital internacional, relacionada com a posição periférica que o país ocupou na economia-mundo capitalista.
Herança cultural relativa ao posicionamento perante o empresariado.	Tendência cultural e filosófica confucionista de limitação da realização da lógica de acumulação incessante de capital, a partir da maior valorização da harmonia social em comparação à realização individual.	Tendência cultural patrimonialista na sociedade brasileira, que resulta na invasão da esfera pública pela esfera privada.
Tipo de relação entre o Estado e o empresariado.	O Estado buscou ajuda do empresariado em momentos estratégicos. Não submetendo os interesses nacionais aos interesses do empresariado.	Os interesses do empresariado influenciaram as decisões estatais em todos os períodos analisados. Em alguns momentos com o Estado priorizando os interesses desse grupo em oposição aos interesses da maioria da sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3 COMPARANDO O PERÍODO ENTRE 1980 E 2020

As décadas de 1980 e 1990 também foram de grande contraste entre os dois países. Enquanto a economia-mundo passava pelo final da conjuntura da Guerra Fria, alguns acontecimentos marcaram os países e os empurraram para trajetórias cada vez mais diferentes. Enquanto o Brasil passava por sua redemocratização, o empresariado brasileiro encontrava novos caminhos de representação nas estruturas

estatais, principalmente por meio do Poder Legislativo. Dado que, como mostrado no capítulo 3, o empresariado passou a trabalhar, através de suas entidades, com o *lobby* sobre os representantes eleitos e também passou a compor as câmaras a partir de candidaturas diretas aos cargos de deputados e senadores. Além disso, no âmbito da onda neoliberal, o Brasil desregulamentou mais ainda sua economia, permitindo a entrada massiva de capital internacional, que reestruturou a economia brasileira, com a formação de grandes conglomerados capitaneados pelo capital internacional (DINIZ, 2010). Com isso, podemos ver que as tendências já identificadas na história lenta do Brasil se reforçaram, sendo elas, a tendência do empresariado brasileiro se alinhar com os interesses do capital internacional e a tendência dos interesses do empresariado influenciarem as decisões do Estado, dado que agora o empresariado novamente compunha o próprio Estado.

Enquanto na China, iniciou-se um processo de reintegração à economia internacional através das ZEE e de políticas de abertura comercial. Que, como destacado no capítulo 2, foi capitaneado justamente pelo dinheiro das redes de negócios chinesas que destacamos na longa duração chinesa. O que permitiu que a China, diferentemente do Brasil, se aproveitando da necessidade da expansão espacial da economia-mundo capitalista e do capital do empresariado chinês espalhado pelo mundo, não precisasse se sujeitar totalmente às demandas do capital internacional e conseguisse, assim como fez durante a época imperial e nos primeiros anos do governo comunista, instrumentalizar o empresariado para atingir seus objetivos de Estado. Tudo isso mantendo um nível de vulnerabilidade externa menor do que o Brasil e outras economias asiáticas. O que ficou claro, quando a China, apesar de afetada, conseguiu defender sua moeda contra os ataques especulativos durante a crise asiática da década de 1990 (CASTELLS, 1999).

Já no final do século XX e início do XXI, destacamos a maior presença de empresas privadas na China e de novas dinâmicas nas relações entre o Estado e o empresariado. Nesse contexto, como mencionado no capítulo 2, novos grupos de empresários passaram a surgir com as privatizações das empresas estatais e com as expropriações de terras baratas (NOGUEIRA, 2018). O que, a partir do Estado, gerou condições favoráveis para o empresariado na China, dado que as privatizações trouxeram altos números de desemprego, que reduziram o valor do trabalho, e as expropriações de terra se tornaram fonte de terra barata para produção (NOGUEIRA; QI, 2019). Além disso, os empresários chineses passaram a explorar dois caminhos

para terem seus interesses representados na estrutura estatal: a) a filiação ao Partido Comunista Chinês e b) a participação na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Em todos os casos apresentados, o principal ganho identificado foi o contato individual com figuras-chave do governo que poderiam facilitar a liberação de créditos ou afrouxar legislações para esses empresários. O que fortalece a tese de TSAI (2005), que entende que na China não ocorreu a formação de uma classe entre os empresários chineses. Segundo ele, principalmente porque lhe faltaram bases comuns para identificação e interação entre eles. Principalmente quando consideramos as recorrentes campanhas anticapitalistas, contra a corrupção e de defesa da ideologia socialista que ocorreram desde 1949, que colocaram limitações ideológicas e burocráticas para a articulação desse grupo.

Dessa forma, conseguimos identificar um aumento da presença do empresariado na estrutura estatal chinesa, mas de forma controlada e sem a formação de entidades que façam pressão política para o atendimento de interesses de classe. Enquanto no Brasil, destacamos a forte atuação das entidades de representação do empresariado tanto no Poder Legislativo, quanto no Poder Executivo. Podendo ser vistas até mesmo movimentações de candidatos à presidência que passaram a sinalizar através de alianças políticas e comunicados oficiais, que estão dispostos a agir conforme os interesses do empresariado. O caso de Lula, por exemplo, é emblemático, quando para conquistar o apoio do empresariado, fez uma aliança com o Partido Liberal, elaborou a Carta ao Povo Brasileiro e criou novos órgãos estatais que ampliaram a interlocução com diferentes setores sociais do país, inclusive o empresarial (DINIZ, 2010). Além dele, como apresentado no capítulo 3, outros presidentes também tentaram seguir a mesma lógica para garantir sua governabilidade, como Dilma e Temer.

Outro ponto a ser comparado é como a nova dinâmica da economia-mundo capitalista, a financeirização, está impactando as relações entre o Estado e o empresariado nos dois países. Nesse caso, percebemos que apesar de acontecer em diferentes intensidades, os dois países passaram a sofrer de alguma forma com essa nova dinâmica. Principalmente após a crise de 2008, o número de empresários envolvidos com a especulação financeira aumentou rapidamente na China, dado que a volatilidade do mercado pode ser mais atrativa financeiramente do que a própria produção. E apesar dos esforços do Estado em controlar a conta de capitais, como afirma Nogueira (2017), os capitalistas têm conseguido penetrar o sistema financeiro

chinês através da participação acionária nas empresas estatais e pelo tripé infraestrutura, especulação imobiliária e novas plataformas financeiras. O que se somou a uma insatisfação popular com o nível de corrupção do PCC e levou Xi Jinping a lançar uma campanha de combate à corrupção que já levou milhares de membros do partido e empresários, que fizeram fortuna no mercado financeiro, à prisão (Ibid.).

Enquanto no Brasil, destacamos a queda da presidente Dilma como uma consequência dessa financeirização, dado que após confrontar direta e abertamente o setor financeiro, a presidente não recebeu o apoio do empresariado e sofreu um *impeachment* em 2016. Sobre isso, é interessante destacar uma das interpretações apresentadas por Singer (2015), que justifica a falta de apoio empresarial que a presidente teve por conta da mistura entre o capital industrial e o financeiro, que sendo uma expressão da financeirização, gerou uma contradição dentro dos grandes conglomerados, porque agora, ao mesmo tempo em que os empresários aspiram juros baixos para terem acesso a crédito barato, também se satisfazem com juros altos que remuneram seu dinheiro aplicado.

A diferença entre o impacto da financeirização nos dois países fica clara quando na China, o presidente conseguiu reagir com a prisão de empresários envolvidos na especulação financeira e ainda utilizou a financeirização para aumentar a competitividade internacional de suas empresas a partir do acesso ao mercado e ao capital internacional. Enquanto no Brasil, uma presidente após combater o setor financeiro, sofreu um *impeachment* e foi substituída por um política alinhada a esse setor. Novamente, não estamos afirmando que há uma total relação de causalidade entre a financeirização e a queda da presidente Dilma, até porque nem mesmo a bibliografia especializada chegou em uma concordância sobre porque o empresariado abandonou o compromisso com o PT, entretanto, a bibliografia explorada sugere que há uma correlação entre a financeirização e a queda da presidente.

No quadro abaixo, sintetizamos algumas diferenças relativas à relação entre o Estado e o empresariado na China e no Brasil no período entre 1980 e 2020.

Quadro 2 - Síntese da comparação entre a China e o Brasil no tocante às relações entre o Estado e o empresariado no período entre 1980 e 2020.

Características	China	Brasil
Burocracia estatal utilizada para representação de interesses do empresariado.	Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) e filiação no Partido Comunista Chinês.	Conselhos e cargos ligados ao Poder Executivo e o Poder Legislativo, através de candidaturas diretas ou <i>lobby</i> nas câmaras.
Entidades de representação.	Não foram encontradas entidades de representação do empresariado.	Diversas entidades de representação do empresariado divididas estadual e setorialmente. Exemplos: CNI, CNA, FIESP, FIRJAN, etc.
Limitadores às influências empresariais.	Ideologia do Partido Comunista Chinês e campanhas anticapitalistas e anticorrupção.	Participação de outros grupos da sociedade nos mesmos órgãos em que o empresariado é representado e disputas entre setores do empresariado.
Impacto da financeirização.	Aumento do número de empresários envolvidos com a especulação financeira e resposta do governo através da instrumentalização da financeirização para valorização das empresas estatais e campanha anticorrupção direcionada para empresários com histórico de especulação financeira.	Alteração nos compromissos políticos do empresariado e dificuldade de governabilidade por parte de governos não alinhados com os interesses da classe financeira.

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse capítulo, através da comparação entre a trajetória dos dois países, pudemos compreender que as relações dos Estados da China e do Brasil com seus empresariados entre 1980 e 2020 foram condicionadas pelas estruturas da longa duração citadas e por tendências que surgiram e foram se fortalecendo durante vários séculos.

Assim, a forma de integração dos países em seus sistemas-sociais originários, as culturas que formaram as sociedades, os tipos de integração dos empresariados nacionais no sistemas-sociais, a capacidade de organização desses grupos e a organização burocrática dos dois Estados ajudam a explicar porque as relações entre os Estados da China e do Brasil com seus empresariados ocorreram de formas tão diferentes entre 1980 e 2020.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação buscamos explorar na história, características e momentos específicos dos países analisados que poderiam ter condicionado a relação entre seus Estados e o empresariado no período entre 1980 e 2020. Para que depois, pudéssemos comparar as situações encontradas nos dois países e entender se os cenários que encontramos hoje têm raízes mais profundas do que aparentam. Nesse intuito, utilizamos a perspectiva da economia política dos sistemas-mundo para buscar na longa duração algumas possíveis estruturas que se formaram com o desenvolvimento dessas sociedades, explorando algumas conjunturas importantes e acontecimentos marcantes.

Começamos compreendendo que os dois países surgiram em sistemas-sociais distintos e que, dentro deles, tiveram papéis muito diferentes. Enquanto a economia-mundo capitalista surge com o território brasileiro em sua periferia, ou seja, sendo explorado pelas outras unidades políticas que compunham o sistema, a China se situava no centro do sistema-social em que fazia parte. O que criou condições diferentes tanto para a consolidação dos Estados nesses territórios, quanto para o desenvolvimento do empresariado em cada país. Ao passo que o próprio Estado colonizador do Brasil, Portugal, se encaixava na semiperiferia do sistema-social capitalista, e sujeitava o Brasil a atividades econômicas extrativistas e de cunho exportador, a China se consolidava como a maior potência política e comercial de sua região, influenciando e investindo no desenvolvimento de outros Estados, cobrando impostos e consolidando extensas redes de negócios empresarias que passaram a ter grande influência na região e que, direta e indiretamente, aumentavam a influência do país.

Ao analisar o desenvolvimento de cada sociedade, também nos atentamos a alguns traços culturais que poderiam influenciar as relações entre os Estados e seus empresariados. Nesse sentido, exploramos as raízes do confucionismo e as dinâmicas do *guanxi* na China, em contraste com as características patrimonialistas e escravagistas da sociedade brasileira. Com isso, percebemos que esses traços culturais podem ter influenciado na constante presença e influência do empresariado no aparelho estatal brasileiro, enquanto identificamos um relativo distanciamento do Estado chinês de seu empresariado, pelo menos, quando comparado com o Brasil. Lógica que se reforçou na China após a Revolução comunista, mas que, como demonstrado, aparenta ter raízes muito mais antigas.

Como resultado dessas características, identificamos que na China o Estado tendeu a se aproximar do empresariado em momentos estratégicos, não submetendo os interesses nacionais aos interesses do empresariado. Enquanto no Brasil, o próprio interesse estatal pareceu estar relativamente subordinado aos interesses do empresariado, que sempre esteve representado em sua organização.

Com esses achados em mente, passamos a analisar os dois países no período entre 1980 e 2020, identificando semelhanças e diferenças entre as duas sociedades. Percebemos que no Brasil se tornou característica a atuação de grupos organizados do empresariado em atividades de *lobby*, além de candidaturas diretas ao parlamento e participação em órgãos estatais específicos e direcionados para a escuta ativa dos governos sobre as demandas desses grupos. Enquanto na China, identificamos atuações mais individuais dos empresários, que buscam vantagens para seus negócios através de contatos particulares com pessoas de relevância no Estado chinês. Além disso, devido à ideologia comunista chinesa, também constatamos constantes campanhas e movimentações do Estado no sentido de limitar a influência do empresariado e manter os objetivos de longo prazo do Estado chinês como prioridade no desenvolvimento do país.

Com isso, entendemos que as diferenças entre as relações dos Estados da China e do Brasil com o empresariado entre 1980 e 2020 não são resultadas apenas de movimentações recentes das duas sociedades. Na realidade, percebemos que elas foram condicionadas pelas estruturas da longa duração citadas e por tendências que surgiram há séculos. A forma de integração dos países em seus sistemas-sociais originários, as culturas que formaram as sociedades, os tipos de integração dos empresários nacionais no sistemas-sociais, a capacidade de organização desses grupos e a organização burocrática dos dois Estados explicam de forma mais historicamente abrangente porque as relações entre os Estados da China e do Brasil com seus empresários ocorreram de formas tão distintas entre 1980 e 2020.

Para pesquisas futuras, recomendamos que seja explorada a importância do campesinato na sustentação dos governos chineses, que possivelmente permitiu que eles mantivessem o distanciamento aqui identificado quanto ao empresariado nacional. Acreditamos que esse distanciamento só foi possível, pois o Estado chinês, através das dinâmicas sociais da tríade do Estado centralizado, conseguiu manter um forte apoio político da população sem depender do empresariado. Para explorar essa

hipótese, é necessária uma pesquisa mais aprofundada que se dedique não apenas às relações entre o Estado e o empresariado, mas entre o Estado e toda a sociedade.

Além disso, também recomendamos para pesquisas futuras, um estudo que faça a ligação entre as relações aqui identificadas entre os Estados e seus empresariados, com a capacidade de desenvolvimento dos países analisados. Dessa forma, compreendendo como a representação dos interesses do empresariado na estrutura estatal pode influenciar a capacidade de desenvolvimento da China e do Brasil comparativamente. Inicialmente, a pesquisa dessa dissertação também buscava compreender esta questão, mas por entender que esta pergunta por si só pode gerar uma própria dissertação ou tese, escolhemos deixar a dinâmica do desenvolvimento de fora da atual pesquisa, para que ela possa ser adicionada em pesquisas futuras, que se concentrem em estudar a relação de causalidade entre as duas variáveis.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU e ROBINSON, 2012) ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why Nations Fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. New York: Currency, 2012. 546 p.
- ALBUQUERQUE, V. A formação da classe empresarial brasileira. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 262-281, jun. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5203/3937>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- AMSDEN, A. H. De mecanismo de controle a mecanismo de resistência. In: AMSDEN, A. H. **A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 433-486.
- ARRIGHI, G. A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 99-131, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-5.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.
- ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008. 428 p.
- ARRIGHI, G.; AHMAD, I.; SHIH, M.. As hegemonias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 227-280.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. The Stratification of the World-Economy: an exploration of the semiperipheral zone. **Review**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 9-741, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241047>. Acesso em: 06 ago. 2021.
- ASEAN. **ASEAN-China Economic Relation Overview**. Disponível em: <https://asean.org/our-communities/economic-community/integration-with-global-economy/asean-china-economic-relation/>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BELL, D. A. **The China Model: political meritocracy and the limits of democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2015. 360 p.
- BERRINGER, T.; FORLINI, L. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 9, n. 48, p. 5-19, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/83713/51320>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BIANCHI, A. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 123-142, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ccrSQJdCtZCVpSvXLMBjshm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BIELCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOEHM, C. Temer diz que a Reforma da Previdência será enviada ao Congresso na próxima semana. **Agência Brasil**. São Paulo, dez. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/temer-diz-que-reforma-da-previdencia-sera-enviada-ao-congresso-na-proxima>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BOITO JUNIOR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 09., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012. p. 1-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2022.

BOITO JUNIOR., A. O CAMINHO BRASILEIRO PARA O FASCISMO. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BOMFIM, M. **América latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p.

BOSCHI, R. R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 117 p. (Pesquisas; n.18)

BRAUDEL, F. **Civilization and Capitalism, 15th-18th Century: the wheels of commerce**. Berkeley: University Of California Press, 1992. 670 p. 2 v.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 400 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.l.], n. 84, p. 83-99, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/TVM557hGh8vhHzSZGr7VFXF/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependências e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 143 p.

CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Cap. 11. p. 295-322.

CASTELLS, M. Desenvolvimento e crise na região do Pacífico asiático: a globalização e o estado. In: CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**: volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHASE-DUNN, C.; HALL, T. D. **Rise And Demise**: comparing world systems. Colorado: Westview Press, 1997. 335 p.

CHEN, M. From Economic Elites to Political Elites: private entrepreneurs in the people's political consultative conference. **Journal of Contemporary China**, [S.l.], v. 24, n. 94, p. 613-627, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10670564.2014.975952>. Acesso em: 10 maio 2022.

CHINA. Paramount leader (1978-1992: Deng Xiaoping). **Speech At the Opening Ceremony of the National Conference On Science**. [S.l.], 18 mar. 1978. 7 f. Disponível em: <https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/speech-at-the-opening-ceremony-of-the-national-conference-on-science/>. Acesso em: 15 jun. 2022

CHINA. President (1993-2003: Jiang Zemin) **Speech at the Meeting Celebrating the 80th Anniversary of the Founding of CPC**. [S.l.], jul. 2001. 17 f. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2001/Jul/15486.htm>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CORDEIRO, A. L. M. Taoísmo e Confucionismo: duas faces do caráter chinês. **Sacrilegens**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 4–11, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26466>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DALLA COSTA, A. et al. **Desenvolvimento e crise na América Latina. Estado, empresas e sociedade**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

DENG, G. **The Premodern Chinese Economy**: structural equilibrium and capitalist sterility. London: Routledge, 1999. 436 p.

DIAS, R. P. **Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula**. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DIAS, R. P. **Organização e posicionamento político dos bancos no Governo Lula**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Unicamp, 2012.

DICKSON, B. J. **Red Capitalists in China**: the party, private entrepreneurs, and prospects for political change. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 200 p.

DINIZ e BOSCHI. **Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do Desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DINIZ, E. Empresariado Industrial, representação de Interesses e Ação Política: trajetória histórica e novas configurações. **Revista de Sociologia e Política**, v. 9, p. 101-139, 2010.

DINIZ, E. **Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais**: Brasil anos 1990. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DINIZ, E. Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: DINIZ, Eli. **Empresários e Modernização Econômica**: Brasil anos 90. Florianópolis: UFSC; São Paulo: IDACON, 1993.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo; 2001. 913 p.

FARIAS, F. P. de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista/Unicamp**, v. 28, p. 81-98, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

FENBY, J. **Modern China**: the fall and rise of a great power, 1850 to the present. New York: Ecco, 2008. 816 p.

FERLINI, V. **Terra , trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

FERNANDES, Thaís Moretz-Sohn. **Conhecendo o Sistema Político Chinês**. Brasília: Apex-Brasil, 2014. 23 p. Disponível em: <https://arq.apexbrasil.com.br/portal/ConhecendoOSistemaPoliticoChines.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

FURBER, Holden. **Rival Empires of Trade in the Orient, 1600-1800**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1976.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980. 248 p.

FURTADO, Celso. Os fundamentos sociais da expansão lusitana. In: FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 21-49.

GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O livro das religiões**. São Paulo: Cia das Letras, 2000. 315 p.

GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C.. **China's 40 Years of Reform and Development**: 1978-2018. Canberra: Anu Press, 2018.

GUILHERME, C. A. DE DILMA A TEMER: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo.. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]** . Brasília: Anpuh, 2017. p. 0-0. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953102_29692c9b4c6734d58df74ccc6580d509.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

HAMASHITA, T. **China, East Asia and the Global Economy: regional and historical perspectives**. [S.l.]: Routledge, 2013.

HARVEY, D. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2004. 288 p.

HENDLER, B. **O sistema sinocêntrico revistado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2018.

HENRIQUES, R. O horizonte da política educacional. **O Globo**. [S.l.], p. 0-0. 01 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ricardo-henriques/coluna/2023/01/o-horizonte-da-politica-educacional.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II pnd e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, F. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 93-115.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre" Econômico. In: GIAMBIAGI, F. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 69-92.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 220 p.

HOLZ, Carsten A.. **The Unfinished Business of State-owned Enterprise Reform in the People's Republic of China**. Hong Kong: Hong Kong University Of Science & Technology, 2018. 50 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3392986>. Acesso em: 16 set. 2023.

HONG, Z. Mapping the evolution and transformation of the new private entrepreneurs in China. **Journal Of Chinese Political Science**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 23-42, mar. 2004.

IKEDA, S. The History of the Capitalist World-System vs. the History of East-Southeast Asia. **Review**, New York, v. 19, n. 1, p. 49-77, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241353>. Acesso em: 7 fev. 2023.

International Finance Corporation (org.). **China's emerging private enterprises: prospects for the new century**. Washington D.C: International Finance Corporation, 2000. 92 p. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/923231468744007740/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

KANG, D. **East Asia before the West: Five Centuries of Trade and Tribute**. New York, NY: Columbia University Press, 2010.

KAPLAN, R. **A vingança da geografia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2013. 408p.

KASAHARA, Y. A regulação do setor financeiro brasileiro: uma análise exploratória das relações entre estado e setor privado. In: BOSCHI, Renato (org). **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2011.

LEE, J. Hegemonic Authority and Domestic Legitimation: Japan and Korea under Chinese Hegemonic Order in Early Modern East Asia. **Security Studies** 25 (2): 320-352, 2016.

LEITE, A. Z.; CASTRO, L. F. P. de; SAUER, S. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de temer. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 247-274, 12 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41316>. Acesso em: 27 maio 2022.

LI, H. *et al.* Political connections, financing and firm performance: evidence from chinese private firms. **Journal Of Development Economics**, [S.l.], v. 87, n. 2, p. 283-299, out. 2008.

LI, M. **The Rise of China and the Demise of the Capitalist World Economy**. London: Pluto Press, 2008. 240 p.

LIANG, Zhang (comp.). **The Tiananmen Papers**. New York: Publicaffairs, 2002. 580 p.

MANCUSO, W. P. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. 272 p.

MARTI, M. E. **A China de Deng Xiaoping: o homem que pôs a China na cena do Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 341 p.

MARTINS, H. Time and History in Sociology. In: REX, J. **Approaches to Sociology: an introduction to major trends in British sociology**. London: Routledge, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998. 254 p.

MAXFIELD, S.; SCHNEIDER, B. R. (ed.). **Business and the State in Developing Countries**. New York: Cornell University Press, 1997. 368 p.

MEISNER, Maurice. **Mao's China and After**: a history of the people's republic, third edition. New York: Free Press, 1999. 587 p.

MELLO, J. M. C. de; BELLUZZO, L. G. de M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. Campinas: Unicamp, 1983, v. 1, p. 141-158.

MENTE, B. L. de. **Chinese Etiquette & Ethics In Business**. Lincolnwood: Ntc Business Books, 1992.

MINELLA, A. C. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 505-546, 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277238341_O_discurso_empresarial_no_Brasil_com_a_palavra_os_senhores_banqueiros. Acesso em: 26 abr. 2022.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o neodesenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista Brasileira de Economia Política**, [S. l.], v. 31, n. 4, pág. 507-527, 2011. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/418>. Acesso em: 16 jun. 2023.

NATHAN, A. J. The Tiananmen Papers. **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 80, n. 1, p. 2-48, fev. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20050041>. Acesso em: 5 maio 2022.

NAUGHTON, Barry. Top-Down Control:: sasac and the persistence of state ownership in china. **Conference On "China And The World Economy": Leverhulme Centre For Research On Globalisation And Economic Policy (Gep)**, Nottingham, p. 1-21, 23 jun. 2006.

NOGUEIRA, I. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1-23, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NOGUEIRA, I.; QI, H. The state and domestic capitalists in China's economic transition: from great compromise to strained alliance. **Critical Asian Studies**, [S. l.], v. 51, n. 4, p. 558-578, 19 set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335542792_The_State_and_Domestic_Capitalists_in_China%27s_Economic_Transition_From_Great_Compromise_to_Strained_Alliance. Acesso em: 7 nov. 2021.

OLIVEIRA, H. A. de. A Crise Asiática e a China. In: DISSONÂNCIAS SINO-JAPONESAS DIANTE DA CRISE FINANCEIRA ASIÁTICA", 1., 1999, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: IEA, 1999. p. 1-18. Disponível em: <https://www.pucsp.br/geap/coordenador/acriseasi.PDF>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PENG, D. Ethnic Chinese Business Networks and the Asia-Pacific Economic Integration. **Journal Of Asian And African Studies**, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 229-250, 1 jan. 2000. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/bddfd56a741093f5909d2c66395063c6/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1819658>. Acesso em: 01 fev. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R. A ética confucionista e o espírito do capitalismo: narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 145-174, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/MRZ7ZQg97mQJGjKPByKv3gt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 dez. 2021.

PIRES, Marcos Cordeiro. **A China e a Globalização**: aspectos de uma estratégia nacional. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 25, p. 5-27, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115426>>.

PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 267 p.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. M. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 549-557, jan. 1992. Disponível em: <https://newuniversityinexileconsortium.org/wp-content/uploads/2022/02/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

RESENDE, A. L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 213-231.

RODRIGUES, T. C. M. Sindicatos patronais e partidos políticos no Brasil contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: Anpocs, 2019.

SANTOS, F. P. dos. **Vida Material e Economia de Mercado**: introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil. 2016. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/980255>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SILVA, S., 1976, p. 60: SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, A. V. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 102, p. 43-71, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/sWvZ7c6KRLYHT5jrh6FZSfG/>. Acesso em: 10 maio 2022.

SINGER, A. V. **Os sentidos do Lulismo**: Reforma Gradual e Pacto Conservador. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, A. D. **Nationalism in the twentieth century**. New York: New York University Press, 1979.

SO, A. Y.; CHIU, S. W. K. **East Asia and the World Economy**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

SO, Y. L.; WALKER, A. **Explaining Guanxi: the chinese business network**. London: Routledge, 2006. 184 p.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 239 p.

STAVRIANOS, L. S. **Global Rift: the third world comes of age**. New York: William Morrow & Co, 1981.

STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global**. [S.l.]: Paz e Terra, 2017. 350 p.

TILLY, C. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TSAI, K. S. Capitalists without a Class. **Comparative Political Studies**, [S.l.], v. 38, n. 9, p. 1130-1158, nov. 2005.

VACCARI, G. da S.; ALBUQUERQUE, M. C. M. de. Os empresários comerciais e o governo Bolsonaro: da eleição de 2018 às medidas de isolamento social durante a pandemia de covid-19 (2020). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 223-259, 17 mar. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/vitif/Downloads/2022_art_gsvaccarimcmalbuquerque.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. de L.; FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 327 p. Pedro Vieira, Rosângela Vieira e Felipe Filomeno (2012)

VIEIRA, P. A.; OURIQUES, H. R. Brazil and the BRICS: the trap of short time. **Journal Of World-Systems Research**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 404-429, 16 ago. 2016. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/628/830>. Acesso em: 15 out. 2022.

WALLERSTEIN, I. **Impensar las ciencias sociales: Límites de los paradigmas decimonónicos**. Cidade do México: Siglo veintiuno editores, 1999.

WALLERSTEIN, I. **The capitalist world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 320 p.

WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 16, n. 4, p. 387-415, sep. 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/178015> Acesso em: 17 mar. 2022

WERNECK, R. L. Furquim. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 551-574, dez. 1986. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3597/3/PPE_v16_n03_Poupanca.pdf. Acesso em: 5 fev. 2022.

WONG, R. B. **China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

XIAOJUN, Yan. Regime Inclusion and the resilience of authoritarianism: the local people's political consultative conference in post-mao chinese politics. **The China Journal**, [S.l.], n. 66, p. 53-75, jul. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41262807?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

YEW, C. The Chinese People's Political Consultative Conference: co-opting social and political forces in a one-party state. In: YANG, Lijun; SHAN, Wei (ed.). **Governing Society in Contemporary China**. Singapore: World Scientific Publishing, 2016.

ZHANG, Chunlin. **How Much Do State-Owned Enterprises Contribute to China's GDP and Employment?** Washington D.C: World Bank, 2019. 11 p. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/449701565248091726/pdf/How-Much-Do-State-Owned-Enterprises-Contribute-to-China-s-GDP-and-Employment.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.